



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos - PPGARQ

Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos

JORGE PHELPE LIRA DE ABREU

EXISTIR EM BITS: GÊNESE E PROCESSAMENTO DO ARQUIVO NATO DIGITAL DE
RODRIGO DE SOUZA LEÃO E SEUS DESAFIOS À TEORIA ARQUIVÍSTICA

Rio de Janeiro

2017

JORGE PHELIPE LIRA DE ABREU

EXISTIR EM BITS: GÊNESE E PROCESSAMENTO DO ARQUIVO NATO DIGITAL DE
RODRIGO DE SOUZA LEÃO E SEUS DESAFIOS À TEORIA ARQUIVÍSTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos.

Orientadora: Profa. Dra. Aline Lopes de Lacerda

Coorientadora: Profa. Dra. Luciana Quillet Heymann

Rio de Janeiro

2017

A162

Abreu, Jorge Phelipe Lira de.

Existir em bits: gênese e processamento do arquivo nato digital de Rodrigo de Souza Leão e seus desafios à teoria arquivística / Jorge Phelipe Lira de Abreu. Rio de Janeiro, 2017.

162 f. : il.

Orientador: Aline Lopes de Lacerda.

Coorientador: Luciana Quillet Heymann.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação Gestão de Documentos e Arquivos, 2017.

1. Arquivos pessoais. 2. Leão, Rodrigo de Souza - Arquivos. 3. Documentos arquivísticos - Digitalização. I. Lacerda, Aline Lopes de. II. Heymann, Luciana Quillet. III. Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro.

CDD: 027.1

JORGE PHELIPE LIRA DE ABREU

EXISTIR EM BITS: GÊNESE E PROCESSAMENTO DO ARQUIVO NATO DIGITAL DE
RODRIGO DE SOUZA LEÃO E SEUS APORTES À TEORIA ARQUIVÍSTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito
para obtenção do título de Mestre em Gestão de
Documentos e Arquivos.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Aline Lopes de Lacerda (Orientadora)
Fundação Oswaldo Cruz

Profa. Dra. Luciana Quillet Heymann (Coorientadora)
Fundação Getúlio Vargas

Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos
Fundação Oswaldo Cruz - Suplente

Prof. Dr. Vitor Manoel Marques da Fonseca
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Ana Luce Girão Soares de Lima
Fundação Oswaldo Cruz - Suplente

À minha mãe, que não precisou entender para amar.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma chave, em muitos sentidos - eu li uma vez. Olhar ao redor e perceber a teia de elementos necessários para que algo seja construído é tocante.

Ao Galdino, por me fazer renascer na poesia com seu olhar afetuoso, pela crença, apoio irrestrito e incentivo.

Ao Rodrigo de Souza Leão que, antes de ser objeto de pesquisa, me ensinou tantas coisas, sobretudo a mobiliar silêncios e deixar a vida entrar pelos poros.

À Rosely Curi Rondinelli, pela generosidade intelectual sem tamanho, pelo exemplo de paixão pela arquivologia e por viabilizar a construção desse trabalho em muitos aspectos.

Ao Ramon Mello, por erguer pontes, pela disponibilidade em ajudar, por cuidar da obra do Rodrigo e cumprir com seus desejos.

À Silvana Guimarães, pela ajuda, com o desejo de ter feito bonito como me foi pedido, e por ser uma espécie de Funes, memoriosa do Rodrigo e de tantos outros escritores.

À Maria Sylvia e Antônio Leão, por abrirem as portas de casa para que eu entendesse mais do mundo azul de Rodrigo.

Às orientadoras Aline Lacerda e Luciana Heymann por apontarem caminhos, pelas contribuições valiosas e pela autonomia de voo.

Aos colegas de turma Juliana, José Antônio, Marilda, Isabelle, Gleice, Marcos, Jean, Jacilene, Alessandra e Fábio, que fizeram a caminhada menos solitária e mais divertida.

À Fabiana, pela parceria, bom humor, orelhas dispostas e por se mostrar um presente da vida que quero levar para fora dos muros da “escola”.

À Fernanda, outro presente, por sua constante presença amiga e por não cansar de lembrar que vai dar certo.

À Laís, parceira de outros tempos, pela amizade, por acreditar, torcer e me ajudar a enxergar com as lentes da racionalidade sempre que necessário.

À Otávia, por me mostrar, pela diferença, a face mais bonita do amor, por ser a irmã que me escolheu e por fazer chover sempre que o chão seca.

À Portella, que está junto desde o dia em que coloquei os pés na Unirio para a primeira aula de arquivologia, por me ensinar muito sobre mim e ser minha maior referência de generosidade.

À Mattos, meu exemplo de “gente aberta”, por estar junto no compartilhamento de dores e delícias.

À minha mãe, Cristina, ao meu pai, Valério, e aos meus irmãos, Pedro e Júnior, por me ensinarem, à maneira de cada um, sobre o amor.

À professora Clarissa Schmidt, a arquivista que eu quero ser um dia, por ter se revelado uma amiga, conselheira no âmbito acadêmico, profissional e afetivo.

Ao corpo docente do PPGARQ que forneceu tijolos e indicou caminhos para a construção desse trabalho.

À querida Ananda, pela cumplicidade, partilha e por se dispor a ajudar sempre.

À Dona Ângela, pela boa vontade, aulas de metodologia, leituras e dicas.

Ao Claudio e ao André pelas caronas, mas, sobretudo por transformar o cansaço do pós-aula em fartas risadas.

Ao Davi, que coloriu a reta final e me lembrou que a vida é fonte inesgotável de coisas bonitas.

Com essa energia, de quem respira afeto, agradeço a todos os seres que de alguma forma oferecem suporte para o meu caminhar.

RESUMO

A formação de arquivos em ambiente digital apresenta uma série de vantagens na produção, transmissão e acesso, mas, por outro lado, implica em documentos altamente sensíveis e manipuláveis, além de sujeitos à rápida obsolescência tecnológica e à fragilidade do suporte, especialmente no âmbito dos arquivos pessoais. Nesse contexto, alguns desafios se colocam à teoria arquivística. Com base na experiência empírica com o arquivo nato digital do escritor, músico e artista plástico Rodrigo de Souza Leão, faz-se uma reflexão acerca do lugar ocupado pelos arquivos pessoais na teoria arquivística. A partir daí, temas como aquisição, armazenamento, segurança, identificação de proveniência e autoria, gênese, autenticidade, arranjo, descrição e preservação desses arquivos são abordados. A intervenção na pré-custódia é apresentada, em seus diversos aspectos, como uma abordagem recorrente entre os teóricos de arquivos pessoais digitais. Nesse sentido, estudos em Gestão de Informações Pessoais (PIM) como indicadores de comportamento na criação, manutenção, avaliação e preservação de arquivos pessoais digitais são mapeados. Diretrizes básicas orientadas à produção, manutenção e tratamento de arquivos pessoais digitais são apresentadas.

Palavras-chave: Arquivo pessoal. Arquivo pessoal digital. Autenticidade. Preservação digital.

Leão, Rodrigo de Souza. Teoria arquivística.

ABSTRACT

The formation of archives in a digital environment has a number of advantages in production, transmission and access, but, on the other hand, it implies highly sensitive and manipulable documents, as well as being subject to rapid technological obsolescence and the fragility of support, especially in the context of personal archives. In this context, some challenges are placed in archival theory. Based on the empirical experience with the digital born archive of the writer, musician and artist Rodrigo de Souza Leão, a reflection is made on the place occupied by personal archives in archival theory. From there, topics such as acquisition, storage, security, identification of provenance and authorship, genesis, authenticity, arrangement, description and preservation of these files are approached. Pre-custody intervention is presented, in its various aspects, as a recurring approach among digital personal file theorists. In this sense, studies in Personal Information Management (PIM) as indicators of behavior in the creation, maintenance, evaluation and preservation of digital personal files are mapped. Basic guidelines oriented to the production, maintenance and treatment of personal digital archives are presented.

Keywords: Personal archive. Digital personal archive. Authenticity. Digital preservation.

Leão, Rodrigo de Souza. Archival theory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Conjunto de requisitos para presunção de autenticidade.....	51
Figura 2	– Estágios de processamento do arquivo nato digital de Rodrigo de Souza Leão.....	75
Figura 3	– Metadados de um documento com texto de autoria de RSL colecionado por Ramon Mello.....	79
Figura 4	– Metadados do documento “Regulamento da garagem do Ed. Chantecler”, de autoria de Maria Sylvia Leão.....	80
Figura 5	– Metadados do documento "Recadastramento CRM", de autoria de Antônio Leão.....	81
Figura 6	– Metadados do poema "Prontuário", de autoria de Rodrigo de Souza Leão.....	82
Figura 7	– Metadados do poema "A loucura impaciente", de autoria de Rodrigo de Souza Leão.....	83
Figura 8	– Metadados do poema "A flor", de autoria de Rodrigo de Souza Leão.....	84
Figura 9	– Extrato da pasta <i>meus documentos</i> de RSL.....	93
Figura 10	– Informação de existência de documento em papel.....	94
Figura 11	– Extrato do arranjo do arquivo RSL.....	95
Figura 12	– Exemplo de descrição do nível fundo do arquivo RSL.....	98
Figura 13	– Distância temporal e espacial na mediação de aquisição de arquivos pessoais.....	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Formatos de preservação e acesso adotados no arquivo de RSL.....	87
Quadro 2	– Levantamento de valores para arquivos pessoais.....	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACLIS	Australian Council of Libraries and Information Services
AMLB	Arquivo-Museu de Literatura Brasileira
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCSDS	Consultive Committee for Space Data Systems
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
MARBL	Manuscript, Archives and Rare Book Library
MARC	Machine Readable Cataloging
OAIS	Open Archival Information System
PIM	Gestão de Informações Pessoais
RDC-Arq	Repositório Arquivístico Digital Confiável
RSL	Rodrigo de Souza Leão
SAAI	Sistema Aberto de Arquivamento de Informação
SASSE	Cia Nacional de Seguros Gerais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	OS ARQUIVOS PESSOAIS NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA TEORIA ARQUIVÍSTICA	22
2.1	No rastro de uma teoria para os arquivos pessoais	30
2.2	Os arquivos pessoais digitais na teoria arquivística	33
2.2.1	<i>Autenticidade e preservação em arquivos digitais</i>	44
3	GÊNESE, IDENTIDADE E PROCESSAMENTO DE ARQUIVOS PESSOAIS DIGITAIS	55
3.1	Vida, produção documental e arquivamento de Rodrigo de Souza Leão	59
3.1.1	<i>Processamento do arquivo nato digital de Rodrigo de Souza Leão</i>	72
3.1.2	<i>Aquisição e armazenamento</i>	73
3.1.3	<i>Identificação de proveniência e autoria</i>	76
3.1.4	<i>Medidas de preservação</i>	85
3.1.5	<i>Arranjo</i>	88
3.1.6	<i>Descrição e acesso</i>	96
4	DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO TRATAMENTO DE ARQUIVOS PESSOAIS DIGITAIS	100
4.1	Intervenção arquivística na pré-custódia	102
4.2	Perspectivas da Gestão de Informações Pessoais (PIM)	107
4.2.1	<i>Criação e manutenção de arquivos pessoais digitais</i>	109
4.2.2	<i>Noções de valor em arquivos pessoais</i>	115
4.2.3	<i>Práticas de preservação digital em arquivos pessoais</i>	120
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
	REFERÊNCIAS	128
	APÊNDICE A – Diretrizes para produção, manutenção e tratamento de arquivos pessoais digitais	139
	APÊNDICE B – Entrevista com Ramon Nunes Mello	143
	APÊNDICE C – Entrevista com Silvana Guimarães	154
	APÊNDICE D – Entrevista com Antônio Leão	157

ANEXO A – Termo de cessão gratuita de direitos de depoimento de Ramon Nunes Mello.....	159
ANEXO B – Termo de cessão gratuita de direitos de depoimento de Silvana Guimarães.....	160
ANEXO C – Termo de cessão gratuita de direitos de depoimento de Antônio Leão.....	161

1 INTRODUÇÃO

Em artigo publicado na revista norte-americana *The New Yorker* no início de 2014, Benjamin Moser, biógrafo, revela sua incursão no arquivo de Susan Sontag, sob custódia do Departamento de Coleções Especiais da Biblioteca de Pesquisas Charles E. Young, da Universidade da Califórnia. A escritora viveu entre 1933 e 2004 e trabalhou a maior parte do tempo em suporte papel. Entretanto, no fim da vida, Sontag aderiu à tecnologia digital. Assim, ao esperar encontrar apenas os “restos literários” da escritora, Moser (2014) se viu diante de - além das centenas de caixas com pedaços de papel, fotos, diários, faturas de hotel, programas de ópera, cartas de amor, rascunhos de manuscritos - 17.198 mensagens de *e-mail*.

O cenário, que começou com dois ou três disquetes perdidos entre uma maioria de documentos em papel, cresce a cada novo recurso tecnológico lançado. Arquivos como o de Susan Sontag ou mesmo o de Salman Rushdie, custodiado pela Manuscript, Archives and Rare Book Library (MARBL), da Universidade de Emory, sinalizam que o “trem fantasma”, metáfora para os arquivos pessoais digitais de Adrian Cunningham (1999), chegou. Cada vez mais as tecnologias digitais exercem o papel de mediadoras na vida das pessoas. Os processadores de texto, redes sociais, *blogs*, correios e bancos eletrônicos, fotografias, músicas e vídeos digitais, entre outros inúmeros aplicativos que operacionalizam as mais diversas atividades humanas, sugerem uma revisão: não são mais documentos digitais em arquivos pessoais mas, sim, arquivos pessoais digitais.

Segundo Prom (2013), nas sociedades pós-industriais as tecnologias de comunicação digital compõem um dos bens mais baratos de consumo diário e, assim, substituem formatos como as cartas manuscritas e os diários. Nesse sentido, em consonância com a realidade presente em países como Estados Unidos, Austrália e Canadá, no fim do ano de 2012, o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB), da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), recebeu a doação do arquivo do escritor, jornalista, músico e artista plástico Rodrigo de Souza Leão – RSL (1965-2009). Trata-se do primeiro arquivo de que se tem notícia, majoritariamente composto por documentos natos digitais, recebido por uma instituição brasileira.

A produção do titular do arquivo se insere no contexto dos avanços das tecnologias de informação da década de 1990, em que a natureza dos suportes se altera essencialmente. O arquivo de Rodrigo de Souza Leão evidencia ainda suas múltiplas facetas e possibilita vislumbrar a diversidade e fragmentação que caracterizam os ambientes da vida social na

modernidade (GIDDENS, 2002, p. 81). Soma-se a isso o fato de sua produção ser atravessada por sua condição de esquizofrênico.

Além de impulsionada pelas contingências históricas nas quais o sujeito contemporâneo está inserido, a formação de arquivos em ambiente digital apresenta uma série de vantagens na produção, transmissão e acesso, mas, por outro lado, implica em documentos altamente sensíveis e manipuláveis, além de sujeitos à rápida obsolescência tecnológica e à fragilidade do suporte. Nesse contexto, questões importantes para a Arquivologia como proveniência, ordem original, confiabilidade e autenticidade ganham contornos que desafiam a teoria arquivística.

O cenário se agrava quando essa realidade alcança os arquivos pessoais. Como chama atenção Heymann (2012, p. 20), dotados de certa especificidade, esses conjuntos documentais carecem de reflexões metodológicas e, assim, são tratados de acordo com preceitos arquivísticos marcados pelo trabalho com documentos públicos ou conforme regras de outras áreas do conhecimento. A preocupação com o tratamento desses acervos também está presente em Camargo (2009, p. 28):

Nem sempre são tratados de modo coerente com a teoria arquivística, depois que ingressam em entidades de custódia. O fato de não haver, entre nós, palavra específica para designá-los (como manuscripts, personal papers, écrits personnels, carte personali, espólios e tantas outras), e, conseqüentemente, distingui-los dos arquivos institucionais, não resultou, na prática, na adoção de procedimentos comuns, nem impôs o reconhecimento dos atributos que permitiriam vê-los como conjuntos orgânicos e autênticos, marcadamente representativos das atividades que lhes deram origem.

Os arquivos pessoais digitais caracterizam-se, pois, como um espaço tão complexo quanto fértil, que desafia o conhecimento estabelecido e requer novas e contínuas discussões. Deste modo, a partir da perspectiva dos arquivos e da Arquivologia como processos e produtos histórico-sociais, a presente pesquisa justifica sua inserção na linha de pesquisa Arquivos, Arquivologia e Sociedade ao vislumbrar a análise de uma temática pertinente às dimensões e configurações epistemológicas da Arquivologia contemporânea e suas interlocuções com outros campos científicos.

A questão que orientou essa pesquisa foi a seguinte: quais problemas a tecnologia digital, ao ingressar nos espaços domésticos e se inscrever na produção de arquivos pessoais, aporta para a teoria arquivística?

Com a rápida popularização das tecnologias digitais nos ambientes domésticos nos últimos anos aproxima-se a passos largos uma realidade incerta para as instituições que custodiam arquivos pessoais. Muito tem sido produzido acerca dos documentos digitais a partir de uma perspectiva institucional em que, via de regra, os documentos são concebidos segundo protocolos regulados com contextos claramente identificáveis. Entretanto, essa não é a realidade dos arquivos de indivíduos cuja gênese se dá fora de um ordenamento jurídico. A fragilidade dos suportes e a rápida obsolescência tecnológica, combinadas à produção desenfreada de documentos digitais, sem a obrigação de seu gerenciamento, aportam alguns desafios para o tratamento arquivístico.

McKemmish (2013, p. 33-34) afirma que a maioria das instituições arquivísticas tem se dedicado a explorar como as tecnologias podem ser implantadas para tornar os arquivos mais acessíveis e, nesse sentido, tem se esforçado para aprimorar seus processos de digitalização. É possível inferir que a preocupação com o ingresso dos arquivos pessoais nato digitais ainda não tenha sido assimilada porque não foi amplamente tratada pela literatura da área. Além disso, não teria havido tempo, ainda, para que esses arquivos chegassem às instituições. Assim, o recebimento e processamento do arquivo Rodrigo de Souza Leão, em sua maioria nato digital, desponta como um campo privilegiado para o debate.

Trata-se, pois, de um problema que se delinea por duas ordens de fatores: no universo de arquivos pessoais os arquivos de escritores são particulares e colocam questões específicas e, no universo dos arquivos natos digitais, arquivos pessoais apresentam particularidades no tocante à produção e acumulação de documentos que não podem ser negligenciadas.

Sendo assim, o objetivo geral desse trabalho consiste em problematizar a produção, acúmulo e tratamento de arquivos pessoais nato digitais característicos da contemporaneidade e seus desafios à teoria arquivística, a partir da experiência empírica com o processamento arquivístico do arquivo de Rodrigo de Souza Leão. E desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: analisar o lugar ocupado pelos arquivos pessoais digitais na teoria arquivística; descrever e problematizar o processo de gênese, doação e processamento de arquivos pessoais digitais com base no arquivo de Rodrigo de Souza Leão; e identificar os desafios colocados à teoria arquivística pelos arquivos pessoais digitais no momento de seu tratamento em uma instituição arquivística.

Com base nos objetivos expostos nesse projeto, elegeu-se a pesquisa de natureza exploratória como recurso para alcançar maior familiaridade com o problema. Segundo Gil (2002), o planejamento da pesquisa exploratória apresenta certo grau de flexibilidade a fim de

permitir a consideração dos mais diversos aspectos referentes ao objeto estudado, qual seja, o universo dos arquivos pessoais nato digitais a partir da experiência empírica com o arquivo de Rodrigo de Souza Leão.

O delineamento a ser adotado combinará a pesquisa bibliográfica com o levantamento documental. A pesquisa bibliográfica será desenvolvida com base em material já elaborado sobre a temática dos arquivos pessoais digitais, principalmente constante em livros e artigos científicos, com o objetivo de sistematizar, em língua portuguesa, a produção sobre o tema.

No âmbito do levantamento documental, mapeou-se a gênese e o processamento do arquivo de Rodrigo de Souza Leão por meio de análise dos documentos que o compõem e dos registros que evidenciam suas etapas de tratamento, bem como por meio de entrevistas com roteiros semi-estruturados com seus pais, Antônio e Maria Sylvia Leão, com Ramon Nunes Mello¹, curador do acervo e representante legal da obra do escritor, e com Silvana Guimarães², amiga responsável por “guardar” os documentos de Rodrigo no período compreendido entre 1999 e 2000, todos personagens importantes na cadeia de custódia do arquivo de Rodrigo. Os dois últimos, além de possuírem algum grau de relação com Rodrigo de Souza Leão e seu arquivo, são escritores contemporâneos e, assim, permitem contemplar a relação da categoria profissional com a tecnologia digital na produção literária.

Para a preparação, realização e tratamento das entrevistas tomou-se por base a metodologia de história oral apresentada por Alberti (2006, p. 165), considerando a riqueza do recurso no que diz respeito ao “estudo das formas como pessoas ou grupos elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas”.

Nesse sentido, trata-se de uma pesquisa essencialmente qualitativa em que o levantamento e a análise dos dados coletados pretendem fornecer subsídio para um debate teórico-metodológico à luz de um objeto empírico. Intenciona-se apresentar uma descrição substancial do processo de gênese documental do arquivo de Rodrigo de Souza Leão, sua trajetória e doação ao Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, bem como do seu processamento, da aquisição à disponibilização ao público, com vista a delinear os desafios dos arquivos pessoais digitais à teoria arquivística.

¹ Ramon Nunes Mello, natural de Araruama/RJ, é poeta, escritor, jornalista e ativista de direitos humanos. Além de curador e representante legal da obra de Rodrigo de Souza Leão, é curador e organizador da obra do poeta, escritora e jornalista Adalgisa Nery.

² Silvana Guimarães, natural de Belo Horizonte/MG, é escritora, redatora/revisora publicitária, fundadora e editora da Germina — Revista de Literatura & Arte, do projeto Escritoras Suicidas e do site de Rodrigo de Souza Leão.

Parece unânime entre os autores que se debruçam sobre os arquivos pessoais a identificação de um “não lugar” desses conjuntos no processo de constituição da arquivologia enquanto campo do saber. Segundo Heymann (2012, p. 39) isso está ligado à origem da noção de arquivo, relacionada aos documentos produzidos pelo Estado como resultado do funcionamento do organismo administrativo.

O terreno demarcado acima justifica, por si só, uma pesquisa no âmbito dos arquivos pessoais. Entretanto, esta proposta se insere no contexto em que as tecnologias de informação exigem uma apreensão mais reflexiva da teoria arquivística, cujo interesse em realizar balanços e apontar perspectivas é constantemente retomado em debates na área nas últimas décadas. Nesse sentido, Cook (1998) alertaria sobre o tipo de futuro que os arquivistas logo enfrentariam em todas as partes do mundo com a chegada dos arquivos digitais. Interdisciplinares por excelência (BELLOTTO, 2014, p. 108), os arquivos pessoais passam a combinar, na Arquivologia contemporânea, seus múltiplos sentidos e gêneses de produção com a inconstância tecnológica.

Deste modo, trata-se de um tema atual e pertinente, posto que a afirmação de Cunningham (1994) sobre a ausência dos arquivos pessoais digitais na literatura sobre sistemas de arquivos digitais se mantém. Uma rápida pesquisa no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com o termo “arquivos pessoais digitais” na área de ciências sociais aplicadas, de 2013 a 2016, não apresenta resultados. Nos periódicos *Arquivo & Administração*, *Acervo e Informação Arquivística* tampouco foram encontrados resultados expressivos sobre a temática no Brasil. Como afirmam Hyry e Onufy (1997, p. 43, tradução nossa),

Os arquivistas terão de se concentrar em como a introdução de tecnologias de informação em ambos os espaços, públicos e privados, altera o comportamento humano nos esforços para documentar. Os arquivistas devem discutir e pesquisar as mudanças trazidas pelas novas tecnologias de informação. Isto requer uma análise para além de perceber que teremos de lidar com a invasão de documentos eletrônicos. Junto com chamadas para reeducar-nos no uso de novas tecnologias, temos de aplicar-nos a aprender sobre os impactos que essas tecnologias estão a ter e das suas implicações sociais mais amplas. Sem fazer este trabalho a tomada de decisões de seleção e de avaliação serão muito mais pobres.³

³ Do original “Archivists will need to focus on how the introduction of information technologies into both public and private spaces changes the human behavior we strive to document. Archivists must discuss and research the changes brought on by new information technologies. This requires analysis beyond realizing that we will need to deal with encroaching electronic records. Along with calls for reeducating ourselves in the uses of new technology, we need to apply ourselves to learning of the impacts these technologies are having and of their

Assim, a presente proposta justifica-se ao pretender compreender a formação e processamento dos arquivos pessoais digitais à luz da teoria arquivística, uma vez que esses conjuntos documentais, ao evidenciarem funções, atividades, interesses pessoais, relações familiares, culturais e de sociabilidade, são dotados de importância para a apreensão de como se dão os processos histórico-sociais e de como esses processos estão contidos nos registros documentais. Segundo Casellas i Serra e Hernández Olivera (2014), o interesse em preservar arquivos pessoais reside na pluralidade de pontos de vista, pelos quais nos aproximamos de uma visão mais poliédrica da sociedade que permite comparar, contrapor, duvidar, interpretar e, por isso, são indispensáveis para o conhecimento da sociedade. Nesse aspecto, faz-se necessário compreender os impactos que as tecnologias estão a ter e suas implicações sociais mais amplas. Justifica-se, por fim, pela contribuição para o estabelecimento de uma agenda de pesquisa sobre arquivos pessoais digitais.

No primeiro capítulo buscou-se localizar os arquivos pessoais no processo de constituição da teoria arquivística e identificar as abordagens teóricas existentes para esses conjuntos documentais. Foram mapeadas as principais perspectivas acerca dos arquivos pessoais digitais no âmbito da teoria arquivística, bem como foram apresentados alguns aspectos da autenticidade e preservação, os maiores desafios colocados pelos arquivos digitais.

No segundo capítulo apresenta-se discussão acerca da gênese, identidade e processamento de arquivos pessoais digitais, a fim de contextualizar o texto biográfico de Rodrigo de Souza Leão com foco em sua produção documental e arquivamento. Nesse contexto, são expostas ainda as etapas de processamento do arquivo nato digital do escritor doado ao Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa. São descritas e analisadas as etapas de aquisição e armazenamento do arquivo, da identificação de proveniência e autoria, das medidas de preservação, do arranjo, descrição e acesso.

O último capítulo sistematiza os desafios colocados pelos arquivos pessoais digitais à teoria arquivística. Aponta-se a intervenção na pré-custódia como uma abordagem recorrente entre os teóricos de arquivos pessoais digitais, assim como as objeções à proposta. São apresentados e discutidos os estudos em Gestão de Informações Pessoais (PIM)⁴ como indicadores de comportamento na criação, manutenção, avaliação, seleção e preservação de

broader societal implications. Without doing this work we will be susceptible to making much poorer selection and appraisal decisions.”

⁴ Do inglês *Personal Information Management*. Optou-se por manter a sigla no original, por se tratar de uma área consagrada em países anglófonos.

arquivos pessoais digitais, imprescindíveis para o tratamento desses arquivos, com vistas a elaboração de algumas diretrizes para a produção, manutenção e tratamento de arquivos pessoais digitais.

Por fim, com base em alguns teóricos e instrumentos, sistematizou-se, no apêndice A, algumas diretrizes para a produção, manutenção e tratamento de arquivos pessoais digitais direcionadas ao indivíduo produtor. Para elaboração das diretrizes foram consideradas a necessidade de intervenção na pré-custódia, as informações contextuais necessárias no momento da aquisição e algumas medidas possíveis para a preservação de documentos digitais pessoais.

2 OS ARQUIVOS PESSOAIS NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA TEORIA ARQUIVÍSTICA

Parece pouco provável, no tempo presente, que um indivíduo, em nossa sociedade, não tenha sua existência balizada por alguns documentos. Existir, independentemente de formação ou carreira, desdobra-se em inúmeras atividades as quais os documentos viabilizam ou das quais constituem evidência⁵. Até mesmo aqueles informais e sem caráter oficial são capazes de evidenciar interesses pessoais, relações familiares, culturais e de sociabilidade. Assim, além do valor instrumental para seu produtor, os arquivos produzidos por pessoas constituem-se como fontes dotadas de importância social, especialmente, se o produtor possui, enquanto ator social, alguma projeção.

Sendo assim, o presente capítulo pretende localizar brevemente o lugar ocupado pelos arquivos pessoais no processo de constituição da teoria arquivística, apresentar abordagens de alguns teóricos acerca desses conjuntos documentais quando comparados aos arquivos institucionais, para, assim, discutir a entrada da tecnologia digital na gênese de arquivos pessoais, como a teoria tem se adaptado ao impacto dos documentos nato digitais, bem como os diversos aspectos da autenticidade e da preservação de documentos digitais.

De partida, entende-se arquivos pessoais como o “conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social” (OLIVEIRA, 2012, p. 33) ou ainda na acepção de Pearce-Moses (2005, p. 292, tradução nossa) “os documentos criados, adquiridos ou recebidos por um indivíduo no curso de seus afazeres e preservados em sua ordem original (caso exista)”⁶. Segundo o PARADIGM PROJECT (2017, tradução nossa),

Um arquivo pessoal consiste nos documentos (em qualquer forma ou meio) criados ou recebidos, acumulados e usados por um indivíduo durante o curso de sua vida diária, que foram preservados pelo seu valor permanente. É provável que um arquivo pessoal contenha muitos tipos de documentos e reflita todas as facetas da vida de um indivíduo, por exemplo, sua carreira, família ou vida pessoal, suas relações com os organismos oficiais, e os seus hobbies e interesses.⁷

⁵ Segundo Meehan (apud RONDINELLI, 2013, p. 224), evidência é a “relação entre documento arquivístico e evento”. Para Rondinelli, o evento “poderá ou não ser compreendido a partir de inferências tiradas dessa relação”.

⁶ Do original “Documents created, acquired, or received by an individual in the course of his or her affairs and preserved in their original order (if such order exists)”.

⁷ Do original “A personal archive consists of the documents (in any form or medium) created or received, accumulated and used by an individual during the course of their daily life, which have been preserved for their continuing value. A personal archive is likely to contain many different record types and reflect all the facets of

Parece redundante a definição de arquivos pessoais, uma vez que são contemplados pelo conceito de arquivo consagrado na Arquivologia, o qual apresenta uma matriz que independe da natureza da entidade produtora dos conjuntos documentais. Produzido no âmbito público ou privado, por uma pessoa física ou jurídica, o que caracteriza um arquivo é o seu vínculo com a entidade produtora e com as atividades que lhe deram origem.

Para Bass (2012) no contexto em que os traços deixados por indivíduos são valorizados por instituições de memória com a finalidade de constituir patrimônio cultural, senso de coletividade, desenvolver estudos genealógicos e pesquisas acadêmicas, os arquivos pessoais são definidos como os documentos de autores proeminentes, fotógrafos, artistas, figuras religiosas e políticas, ativistas e líderes notáveis. Porém,

Ainda, os arquivos pessoais são definidos como as formas documentais criadas e acumuladas por indivíduos cujo significado é extraído não tanto de suas realizações profissionais como do que eles registraram de um ponto de vista temporal, sócio-econômico ou espacial particularmente. Em suma, o valor dos arquivos pessoais é derivado do que eles são tanto quanto é de quem os criou e para que finalidade (BASS, 2012, p. 2, tradução nossa).⁸

Entretanto, é recorrente entre os autores que se debruçam sobre os arquivos pessoais a identificação de um “não lugar” ou de um “lugar periférico” desses conjuntos no processo de constituição da arquivologia enquanto campo do saber. Segundo Heymann (2012, p. 39) isso está ligado à origem da noção de arquivo, concebida no âmbito dos documentos produzidos pelo Estado como resultado do funcionamento do organismo administrativo.

Conforme expõe Yeo (2008, p. 124), os arquivos produzidos por pessoas teriam passado um tanto ao largo do processo de constituição da teoria arquivística.⁹ Da mesma maneira, Hobbs (2001, p. 127) afirma que tem percebido alguns silêncios acerca dos arquivos pessoais na teoria arquivística tradicional. De acordo com Delgado-Goméz (2014, p. 76), desde a constituição da arquivologia como ciência no manual de Muller, Feith e Fruin (1973), os arquivistas decidiram que os documentos pessoais eram documentos de segunda ordem quando comparados com os documentos da burocracia; os documentos pessoais não seriam

an individual's life, e.g. their career, their family or personal life, their dealings with official bodies, and their hobbies and interests.”

⁸ Do original “Yet, personal archives are also defined as the documentary forms created and accumulated by individuals whose significance is drawn not as much from their professional accomplishments as it is from what they have recorded from a particularly unique temporal, socioeconomic, or spatial standpoint. In short, the value of personal archives is derived from what they are about as much as it is from who created them and for what purpose.”

⁹ Considera-se teoria arquivística como o corpo de “conhecimento sobre a natureza dos arquivos a fim de definir uma estrutura intelectual para seus métodos e práticas” (EASTWOOD, 2013, p. 24).

“tão documentos” como os oriundos das organizações. Cook (apud HOBBS, 2016, p. 305) afirma que Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin “transferiram arquivos privados e pessoais para a alçada das bibliotecas e dos bibliotecários”. Segundo Hobbs, o mesmo enfoque que privilegiou os arquivos governamentais permaneceu nos escritos de Hilary Jenkinson e Theodore Schellenberg.

Para Muller, Feith e Fruin (1973), arquivo tem a sua natureza limitada aos documentos de caráter oficial recebidos ou produzidos no âmbito de órgãos administrativos. Sendo assim, o primeiro enunciado conceitual dos arquivos não contempla os conjuntos documentais produzidos, recebidos e mantidos por uma pessoa física, refletindo as bases nas quais a história da arquivologia se firmou, os arquivos públicos de valor histórico.

Considerando que o Manual dos Holandeses “estabeleceu a identidade central da área” (MENNE-HARITZ, 1999 apud SCHMIDT, 2012 p. 115) e que suas ideias foram disseminadas internacionalmente e influenciaram os teóricos que vieram a seguir, esse enunciado tem grande impacto no que diz respeito ao reconhecimento dos arquivos pessoais enquanto arquivos, compreendido como um todo orgânico. Para os holandeses, os arquivos produzidos por pessoas parecem estar mais próximos das coleções de manuscritos, criadas arbitrariamente (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 18).

Publicado vinte e quatro anos após o *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, o *Manual de administração de arquivo*, do inglês Hilary Jenkinson, apresenta influência dos holandeses, embora Jenkinson tenha como objetivo ampliar o espectro de pontos de vista sobre os arquivos, a partir dos arquivos de guerra. O teórico faz uma série de contribuições ao desenvolvimento da Arquivologia enquanto campo do conhecimento, especialmente no que tange às características do documento arquivístico.

A natureza do documento arquivístico para Jenkinson é administrativa ou executiva. Sua diferença para a definição apresentada pelos holandeses consiste em considerar os documentos de natureza privada. Nesse sentido, alguns autores entendem que o teórico abarca uma dimensão pessoal no conceito de arquivo, posto que “em suas várias definições de arquivos Jenkinson ressaltou a preservação por quem os haja criado ‘para sua própria informação’ ou ‘para sua própria referência’” (SCHELLENBERG, 2008, p. 38). No entanto, a terminologia utilizada por Jenkinson reflete seu lugar de fala, o Public Record Office, e faz parecer pouco provável que o teórico esteja antecipando o que o italiano Eugênio Casanova apresentou em seu manual *Arquivística*, publicado em 1928.

Casanova apresenta um extenso manual com forte inclinação teórica. O autor preocupa-se em apresentar uma história dos arquivos e da Arquivologia, além de levantar uma reflexão acerca da terminologia da área. Nesse bojo, Casanova expõe seu conceito de arquivo, que consiste em uma “acumulação ordenada de documentos criados por uma instituição ou pessoa no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais, pela referida instituição ou pessoa”¹⁰ (CASANOVA, 1928, p. 19, tradução nossa).

O autor expande a natureza dos arquivos, não limita a produção ao tipo de instituição, inclui em sua concepção os arquivos de natureza pública e privada e os oriundos de pessoas, independentemente de sua carreira, formação ou lugar de produção. Embora também atuasse no serviço público como os teóricos holandeses e o inglês Jenkinson, a ampliação do conceito de arquivo proposta por Casanova condiz com sua discussão terminológica e reconhece o caráter orgânico dos arquivos produzidos por pessoas, cuja preservação estava relacionada à memória da finalidade para a qual os documentos foram criados, fundamental para garantia do vínculo entre o arquivo e seu produtor.

Em sua obra intitulada *Arquivos modernos: princípios e técnicas*, publicada em 1956, Schellenberg deixa margem para que os conjuntos documentais produzidos por pessoas sejam compreendidos como arquivos, posto que considera que qualquer entidade pública ou privada pode produzir arquivos. No entanto, o autor condiciona a produção de arquivos ao exercício de encargos legais ou de atividades. Nesse segmento, para que os arquivos pessoais tenham seu caráter orgânico reconhecido, precisam ser produzidos

No exercício de seus **encargos legais ou em função das suas atividades** e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos (SCHELLENBERG, 2008, p. 41, grifo nosso).

Bass (2012, p. 12) concorda que a distinção conceitual entre arquivos pessoais e governamentais encontra seus antecedentes no período em que os princípios arquivísticos começaram a ser prescritos em tratados fundamentais. Segundo o autor, os escritos do início do século XX se concentravam no arquivamento de documentos governamentais e institucionais, enquanto os arquivos privados foram amplamente excluídos dos textos

¹⁰ Do original “L’archivio è la raccolta ordinata degli atti di un ente o individuo, costituitasi durante lo svolgimento della sua attività e conservata per il conseguimento degli scopi politici, giuridici e culturali di quell’ente o individuo”.

fundamentais em língua inglesa sobre as práticas modernas de arquivamento. Porém, para Nougaret (apud OLIVEIRA, 2012, p. 25), os arquivos pessoais ingressaram decisivamente no panorama público e arquivístico no final do século XIX a partir do reconhecimento por parte dos historiadores desses documentos como fontes para a pesquisa histórica. Hobbs (2016, p. 304) afirma que

A tradição do manuscrito histórico surgiu a partir das práticas novecentistas que dominaram a fase inicial do recolhimento e da preservação de arquivos pessoais em instituições dos países anglófonos. Tomando emprestadas as práticas das bibliotecas, curadores passaram a recolher documentos com ênfase em sua raridade, no seu valor cultural e histórico como objetos diferenciados, por seu valor financeiro ou valor estético ou por valor informativo para historiadores e pela possibilidade de suplementarem fundos já existentes.

Apesar de poderem contemplar em seus arquivos documentos de caráter oficial, como declarações e certidões, as pessoas não possuem, necessariamente, compromisso formal com a produção de documentos, o que reveste, à primeira vista, esses conjuntos de uma aura de singularidade. Essa aparente ausência de convenção dificulta a apreensão dos arquivos produzidos por pessoas como entidades capazes de representar “funções, processos, incidentes, eventos e atividades” (YEO, 2007, apud CAMARGO, 2009, p. 28).

Desse quadro, aflora a separação histórica, apontada por Cook (1998, p. 130), entre os papéis pessoais de indivíduos particulares, recolhidos às bibliotecas, universidades, museus e institutos de pesquisa, em função de sua raridade, valor cultural, histórico, financeiro, estético e/ou informativo, e os documentos oficiais, recolhidos aos arquivos nacionais, estaduais e municipais. Conforme Heymann (2012, p. 53) os arquivos pessoais ocupam uma zona fronteira, “submetidos a abordagens metodológicas distintas, de acordo com filiações institucionais e disciplinares dos responsáveis por sua custódia”. Assim, os documentos acumulados por indivíduos no curso de suas vidas nem sempre foram abordados como arquivos e abordagens que infringem o princípio da proveniência¹¹ e a relação orgânica existente entre os documentos, como as classificações temáticas, comprometem a qualidade mais cara aos arquivos, sua capacidade de evidenciar os atos organicamente.

Esse quadro resultou na adoção de procedimentos diferentes, no caso dos arquivos pessoais, dos adotados nos arquivos oriundos de organizações e dificultou “o reconhecimento

¹¹ Princípio pelo qual “consiste em deixar agrupados, sem misturar a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou jurídica” (BELLOTTO, 2005).

dos atributos que permitiriam vê-los como conjuntos orgânicos e autênticos, marcadamente representativos das atividades que lhes deram origem” (CAMARGO, 2009, p. 28), como se pode notar na sentença de Schellenberg (1959, p. 54, tradução nossa):

A segunda característica da documentação recente sobre a qual desejo chamar atenção, é seu caráter orgânico. No lugar de acumular principalmente os documentos de americanos eminentes, como governadores coloniais, patriotas revolucionários, os padres fundadores, os presidentes dos Estados Unidos, agora estamos acumulando os documentos de corpos orgânicos. As instituições arquivísticas estabelecidas na última metade do século, de pronto, estão envolvidas principalmente com os documentos de corpos orgânicos – agências governamentais, empresas, igrejas, instituições de ensino, etc.¹²

Yeo (2008, p. 124) sugere alguns fatores para o cenário delineado: a força dos arquivos públicos, a importância adquirida pela gestão de documentos, o foco das instituições em encontrar soluções para os documentos digitais, a disposição de arquivistas para deixar os arquivos pessoais a cargo de outras categorias profissionais, e a predominância dos arquivos institucionais nas discussões metodológicas.

Para Delgado-Gómez (2014, p. 77-78), o lugar dos arquivos pessoais na teoria arquivística estaria relacionado ao fato de que são desordenados, não são produzidos de acordo com procedimentos, se misturam com bibliotecas pessoais, às vezes desconhece-se onde se encontra os limites de um fundo e começo de outro e, portanto, não são domesticáveis com as mesmas ferramentas que são utilizadas nos arquivos institucionais. O autor parece considerar que tais características se configuram apenas no âmbito dos arquivos produzidos fora de um ordenamento jurídico, como se os arquivos institucionais não fossem também passíveis de desordem e limites pouco claros.

Thomassen (2012, p. 17-18) acredita que a contemporaneidade se caracteriza pela dissolução das fronteiras entre o público e o privado, entre o institucional e o pessoal, posto que as tecnologias de informação individualizam a produção de documentos e potencializam a autodocumentação. O autor acredita no deslocamento de uma abordagem centrada no Estado para uma abordagem centrada nas pessoas e, assim, o foco se deslocaria dos arquivos públicos para o arquivamento privado. Bearman (apud RONDINELLI, 2005, p. 54), considera que a

¹² Do original “The second characteristic of recent documentation to which I wish to draw attention is its organic character. Instead of accumulating mainly the papers of eminent Americans, such as colonial governors, revolutionary patriots, the founding fathers, the Presidents of the United States, we are now accumulating the papers of organic bodies. The archival institutions established in the last half century, in fact, are concerned principally with records of organic bodies — governmental agencies, businesses, churches, learned institutions, and the like.”

ordem burocrática definida por Weber, qual seja aquela em que a organização moderna do serviço público separa a repartição do domicílio privado do funcionário, foi abalada pelo que denominou “revolução da informação eletrônica”. Para o autor “a tecnologia recria a capacidade comunicacional das instituições, isto é, torna-as acessíveis 24 horas por dia e esvazia os trâmites inerentes às posições hierárquicas” (RONDINELLI, 2005, p. 55). Num rápido levantamento, não é difícil constatar que diversos setores da sociedade estão a discutir questões como privacidade, direito à intimidade e ao esquecimento.

Nesse sentido, lança-se mão de alguns autores para compreender a contemporaneidade, como Giddens (2002, p. 81), para quem, além das novas formas de registrar e armazenar informação, os ambientes da vida social na modernidade se caracterizam pela diversidade e fragmentação, características que atravessam a formação de arquivos pessoais. A construção da identidade individual assume o caráter de projeto de vida que se constrói a partir de fragmentos, sem estabilidade e segurança. Giddens (2002) afirma que a modernidade lança luz sobre o cultivo das potencialidades individuais, provocando uma identidade móvel e mutável. O indivíduo se vê diante de um mundo diverso e com possibilidades e escolhas abertas. Assim, torna-se responsável pelo planejamento estratégico da sua vida.

Nesse jogo, os recursos tecnológicos asseguram um ambiente em que laços são dissimulados e as identidades mascaradas. Na mesma medida em que as instituições se tornam complexas na contemporaneidade, a existência se parte em pedaços, alargam-se as funções e as facetas pessoais fazem-se múltiplas. A vida transporta-se para o ciberespaço, as relações são emuladas e as mídias sociais emergem no horizonte da produção documental da sociedade.

Para além dos desafios da preservação digital, como representar essa diversidade de funções e relações a partir das operações arquivísticas no processamento de arquivos pessoais? Recorre-se a Samuels (2004), para quem o registro das escolhas metodológicas se configura como recurso essencial, dada a facilidade na criação de documentos provocada pelo desenvolvimento tecnológico numa estrutura social cada vez mais complexa. Defende-se, como O’Toole e Cox (2006), não a redefinição das tarefas e deveres do arquivista, mas uma atuação mais ativa e a incorporação da pesquisa para dar conta das existências fragmentadas em diversas plataformas, cada vez mais evidentes nos arquivos pessoais contemporâneos.

Como prenúncio de uma nova perspectiva para os arquivos pessoais a partir da configuração social impulsionada pelas tecnologias digitais sobre a qual expõe Thomassen,

Delgado-Gómez (2014, p. 76) e Hobbs (2016, p. 313) acreditam que o desenvolvimento dos conceitos de arquivos totais¹³ no Canadá, na década de 1970, bem como o de *continuum*¹⁴ na Austrália, entre as décadas de 1950 e 1980, insere os arquivos pessoais como parcela dos arquivos da sociedade e representam um desenvolvimento na contramão da oposição dualista entre arquivo privado pessoal e arquivo público e institucional.

McKemmish (1996, p. 30, tradução nossa) sugere que “os arquivistas podem analisar o que está acontecendo na manutenção de arquivos pessoais, da mesma forma que analisam a manutenção de arquivos institucionais”¹⁵. Assim, a autora permite matizar as fronteiras entre a gênese e o tratamento de arquivos pessoais e arquivos institucionais. Embora as instituições intencionem o controle da produção documental, evitando gerar documentos informais, isso nem sempre se concretiza, uma vez que a gestão de documentos¹⁶ não é uma realidade presente em muitas organizações.

Nesse aspecto, apresenta-se a seguir duas abordagens a respeito dos arquivos pessoais: a primeira parte do pressuposto de que não há fronteiras entre arquivos pessoais e

¹³ Segundo histórico apresentado por Tognoli (2010, p. 61) “Em 1972, foi cunhado o termo Total Archives – articulado primeiramente em um relatório da Commission of Canadian Studies (Symons Commission51) – para designar os repositórios arquivísticos públicos que tinham a “responsabilidade de gerenciar documentos públicos por meio de seu ciclo de vida para objetivos administrativos e de pesquisa, e adquirir e preservar documentos privados de valor histórico” (MILLAR, 1998, p. 117). [...] Alguns autores, como Terry Cook, defendiam um sistema de arquivos que pudesse dar valor e englobar os documentos provenientes de outras fontes, não apenas aqueles gerados na administração pública. Segundo o autor (1979, p. 141, tradução nossa) “os arquivos deveriam adquirir coleções que refletem o complexo da sociedade; os arquivos não devem coletar apenas os documentos dos ricos, poderosos e famosos, mas também dos encanadores, assim como dos políticos”.

¹⁴ Conforme Pearce-Moses (2005, p. 333), o continuum consiste num modelo de ciência arquivística que enfatiza a sobreposição das características de manutenção, evidência, tramitação dos documentos e identidade do produtor. O modelo desafia, segundo McKemmish (2001, p. 335 apud RONDINELLI, 2013, p. 190), “compreensões tradicionais que diferenciam ‘archives’ de ‘records’ com base na seleção para preservação permanente em custódia arquivística, e que focam na natureza fixa dos documentos arquivísticos. Adotando uma visão pluralista de informação registrada, o pensamento continuum caracteriza os documentos arquivísticos como um gênero especial de registro no que se refere à sua intenção e funcionalidade. Enfatiza sua natureza evidencial, transacional e contextual, rejeitando abordagens que focam no seu conteúdo e valor informacional”. De acordo com Cruz Mundet (2011, p. 23), o continuum é um modelo conceitual em que os documentos podem ser categorizados como prova e memória ao mesmo tempo.

¹⁵ Do original “Archivists can analyse what is happening in personal recordkeeping in much the same way as they analyse corporate recordkeeping.”

¹⁶ Embora, conforme nos alerta Jardim (2015, p. 21), não seja unânime a compreensão da gestão de documentos como um marco fundamental na história da Arquivologia, ela emerge como resposta à complexificação do aparelho administrativo no pós-Guerra frente à necessidade de lidar com as massas documentais acumuladas diariamente pelas instituições, culminando nas funções de classificação e avaliação. Trata-se, portanto de um dos grandes desafios da Arquivologia. A gestão de documentos cobriria todo o ciclo vital dos documentos a partir da sua produção até serem eliminados ou recolhidos para arquivamento permanente, “trata-se de todas as atividades inerentes às idades corrente e intermediária” (JARDIM, 1987, p.35). Destaca-se a produção, manutenção, uso e destinação como objetos da gestão de documentos, o planejamento, controle e direção como ações e a economia e eficiência no que diz respeito aos seus objetivos.

institucionais e a segunda parte do pressuposto de que os arquivos produzidos por pessoas se caracterizam por algum grau de especificidade na lógica de produção e acumulação.

2.1 No rastro de uma teoria para os arquivos pessoais

No mapeamento de uma teoria para os arquivos pessoais, Bass (2012, p. 22) identifica que as abordagens arquivísticas para esses arquivos são mais claras no discurso sobre avaliação, no que tange ao desenvolvimento de metodologias para identificar indivíduos na sociedade cujos documentos justificam sua preservação e de critérios para a seleção de documentos em arquivos pessoais. A partir disso, o autor chama atenção para a existência do que chama de duas “correntes teóricas”. Na mesma perspectiva, Hobbs (2016, p. 314) afirma que,

Parece haver um consenso sobre a natureza arquivística do arquivo pessoal, embora existam duas abordagens amplas: a primeira é de responsabilidade de teóricos que concordam que as práticas de procedimento técnico aplicadas a arquivos de instituições podem ser integralmente aplicadas aos arquivos pessoais; a segunda é postulada por aqueles que ainda vislumbram espaço para novas explorações e conseqüente afastamento de tais métodos.

Para Cox (1996, p. 52) uma pessoa produz documentos pelos mesmos motivos que uma instituição, ou seja, para prestar contas, evidenciar e recordar atos. Nesse sentido, os documentos surgem da necessidade de controlar transações, registrar atividades, dar suporte para funções jurídicas e administrativas e ainda servir à memória. Tal qual Cox, Camargo (2009, p. 28) defende que os arquivos de pessoas possuem a mesma natureza orgânica decorrente de funções e atividades como os arquivos institucionais.

Camargo (2009, p. 36) afirma que “supor que todo arquivo, porque pessoal, tem uma dimensão autobiográfica, eivada de distorções e conscientemente produzida, é ignorar a condição probatória que emana das atividades *ménagères*”. Desse modo, para esses autores, o tratamento dos arquivos pessoais não se distancia tanto do tratamento dos arquivos institucionais, uma vez que os arquivos de todos os tipos possuem uma matriz de características constitutivas e ambos podem ser trabalhados pelo seu valor probatório, qual seja a capacidade de evidenciar as atividades que lhes deram origem. Nessa mesma linha, McKemmish (1996, p. 29-30, tradução nossa) afirma que

A manutenção de documentos é um tipo de testemunho. No nível pessoal, é uma forma de evidenciar e memorializar nossas vidas - nossa existência,

nossas atividades e experiências [...] Os arquivistas podem analisar o que está acontecendo na manutenção de documentos pessoais da mesma forma que analisam a manutenção de documentos corporativos. Assim, como eles podem identificar funções e atividades significativas de negócios e especificar quais documentos são capturados como evidência dessas atividades, eles podem analisar funções socialmente atribuídas e atividades relacionadas.¹⁷

De acordo com Bass (2012, p. 24, tradução nossa), para os autores dessa corrente, a teoria arquivística concebida para os arquivos governamentais e institucionais pode ser deslocada sem perdas para o universo pessoal amparada na “universalidade da atividade de manutenção de documentos na sociedade e na onipresença do valor probatório nos arquivos”¹⁸. Entretanto, em análise aos argumentos de Mckemish, Harris (2001, sem paginação, tradução nossa) critica que a autora direcione seu discurso “rumo a um privilégio de "evidenciar" sobre outras dinâmicas, e para uma representação mais restrita da evidência como uma autêntica e confiável "captura" do processo”¹⁹, uma vez que a criação de documentos na esfera pessoal “é contaminada pelo instinto humano de contar histórias e criar identidade”²⁰. Para Harris (2001, sem paginação, tradução nossa), todos os aspectos subjetivos que cercam a produção e manutenção de documentos pessoais não poderiam “se submeter à economia da prova”²¹, uma vez que impera mais sobre esses conjuntos a dinâmica entre narrativa e memória ou lembrança do que o registro de transações. Trata-se, para Harris, de um universo a ser reconhecido e conservado ao invés de ser submetido às metodologias baseadas na funcionalidade institucional.

Na mesma esteira, Hobbs (2001) propõe uma ampliação do discurso centrado no valor transacional, evidencial e informacional dos arquivos pessoais em direção à identificação de uma “interioridade” desses documentos. Para a autora (2001, p. 131, tradução nossa), os arquivos pessoais “podem eclipsar os valores evidencial e informacional pelo seu valor narrativo: são, em muitos sentidos, criações do eu e participam de um processo de narrativa e

¹⁷ Do original “Record keeping is a 'kind of witnessing'. On a personal level it is a way of evidencing and memorialising our lives - our existence our activities and experiences [...] Archivists can analyse what is happening in personal recordkeeping in much the same way as they analyse corporate recordkeeping. Just as they can identify significant business functions and activities and specify what records are captured as evidence of those activities, so they can analyse socially assigned roles and related activities.”

¹⁸ Do original “the universality of recordkeeping activity in society and the omnipresence of evidential value in archives”.

¹⁹ Do original “towards a privileging of ‘evidencing’ over other dynamics, and towards a narrower representation of evidence as an authentic, reliable ‘capturing’ of process”.

²⁰ Do original “is contaminated by the human instinct to tell story and to create identity”.

²¹ Do original “submit to an economy of proof”.

autobiografia de fato - do eu que apresenta ou representa o eu”²². Os arquivos pessoais se configuram, para a autora, como “um local onde a personalidade e os eventos da vida interagem em forma documental”²³ (2001, p. 127, tradução nossa). Nesse sentido, Hobbs opõe-se à ideia de aplicar as metodologias concebidas para os arquivos governamentais e institucionais aos arquivos pessoais.

Em trabalho mais recente, Hobbs (2016) sugere novas maneiras de tratar arquivos pessoais. A partir da apresentação de diversos conceitos que giram em torno das características específicas do arquivo pessoal, a autora propõe um reajuste do método de trabalho arquivístico. Hobbs (2016, p. 329) propõe “ignorar a insistência em noções formais de documento de maneira a privilegiar o contexto da vida do indivíduo bem como padrões e práticas de criação documental”. A autora almeja uma teoria para os arquivos pessoais que seja menos centrada nos aspectos biográficos do titular a partir de um ponto de vista público e mais em como e por que um indivíduo opera de um determinado modo e como isso se reflete na sua documentação.

Em consonância com Harris e Hobbs, Heymann (2012, p. 40) busca perceber de que maneira a adequação, aos arquivos pessoais, da teoria e da prática arquivísticas concebidas para arquivos públicos pode produzir sentidos capazes de interferir na leitura dessas fontes. Para Heymann (2012, p. 54),

A ideia de constituição de um conjunto orgânico de documentos – produto e reflexo das atividades da entidade produtora do acervo, tão cara à compreensão e à valorização dos arquivos públicos – parece adaptar-se perfeitamente aos arquivos privados institucionais, mas não me parece suficiente para explicar o fluxo dos documentos que atravessam a vida de um indivíduo e, muito menos, as motivações e os critérios que operam na seleção e na guarda dos registros.

Heymann (2012, p. 70) concorda que os arquivos pessoais precisam de iniciativas que caminhem na direção da categorização dos documentos que os compõem, de investimentos na especificidade de suas lógicas de acumulação visando novas possibilidades para seu entendimento e abordagem. A autora teme que a teoria e prática arquivísticas possam apreender os arquivos como produtos “naturais” apenas, e não como “produtos de

²² Do original “may be seen to eclipse both evidential and informational value by their narrative value: they are in many senses creations of the self and participate in a process of storytelling and de facto autobiography - of the self presenting or representing the self”.

²³ Do original “a site where personality and the events of life interact in documentary form”.

investimentos sociais”, “como repositórios de valores e representações mais do que simples registros de atividades” (HEYMANN, 2012, p. 71).

Bass (2012, p. 26) afirma que enquanto o diálogo sobre arquivos pessoais se esforçou para articular os valores distintivos associados aos documentos pessoais, as estratégias de avaliação têm sido “tão aleatórias, tão fragmentadas, tão descoordenadas e, por vezes, acidentais”²⁴ (HAM apud BASS, 2012, p. 26, tradução nossa) em dois aspectos: no que diz respeito à identificação dos indivíduos dentro da sociedade cujas trajetórias e documentos justificam sua aquisição e preservação; e ao entendimento das funções dos produtores de documentos, das relações entre essas funções e os documentos e do contexto social em que esses documentos foram produzidos.

Em suma, as duas abordagens apresentadas permitem vislumbrar como os arquivos pessoais têm sido tratados na teoria arquivística atual e permitem matizar a compreensão desses arquivos. Embora as divergências pareçam bem delineadas, existem pontos convergentes entre os autores. McKemmish (apud BASS, 2012, p. 23, tradução nossa), por exemplo, considera que a produção de documentos pessoais é motivada por um duplo impulso: “para construir um senso de si ou lugar no mundo e para funcionar eficazmente em papéis socialmente atribuídos”²⁵. Acredita-se que considerar os diversos aspectos da discussão em torno dos arquivos pessoais é o caminho ideal para o aprimoramento teórico e metodológico na lida com esses conjuntos documentais.

2.2 Os arquivos pessoais digitais na teoria arquivística

Embora os computadores tenham saído do domínio exclusivamente militar para compor os cenários das organizações públicas e privadas, num processo desencadeado no final da Segunda Guerra Mundial, é somente com a criação dos computadores pessoais na década de 1980 que os arquivos pessoais digitais passam a figurar no horizonte dos arquivos, mas popularizando-se apenas na década de 1990, com os avanços tecnológicos que alteram os mecanismos de registro e comunicação da informação. A argumentação de Beagrie (2005, sem paginação, tradução nossa) permite identificar duas grandes tendências que afetam a formação de arquivos pessoais digitais: “o aumento exponencial na potência de

²⁴ Do original “so random, so fragmented, so uncoordinated, and even so often accidental”.

²⁵ Do original “to construct a sense of self or ‘place’ in the world and to “function effectively” in socially assigned roles”.

processamento dos computadores”²⁶ e “o aumento da criatividade digital do consumidor e do apetite pelo conteúdo digital”²⁷.

Os registros, até então em suportes convencionais, se alteram essencialmente e assumem novas características. Produzidos em ambientes eletrônicos, são registrados em suportes magnéticos e ópticos, em formato digital (CONARQ, 2011). Se por um lado, a formação de arquivos em ambiente digital apresenta uma série de vantagens no custo, produção, transmissão e acesso, por outro lado, implica documentos altamente sensíveis e manipuláveis, além de sujeitos à rápida obsolescência tecnológica e à fragilidade do suporte, posto que um documento arquivístico digital, segundo Rondinelli (2013, p. 235)²⁸, consiste numa

“Unidade indivisível de informação constituída por uma mensagem fixada num suporte (registrada), com uma sintática estável”, “produzido e/ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, no decorrer das suas atividades”, “codificado em dígitos binários e interpretável por um sistema computacional”, em suporte magnético, óptico ou outro.

Para Rondinelli (2013, p. 231), a novidade ultrapassa a peculiaridade do suporte; o documento escapa por completo dos padrões conhecidos, tanto “a linguagem alfabética registrada no papel de leitura direta, bem como sua relação inextricável com o suporte”. No universo digital tudo é escrito em códigos binários e para que os documentos sejam compreensíveis aos olhos humanos necessitam da interação entre *hardware*²⁹ e *software*³⁰, numa “sofisticação tecnológica que passa despercebida à maioria dos usuários”. Segundo a autora, o cenário se torna mais complexo com as tecnologias de rede, com sua elevada capacidade comunicacional.

Para compreender a complexidade apresentada pela produção e preservação de documentos em ambiente digital, torna-se fundamental apreender as características contidas no conceito da diplomática para o documento arquivístico digital. De acordo com Duranti (2010, p. 10) o conceito diplomático de documento arquivístico digital identifica a necessidade das seguintes características: 1) forma fixa; 2) conteúdo estável; 3) ligações explícitas a outros documentos dentro ou fora do sistema digital, através de um código de

²⁶ Do original “is the exponential increase in computer processing power”.

²⁷ Do original “increasing consumer digital creativity and an appetite for digital content”.

²⁸ Trata-se de uma composição conceitual da autora elaborada a partir das definições de Duranti e Preston.

²⁹ Componentes físicos, mecânicos e elétricos de um sistema, especialmente de um computador (PEARCE-MOSES, 2005, p. 188).

³⁰ As instruções que dirigem a operação de *hardware* de um computador (PEARCE-MOSES, 2005, p. 364).

classificação ou outro identificador único (relação orgânica); 4) um contexto identificável da produção; 5) o envolvimento de cinco pessoas identificáveis: autor (pessoa responsável pela emissão do documento), destinatário (pessoa para quem o documento é destinado), redator (pessoa responsável pela articulação do conteúdo), originador (pessoa responsável pelo espaço de onde o documento é enviado ou no qual ele é gerado e salvo) e produtor (pessoa em cujo fundo ou arquivo o documento existe); 6) uma ação em que o documento participa ou que o documento apoia tanto processualmente quanto como parte do processo decisório. Para Duranti (2010, p. 11, tradução nossa)

Com sistemas digitais complexos, as características que criam mais problemas são as duas primeiras: forma fixa e conteúdo estável. Podemos dizer que um registro digital tem uma forma fixa se seu conteúdo binário é armazenado para que a mensagem que transmite possa ser renderizada com a mesma apresentação documental que tinha na tela quando foi salva pela primeira vez, mesmo que sua apresentação digital tenha sido alterada, como, por exemplo, do Word para pdf. Podemos também dizer que um documento digital tem uma forma fixa se o mesmo conteúdo pode ser apresentado na tela de várias maneiras diferentes, mas em uma série limitada de possibilidades pré-determinadas: nesse caso, teríamos diferentes apresentações documentais da mesma (por exemplo, dados estatísticos vistos como um gráfico circular, um gráfico de barras ou uma tabela).³¹

Essas duas características trazem a questão de "documento armazenado"³² versus "documento manifestado"³³. O documento armazenado é, segundo Duranti (2010, p. 11), constituído de componentes relacionados que são acionados na reprodução do documento, compreendem os dados a serem processados a fim de manifestar o documento (forma e conteúdo) em tela, as regras para processamento, incluindo variações permitidas de composição. O documento manifestado é a materialização em forma adequada para apresentação a uma pessoa ou sistema.

Bass (2012, p. 29) afirma que soluções para problemas relacionados aos arquivos na era da informação têm propulsionado muitas abordagens para a manutenção e preservação de

³¹ Do original "With complex digital systems, the characteristics that create the most problems are the first two: fixed form and stable content. We can say that a digital record has a fixed form if its binary content is stored so that the message it conveys can be rendered with the same documentary presentation it had on the screen when first saved, even if its digital presentation has been changed, for example, from Word to .pdf. We can also say that a digital record has a fixed form if the same content can be presented on the screen in several different ways but in a limited series of pre-determined possibilities: in such a case we would have different documentary presentations of the same record (e.g. statistical data viewed as a pie chart, a bar chart, or a table)"

³² Do original "stored record".

³³ Do original "manifested record".

documentos eletrônicos.³⁴ Entretanto, “as estratégias desenvolvidas para arquivos eletrônicos são voltadas para o governo ou grandes instituições corporativas [...], dando pouca ou nenhuma consideração às características únicas de materiais eletrônicos gerados em ambientes privados”³⁵ (BASS, 2012, p. 29, tradução nossa).

O autor menciona, como exemplo, o projeto da Universidade de Pittsburgh, um dos projetos mais influentes dedicado aos arquivos eletrônicos na década de 1990. O objetivo do projeto era identificar requisitos funcionais para documentos eletrônicos em instituições governamentais. Desse modo, por meio de análises de funções de negócio, estruturas organizacionais, ambientes tecnológicos e princípios de gerenciamento de risco, o projeto ofereceu um modelo de política para dar suporte à responsabilidade corporativa no que diz respeito à manutenção de seus documentos, mas ignorou as atividades de criação de documentos pessoais. Bass (2012, p. 30, tradução nossa) afirma que é “altamente improvável um criador de registros privados na sociedade cotidiana aderir estritamente ao primeiro requisito do modelo de Pittsburgh, que é o cumprimento das leis, regulamentos e declarações de melhores práticas que presidem o seu ambiente”³⁶. Para Beagrie (2005, sem paginação, tradução nossa),

As pessoas estão captando e armazenando uma quantidade cada vez maior de informações digitais sobre ou para si, incluindo e-mails, documentos, artigos, pastas de trabalho, imagens digitais e gravações de áudio e vídeo. Processamento de computador, armazenamento e ferramentas de software disponíveis para indivíduos estão aumentando em poder, volume e facilidade de uso, ano a ano. Muitas questões surgem a partir dessa paisagem mais informal e cada vez mais capacitada de coleta pessoal, disseminação e memória digital, que terá grandes impactos futuros³⁷.

³⁴ Segundo o CONARQ (2017), “na literatura arquivística internacional, ainda é corrente o uso do termo “documento eletrônico” como sinônimo de “documento digital”. Entretanto, do ponto de vista tecnológico, existe uma diferença entre os termos “eletrônico” e “digital”. Um documento eletrônico é acessível e interpretável por meio de um equipamento eletrônico (aparelho de videocassete, filmadora, computador), podendo ser registrado e codificado em forma analógica ou em dígitos binários. Já um documento digital é um documento eletrônico caracterizado pela codificação em dígitos binários e acessado por meio de sistema computacional. Assim, todo documento digital é eletrônico, mas nem todo documento eletrônico é digital. Apesar de ter seu foco atualmente direcionado para os documentos digitais, a CTDE (Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos) mantém seu nome, uma vez que este escopo pode ser expandido ao longo do desenvolvimento de seus trabalhos. Exemplos: 1) documento eletrônico: filme em VHS, música em fita cassete. 2) documento digital: texto em PDF, planilha de cálculo em Microsoft Excel, áudio em MP3, filme em AVI.”

³⁵ Do original “the strategies developed for electronic archives are directed toward government or large corporate institutions [...] giving little if any consideration to the unique characteristics of electronic materials generated in private environments”.

³⁶ Do original “it is highly improbable that a private records creator in everyday society would strictly adhere to the first requirement of the Pittsburgh model which is compliance with the laws, regulations and statements of best practice that preside over his or her environment”.

³⁷ Do original “People are capturing and storing an ever-increasing amount of digital information about or for themselves, including emails, documents, articles, portfolios of work, digital images, and audio and video

Segundo Beagrie (2005), os arquivos pessoais digitais ou as coleções digitais pessoais, como o autor se refere, são compostos de informações e conteúdos reunidos por indivíduos a partir de suas atividades privadas, de suas atividades profissionais e de sua relação com comunidades externas. Esses arquivos podem ser destinados ao consumo privado ou público e refletem tanto a persona privada quanto a persona pública do indivíduo. De acordo com o autor, excluem-se os documentos que podem ser mantidos em fontes governamentais, como registros de censo ou de documentos criados e mantidos por terceiros.

A primeira abordagem acerca dos arquivos pessoais digitais que localizamos foi feita pelo australiano Cunningham (1994), no periódico *Archives and Manuscripts*. O autor constata que a tecnologia digital está transformando a produção de documentos pessoais e identifica a ausência de arquivos pessoais eletrônicos na literatura emergente sobre sistemas de arquivos eletrônicos. O autor analisa questões referentes à manutenção de documentos pessoais eletrônicos, sugere estratégias e desafia os teóricos e profissionais a incluírem os arquivos pessoais nos debates sobre documentos eletrônicos; menciona ainda a iniciativa do Australian Council of Libraries and Information Services (ACLIS) que se viu na obrigação de formular e promover diretrizes para lidar com a preservação de documentos eletrônicos.

Cunningham revela que até os anos 1990 os documentos eletrônicos doados eram transferidos para um formato familiar aos arquivistas, ou seja, o papel. O autor define esse procedimento como uma estratégia sólida e justificável, dada a instabilidade dos suportes e o fato de representarem uma minoria entre um grupo bem maior de documentos em papel. Mas o autor reconhece que os registros consistiam em arquivos de texto simples e sua conversão não representava a perda de valor probatório, significado contextual ou usabilidade. Apesar das limitações compreensíveis pela novidade, a prática de impressão dos documentos digitais comprometeria a funcionalidade e o contexto dos documentos de arquivo hoje, que são cada vez mais sofisticados. O autor defende que as instituições arquivísticas não deveriam se esquivar da familiarização e conservação dos documentos eletrônicos. Embora reconheça que os doadores do período eram menos propensos a ter em seus arquivos documentos eletrônicos, avalia que os profissionais de arquivo estavam diante de uma “bomba relógio”.

Em caráter embrionário, Cunningham semeia uma noção que perpassará diversos autores que abordarão os arquivos pessoais digitais até as publicações e iniciativas institucionais mais recentes, a intervenção na “pré-custódia”, na produção dos documentos,

recordings. Computer processing, storage, and software tools available to individuals are increasing in power, volume, and ease of use, year on year. Many issues arise from this more informal and increasingly empowered landscape of personal collection, dissemination, and digital memory, which will have major future impacts”.

algo já consagrado nas práticas de gestão de documentos institucionais. Frente ao volume e à falta de controle da produção de documentos no espaço doméstico, sem problematizar a atribuição subjetiva de valor, Cunningham (1994, p. 101, tradução nossa) afirma que o cenário “requer uma mudança da política de detecção dos potenciais doadores no final da vida ativa para uma estratégia de abordá-los o mais cedo possível após tornar-se claro a partir de suas realizações e atividades que seus documentos são dignos de preservação”³⁸. Como afirma Cox (1996, p. 49), os arquivistas de arquivos pessoais terão que se tornar ativos na pré-custódia, construindo relacionamentos contínuos com eventuais doadores em estágios iniciais de seu trabalho.

De acordo com Bass (2012, p. 34), a ideia de intervenção na “pré-custódia” representa um *turning point* na literatura sobre arquivos pessoais por dois motivos: desestabiliza ainda mais a suposição de que a teoria concebida para arquivos governamentais está transposta sem problemas para os arquivos pessoais, uma vez que a intervenção na pré-custódia ainda não é comumente praticada; e expõe que as abordagens tradicionais *post hoc* para arquivos pessoais são inadequadas, como será discutido adiante. Acredita-se que a constatação da necessidade de intervenção na pré-custódia no âmbito dos arquivos pessoais aproxima esses arquivos dos arquivos produzidos no âmbito institucional, uma vez que essa abordagem é preconizada pelo segundo tipo.

Os norte-americanos Hyry e Onuf (1997) trouxeram novas nuances para o debate sobre arquivos pessoais digitais. De partida, consideram a natureza mutável dos arquivos pessoais na era digital e sugerem uma crítica ao termo “*personal papers*”, já que, com o novo cenário, a expressão se tornaria anacrônica. Os autores também apontam a escassez de produção sobre o tema e agregam à abordagem de Cunningham uma perspectiva mais social, que vai ao encontro de Thomassen no que se refere às novas possibilidades de autodocumentação e suas implicações na sociedade. Os autores refletiram sobre a fragilidade do correio eletrônico, entretanto, reconheceram que o correio eletrônico preserva melhor as informações contextuais quando comparado às cartas em papel, uma vez que dispõe de metadados automáticos como autor, destinatário, data, hora e assunto.

Mais familiarizados com a internet, Hyry e Onuf abordam os *sites* e páginas pessoais como novas formas documentais, os “documentos vivos”, e problematizam o impacto crítico que a documentação eletrônica tem. Discutem não só sobre a forma como a sociedade cria e

³⁸ Do original “requires a shift from the policy of targeting potential donors towards the end of their active working life to a strategy of approaching them at the earliest possible time after it becomes clear from their achievements and activities that their records are worthy of preservation”.

acessa os documentos, mas como os cria e os guarda (1997, p. 39-40). Nesse sentido, os autores dialogam com Cunningham e sugerem que a metodologia para os arquivos institucionais não seria suficiente.

Cunningham retorna ao debate em 1999 com um artigo de título alarmante, a demonstrar sua preocupação com o tema, “Esperando o trem fantasma: estratégias para a gestão de documentos eletrônicos pessoais antes que seja tarde demais”³⁹ (CUNNINGHAM, 1999, p. 55, tradução nossa). O autor denuncia, mais uma vez, o que chama de “miopia corporativa”, em virtude da predominância dos arquivos institucionais nas discussões sobre documentos eletrônicos e esclarece que a sua intenção, em 1994, era colocar os arquivos pessoais digitais no centro do debate para estimular a busca por soluções. O autor reconhece que o seu trabalho não teve o alcance desejado, mas que gerou algum interesse entre os especialistas em documentos eletrônicos na Austrália, contribuindo para que os arquivos pessoais fossem vislumbrados também como arquivos e passíveis de alguma consideração.

Cunningham recapitula os quatro aspectos prescritivos de seu trabalho anterior e os reafirma, quais sejam, a rejeição da custódia distribuída de arquivos pessoais proposta por David Bearman, por meio da qual os arquivos permaneceriam com os produtores e não seriam recolhidos; a importância da intervenção junto ao produtor de arquivos pessoais; a migração para formatos padrão em conjunto com a oferta de acesso remoto de documentos eletrônicos e a necessidade de uma parceria com profissionais de tecnologia da informação.⁴⁰ Cunningham agrega ao seu trabalho uma reflexão sobre a identificação de valor daquilo que será importante no futuro, para que se intervenha junto ao produtor. O autor afirma que “não podemos saber o que vai acontecer no futuro, mas há coisas sobre o presente que sabemos que será de interesse duradouro para a sociedade no futuro”⁴¹ (CUNNINGHAM, 1999, p. 60, tradução nossa) e discorre sobre as vantagens da intervenção na gênese do arquivo.

A canadense Paquet (2000) apresenta um artigo sobre avaliação, aquisição e controle de documentos pessoais digitais e se propõe a abordar “do mito à realidade”. A autora menciona uma iniciativa da *Canadian Archives Branch*, de 1995, em que se realizou um importante estudo dos documentos eletrônicos nos arquivos pessoais e, desde então, desenvolve-se e aprova-se “políticas, procedimentos, ferramentas que tornam possível

³⁹ Do original “waiting for the ghost train: strategies for managing electronic personal records before it is too late”.

⁴⁰ Por tecnologias da informação entende-se o “conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (software e hardware), telecomunicações/radiodifusão e optoeletrônica” (CASTELLS, 1999, p. 49).

⁴¹ Do original “We cannot know what will happen in the future, but there are things about the present that we do know will be of enduring interest to society in the future.”

adquirir e processar os documentos eletrônicos para que os arquivistas possam trabalhar com eles”⁴² (PAQUET, 2000, p. 72, tradução nossa). Destaca-se a recorrência da percepção de necessidade de intervenção na produção e aponta-se as vantagens da aquisição direta do computador junto ao produtor e não de mídias de transporte, como se pode constatar na experiência recente relatada por Carroll et al (2011) sobre o arquivo de Salman Rushdie, adquirido no final de 2006, pela Universidade de Emory.

Paquet (2000) problematiza as muitas gerações de tecnologia provocadas pela sofisticação veloz dos aparatos tecnológicos, o aumento da capacidade de memória dos dispositivos e suas implicações quanto à necessidade de avaliação, e sobre a perda de mensagens eletrônicas. Destaca-se a orientação da autora sobre arquivos híbridos, que conjugam documentos digitais com documentos em papel. Ambos devem ser integrados de acordo com sua proveniência e devem ser classificados e descritos em consonância com o mesmo arranjo intelectual.

Segundo Marshall, Bly e Brun-Cottan (2006, p. 4, tradução nossa), existem quatro desafios centrais para os arquivos pessoais digitais:

(1) materiais digitais se acumulam de maneira diferente e mais problemática do que os materiais físicos; (2) pertences digitais são fundamentalmente distribuídos entre diferentes computadores, aplicativos e mídias de armazenamento; (3) problemas de curadoria padrão, tais como gerenciamento de arquivos em conjunto, criação de metadados apropriados, e a migração de materiais para formatos de fácil manutenção são ampliados no cenário do consumidor; e (4) instalações para acesso a longo prazo não são suportadas pela metáfora do desktop atual.⁴³

Carroll et al (2011), profissionais da Universidade de Emory, apresentam um trabalho pioneiro no que diz respeito ao desenvolvimento de estratégias de tratamento para arquivos pessoais digitais a partir da aquisição dos manuscritos e computadores do escritor Salman Rushdie. Os autores abordam como a chegada de material de origem digital em arquivos ditam inovações na prática arquivística e trazem mudanças significativas para metodologias de pesquisa. Com a mudança da presença discreta de alguns documentos digitais para arquivos quase integralmente dessa natureza, deve-se assentar as práticas desenvolvidas nas

⁴² Do original “policies, procedures and tools that make it possible to acquire and process electronic records so that archivists can work with them.”

⁴³ Do original “(1) digital materials accumulate in a different and more problematic way than physical materials; (2) personal digital belongings are fundamentally distributed on and among different computers, applications, and storage media; (3) standard curation problems such as managing files in aggregate, creating appropriate metadata, and migrating materials to maintainable formats are magnified in the consumer setting; and (4) facilities for long-term access are not supported by the current desktop metaphor.”

últimas décadas no manejo de documentos digitais, bem como reconsiderar também, radicalmente, a extensão da aquisição e abordagens para o acesso (CARROLL et al., 2011, p. 61).

Bass (2012) tem o mérito de tentar reunir, em seu trabalho, a discussão dispersa acerca dos arquivos pessoais digitais para demonstrar como investigações de contexto original de criação e uso de documentos em ambientes computacionais pessoais contemporâneos, no âmbito dos estudos voltados para a PIM, são parte integrante do desenvolvimento de estratégias abrangentes para a captura e preservação de arquivos digitais pessoais.

Em recente artigo, Schmidt e Ardam (2014), propõem uma discussão sobre a parcela digital do arquivo de Susan Sontag. Sob o sugestivo título de “Em excesso: o arquivo nato digital de Susan Sontag”⁴⁴, os autores centram seus argumentos na questão do acesso frente à proliferação de documentos que o universo digital permite. Os autores afirmam que os rastros digitais preservam muito mais do que a vida intelectual do titular, numa convergência entre o que é trivial no que diz respeito a revelar sobre a trajetória do indivíduo e o que é significativo em todo o arquivo. Nesse sentido, Schmidt e Ardam sugerem a exploração da tensão entre o fluxo dos documentos digitais e a preservação como um tema ideal para investigar o novo horizonte dos arquivos de natureza digital.

No âmbito de circulação nacional, identificamos quatro trabalhos que versam sobre algum aspecto dos arquivos pessoais digitais. Silva e Rego (2007) discutem a preservação da correspondência eletrônica a partir dos laboratórios científicos e tecnológicos, suas vantagens, desvantagens e os desafios impostos aos arquivistas. As autoras ressaltam a instabilidade, volatilidade e transitoriedade da correspondência eletrônica e apontam que a probabilidade de perda é maior do que a do tradicional papel. Entretanto, a abordagem de Rego e Silva está centrada na comunicação em âmbito institucional.

Em “Arquivos pessoais e documentos digitais: uma reflexão em torno de contradições”, Oliveira (2008) espelha um pouco das correntes do cenário internacional. A autora sinaliza a incipiente produção sobre o tema, a diferença entre arquivos pessoais e corporativos e a importância desses conjuntos documentais para a análise da sociedade e percepção de nossa identidade. Indica ainda novas formas de registro, tais como os e-tickets, *e-mails*, postais virtuais, álbuns digitais, *blogs*, entre outros, e a conveniência da intervenção arquivística durante a pré-custódia. Entretanto, toda abordagem de Oliveira culmina na importância da definição de políticas institucionais de aquisição.

⁴⁴ Do original “On excess: Susan Sontag's born-digital archives”.

Em 2013, Prom teve seu trabalho “Facilitando a geração de arquivos na era do Facebook” traduzido na revista *Arquivo & Administração*. O autor aborda a iminência da perda de documentos no universo digital e acredita que, com uma melhor percepção acerca de “como os registros são formados e usados dentro das redes sociais humanas, nós estaremos mais bem posicionados para capturar e preservar não só informações, mas também dados contextuais sobre como essa informação foi dispersa e reutilizada” (Prom, 2013, p. 15). Prom centra sua abordagem nas redes sociais e propõe o desenvolvimento de um aplicativo extensível de autoarquivamento, o *myKive*, pelo qual os usuários agregariam suas comunicações pessoais digitais em local de armazenamento reproduzido em forma fixa, preparado para a preservação, em que poderiam controlar seus documentos.

Como resultado do primeiro encontro Arquivos Pessoais e Cultura da Fundação Casa de Rui Barbosa, em 2015, foi publicado, por Rondinelli e Abreu (2015), trabalho sobre as implicações arquivísticas, diplomáticas e tecnológicas da organização do arquivo digital de Rodrigo de Souza Leão, na mesma edição em que Erika Farr apresentou sua experiência com os arquivos digitais de Salman Rushdie, sob o título “A instigante prática de gerenciar arquivos nato digitais”. Foram retratadas as etapas do processamento do arquivo de Rodrigo de Souza Leão por meio de uma abordagem predominantemente empírica, com algumas considerações teóricas, a fim de expor uma nova realidade para as instituições arquivísticas brasileiras que custodiam arquivos pessoais - a chegada de arquivos majoritariamente compostos por documentos nato digitais e suas implicações.

Conforme Craig (apud HOBBS, 2016, p. 314), “necessitamos urgentemente de pesquisas detalhadas sobre o uso de documentos e formas documentais de comunicação feitos por pessoas físicas no decurso de sua vida pessoal”. Nesse aspecto, destacam-se algumas iniciativas, como a segunda fase do projeto InterPARES⁴⁵, em que se trabalhou sobre o conceito de documento arquivístico em ambientes interativos, experienciais e dinâmicos, com estudos de caso no campo artístico, e o projeto PARADIGM⁴⁶, criado pelas bibliotecas das universidades de Oxford e Cambridge, sobre arquivos pessoais em mídias digitais. O projeto

⁴⁵ O Projeto InterPARES - International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems (Pesquisa Internacional sobre Documentos Arquivísticos Autênticos Permanentes em Sistemas Eletrônicos), coordenado pela Universidade de British Columbia, no Canadá, desenvolve pesquisas voltadas à preservação de longo prazo de documentos arquivísticos digitais autênticos.

⁴⁶ O projeto PARADIGM - Personal Archives Accessible in Digital Media (Arquivos Pessoais Acessíveis em Mídia Digital) explora as questões envolvidas na preservação de arquivos pessoais digitais através da obtenção de experiência prática na adesão e admissão de arquivos pessoais digitais em repositórios digitais, e no processamento desses materiais em conformidade com os requisitos de preservação de arquivamento digital.

PARADIGM oferece orientações aos produtores e arquivistas que lidam com arquivos pessoais digitais.

Na mesma linha, a Fundação Casa de Rui Barbosa elaborou e tornou público, em 2015, os documentos *Orientações práticas para a gestão do seu arquivo pessoal digital e Orientações práticas para arquivistas auxiliarem os doadores na preparação de seu arquivo pessoal digital para doação*. O primeiro apresenta um conjunto de procedimentos nos quais escritores, políticos, cientistas e pessoas físicas em geral poderão se basear para bem gerenciar seus documentos produzidos e mantidos em computador. As orientações vão desde a escolha dos nomes dos arquivos e o formato a ser adotado, até a eliminação de documentos que não são mais úteis. Há também instruções sobre *backup*, cuidados com computador e proteção à privacidade (RONDINELLI; ABREU, 2015b). O segundo tem a finalidade de expor diretrizes para os arquivistas guiarem os doadores na preparação dos seus arquivos no momento da doação para a instituição escolhida (RONDINELLI; ABREU, 2015c).

A conjuntura exposta aponta para uma ampla gama de tópicos fundamentais a serem debatidos no que diz respeito aos arquivos pessoais digitais. O hibridismo de sentidos que permeia os arquivos produzidos fora de um ambiente regulado como os espaços domésticos passa, na atualidade, a conjugar-se com o hibridismo tecnológico proporcionado pela rápida disseminação da tecnologia digital no espaço doméstico.

Nessas circunstâncias, impõe-se a reflexão acerca de dois pressupostos essenciais na preservação da confiabilidade⁴⁷ dos arquivos: os documentos de arquivo legitimam ações e transações e a veracidade dos documentos está diretamente relacionada ao modo como foi produzido e preservado (DURANTI, 1994, p. 51). Esses pressupostos relacionam-se às características dos documentos de arquivo e à sua inteireza, cuja preservação é atribuição do arquivista. Elas foram expostas por Jenkinson e revisitadas por Duranti: imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade.

Sem pretender esgotar e problematizar cada uma das características do documento de arquivo ressalta-se que a imparcialidade aqui é entendida como “a promessa de fidelidade aos fatos e ações que manifestam” (DURANTI, 1994, p. 51); a autenticidade como a “credibilidade de um documento arquivístico enquanto tal, isto é, a qualidade de um documento ser o que diz ser e de estar livre de adulteração e corrupção” (INTERPARES, 2012); a naturalidade relaciona-se com a forma como os documentos são criados a partir de

⁴⁷ De acordo com Pearce-Moses (2005, p. 340), confiabilidade consiste na “qualidade de ser confiável e digno de confiança [...], a qualidade de ser consistente e invariável, [...] criado por uma autoridade competente, de acordo com processos estabelecidos, e sendo completo em todos os elementos formais [...]”.

uma necessidade e se acumulam no curso das atividades; o inter-relacionamento diz respeito às relações que os documentos estabelecem entre si no curso das transações, e, por fim, a unicidade deriva da posição única que cada documento de arquivo ocupa no conjunto documental.

A crítica às características de imparcialidade e naturalidade têm sido recorrentes, especialmente no âmbito dos arquivos pessoais, visto que segundo alguns autores essas características tendem a encobrir a dimensão de intencionalidade presente na constituição desses arquivos. Segundo Heymann (2009, p. 50) em sua crítica à característica da naturalidade da acumulação, esses conjuntos documentais são "submetidos não às injunções dos procedimentos administrativos, mas aos desígnios do indivíduo". Contudo, os autores parecem concordar a partir da perspectiva de que as características de imparcialidade e naturalidade não significam

Que os leitores dos documentos devam crer que eles reproduzem os fatos e atos dos quais são parte e parcela: o contexto mais amplo da atividade geradora de documentos e o ambiente cultural no qual seus intérpretes vivem são fatores essenciais para a compreensão da verdade que pode ser extraída dos documentos (DURANTI, 1994, p. 51).

Diante da realidade digital, a autenticidade é a maior preocupação da disciplina, visto que seu comprometimento repercute na confiabilidade do documento. Portanto, a Diplomática desponta como um referencial para o estudo dos arquivos, posto que “cuida da gênese, dos elementos de forma e do status de transmissão (minuta, original e cópia) do documento; enquanto a arquivologia trata de contextualizá-lo, classificá-lo, temporalizá-lo, descrevê-lo e preservá-lo” (RONDINELLI, 2013, p. 140). Nesse sentido, apresenta-se a seguir uma discussão sobre autenticidade e preservação em arquivos digitais.

2.2.1 Autenticidade e preservação em arquivos digitais

Segundo Rogers (2016, p. 17), o conceito de autenticidade dos documentos é fundamental para a Arquivologia e goza de uma fundamentação teórica ao longo dos séculos. Para Jenkinson, os documentos de arquivo eram autenticados em razão da sua preservação oficial, ou seja, seus legítimos custodiadores garantiam confiabilidade ao material (JENKINSON apud ROGERS, 2016, p. 17). Trata-se do conceito de “linha idônea de

custodiantes responsáveis”⁴⁸, de Jenkinson (1966, p. 11, tradução nossa), pelo qual, aplicado a qualquer suporte, a custódia exercida pelo produtor dos documentos ou seu(s) legítimo(s) sucessor(es) assegura que esses documentos são os mesmos desde o início, não sofreram nenhuma adulteração e, portanto, apresentam alto grau de presunção de autenticidade. Nesse caso, a autenticidade estaria relacionada ao “continuum da criação, manutenção e custódia” (DURANTI, 1994, p. 51).

Rogers (2016, p. 17) aponta, em sua revisão de literatura sobre autenticidade de documentos arquivísticos digitais, que autores como Michael Cook descartam a confiança absoluta na cadeia inquebrável de custódia. Para Cook (apud ROGERS, 2016, p. 17) não se pode acreditar que o valor de um documento para pesquisa ou como evidência legal depende da certeza de que nunca deixou a custódia oficial e, portanto, a autenticidade deve ser testada por meio do estudo da proveniência⁴⁹ e dos elementos da forma dos documentos.

A discussão da autenticidade emerge com mais intensidade com a chegada da tecnologia digital, uma vez que documentos produzidos no computador são mais suscetíveis a alterações, legais ou ilegais, e as supressões voluntárias ou involuntárias, especialmente em ambientes sem compromisso com o controle documental como o terreno dos arquivos pessoais. Conforme Rogers (2016, p. 17, tradução nossa)

Os documentos arquivísticos digitais diferem significativamente dos registros em papel. Eles são voláteis e estão sujeitos a perda, alteração intencional ou não intencional, contaminação ou corrupção, mesmo quando eles ainda estão sob a custódia de seu criador. Sua autoria, procedência ou cadeia de custódia pode ser difícil ou impossível de determinar. Eles podem ser transmitidos, compartilhados e copiados com facilidade. Sua acessibilidade está sujeita a obsolescência e incompatibilidade de hardware e software. Mesmo que o criador se baseie em um documento arquivístico digital no curso dos negócios e mantenha sua cadeia de custódia ininterrupta, a fragilidade e a vulnerabilidade dos documentos arquivísticos digitais exigem ações explícitas para proteger a autenticidade do documento. Além disso, a confiabilidade e a acurácia não estão mais diretamente ligadas à autenticidade e podem ser comprometidas em conjunto ou separadamente (Duranti, 2005; Duranti; MacNeil, 1997; Duranti; Thibodeau, 2006; MacNeil, Gilliland-Swetland, 2005). Quando os produtores usam serviços baseados em nuvem, esses desafios são multiplicados.⁵⁰

⁴⁸ Do original “unblemished line of responsible custodians”.

⁴⁹ Segundo Camargo e Bellotto (1996, p. 63), proveniência consiste na “instituição ou pessoa legitimamente responsável pela produção, acumulação ou guarda de documentos”.

⁵⁰ Do original “Digital records differ significantly from paper records. They are volatile and subject to loss, intentional or unintentional alteration, contamination, or corruption, even when they are still in the custody of their creator. Their authorship, provenance, or chain of custody may be difficult or impossible to determine. They may be transmitted, shared, and copied with ease. Their accessibility is subject to hardware and software obsolescence and incompatibility. Even if the creator relies on a digital record in the course of business, and maintains its unbroken chain of custody, the fragility and vulnerability of digital records demands explicit action

Duranti (1989, p. 17) expõe que existem três dimensões independentes da autenticidade: legal, diplomática e histórica. Documentos legalmente autênticos são aqueles que testemunham em sua própria causa a partir de uma autoridade pública que sustenta sua genuinidade. Os documentos diplomaticamente autênticos são aqueles que foram elaborados de acordo com a prática do tempo e do local indicado no texto e assinados pela pessoa competente a criá-los. Por fim, os historicamente autênticos são aqueles que atestam eventos e informações verdadeiras.

Portanto, a autenticidade configura-se como uma preocupação crítica nos domínios da história, do direito e da diplomática (ROGERS, 2016, p. 18). Nesse sentido, o conceito de documento autêntico fica condicionado à disciplina pela qual é considerado e ao propósito a que serve (ROGERS, 2016, p. 19). Trata-se, portanto, de uma construção social dependente do contexto ou da disciplina dentro da qual a autenticidade é definida, interpretada e requerida (ROGERS, 2016, p. 34).

Nesse sentido, os estudos de preservação digital, na medida em que investigam a natureza dos documentos arquivísticos digitais e seus atributos, apoiam a presunção de autenticidade. Segundo Eastwood (apud ROGERS, 2016, p. 20, tradução nossa), as contingências que dão autenticidade aos documentos "são observáveis não no próprio documento, mas nos procedimentos de criação, manutenção e preservação"⁵¹. Assim, a preservação configura-se apenas em parte como uma questão técnica, mas "é um componente de uma ampla agregação de serviços, políticas e partes interessadas interligadas, que, juntas, constituem um ambiente digital"⁵² (LAVOI; DEMPSEY apud ROGERS, 2016, p. 32, tradução nossa).

De acordo com a diplomática clássica, a presunção de autenticidade está atrelada a dois requisitos: identidade, qual seja os atributos que caracterizam o documento de arquivo como único (data, autor, etc.), e integridade, que se refere à capacidade de um documento de arquivo se manter sem alterações ou corrupções de forma e conteúdo (DURANTI; PRESTON, 2008). Para a diplomática clássica, a credibilidade de um documento equivale à

to protect the record's authenticity. Furthermore, reliability and accuracy are no longer directly linked to authenticity and may be compromised together or separately (Duranti, 2005; Duranti; MacNeil, 1997; Duranti; Thibodeau, 2006; MacNeil, Gilliland-Swetland, 2005). When creators use cloud-based services, these challenges are multiplied."

⁵¹ Do original "are observable not in the document itself but in the procedures of creation, maintenance, and preservation".

⁵² Do original "one component of a broad aggregation of interconnected services, policies, and stakeholders which together constitute a digital environment".

autenticidade, o que implica a presunção de confiabilidade, acurácia⁵³ e legitimidade. Entretanto, Rogers (2016, p. 20, tradução nossa) afirma que

Com os documentos arquivísticos digitais, identidade e integridade não estão mais vinculadas. A diplomática moderna estabelece a credibilidade de um documento arquivístico em termos de três elementos - confiabilidade, acurácia e autenticidade, mas não pode inferir a partir da veracidade ou legitimidade.⁵⁴

A autora afirma que a intimidade e conforto com a avaliação da autenticidade de documentos arquivísticos em papel advém da capacidade de vê-los e tocá-los. Isso não se configura no mundo digital, posto que no lugar de documento físico enxergamos “uma exibição de componentes montados – fluxos de bits ordenados por conjuntos de regras interagindo em diferentes camadas de tecnologia (sistema operacional, protocolos de transporte, aplicativos de softwares, etc.)”⁵⁵ que dependem de recursos para serem lidos ou entendidos (ROGERS, 2016, p. 21, tradução nossa).

Sendo assim, ao ser recebido, lido e salvo, um documento digital, metaforicamente, se desfaz em bits e quando chamado de volta, os bits têm que ser reinterpretados pelo sistema computacional para reaparecer na tela (RONDINELLI; ABREU, 2015a, p. 245). A discussão sobre documento original emerge com mais força, portanto, diante da realidade digital. Segundo Duranti e MacNeil (1996, p. 56, tradução nossa) “um original é o primeiro documento completo e efetivo”⁵⁶, ou seja, para ser um original, o documento tem que ser o primeiro, tem que estar completo (pronto) e capaz de efetivar a ação para a qual foi criado embora, no âmbito pessoal, a identificação da ação seja passível de discussão. Um documento produzido com a finalidade de comunicar algo e não enviado é o primeiro e está completo, mas não é capaz de efetivar a ação, logo, não se trata de um original.

Com base nos estritos conceitos da diplomática contemporânea, um original digital dura apenas algumas partículas de segundos, ou seja, o instante exato em que foi recebido, lido e salvo pela primeira vez (instanciação). A partir disso, a cada consulta, o documento precisa ser recriado para se representar aos olhos humanos. Assim, infere-se que não é possível manter um original digital, mas apenas a capacidade de reproduzi-lo ou recriá-lo.

⁵³ Segundo o InterPARES 3 Project (2012) acurácia é “o grau em que dados, informações, documentos ou registros são precisos, corretos, verdadeiros, livres de erros ou distorções, ou pertinentes ao assunto”.

⁵⁴ Do original “with digital records, identity and integrity are no longer linked. Modern diplomacy establishes the trustworthiness of a record in terms of three elements – reliability, accuracy, and authenticity, but cannot infer from that truthfulness or legitimacy”.

⁵⁵ Do original “a display of assembled digital components – streams of bits ordered by sets of rules interacting in different layers of the technology (operating system, transport protocols, software applications, etc.)”

⁵⁶ Do original “An original is the first complete and effective record”.

Desse modo, constata-se que um original digital, após a primeira instanciação, é, na verdade, o que a diplomática chama de cópia⁵⁷, a qual pode ser autêntica, simples, imitativa etc., dependendo de cada contexto.

O original digital passa, portanto, a ser o chamado documento arquivístico autoritário, definido como aquele “considerado pelo produtor como o documento oficial e que está sujeito a controles de procedimentos não exigidos para outras cópias”⁵⁸ (DURANTI; PRESTON, 2008, p. 775, tradução nossa). Em outras palavras, no ambiente digital, o documento arquivístico original é aquele arbitrado pelo produtor e, na sequência, pelo preservador, já que, de acordo com a Diplomática, um original digital não se mantém, mas dá lugar apenas a cópias.

Em histórico apresentado por Rogers (2016, p. 21) pode-se observar que, antes da década de 1990, os arquivos digitais eram considerados desprovidos de valor legal ou transacional e dotados apenas de valor informativo. No entanto, segundo relatório do Conselho Internacional de Arquivos,

A primeira e mais fundamental razão para criar arquivos é provar direitos legais. Em segundo lugar, os arquivos servem como instrumentos para a administração de uma organização. Finalmente, os arquivos são o patrimônio cultural e constituem uma das condições prévias para a responsabilização social e política. **Todos esses propósitos podem ser servidos apenas com documentos autênticos**, isto é, com documentos confiáveis não apenas no momento em que são criados, mas permanecem confiáveis por muito tempo. Isso significa que esses documentos devem ser preservados da destruição e da alteração. Se os arquivos eletrônicos forem comparados com os arquivos "convencionais", torna-se evidente uma série de problemas especiais com a manutenção de documentos eletrônicos autênticos (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2002, p. 6, tradução nossa, grifo nosso).⁵⁹

Para Rogers (2016, p. 25), a confiabilidade de um documento arquivístico é de responsabilidade exclusiva do seu produtor, por meio da forma e modo de produção do documento e da credibilidade dos atores envolvidos em sua produção. Por outro lado, a autenticidade, segundo Duranti e MacNeil (1996, p. 56, tradução nossa), se relaciona à

⁵⁷ Para definição dos diferentes tipos de cópia, ver Duranti (1998, p. 51-53).

⁵⁸ Do original “considered by the creator to be its official record and is usually subject to procedural controls that are not required for other copies”.

⁵⁹ Do original “The first and most fundamental reason for creating archives is to prove legal rights. Secondly, archives serve as instruments for the administration of an organization. Finally, archives are cultural heritage and they are one of the preconditions for social and political accountability. All these purposes can be served only with authentic documents, that is with documents that are reliable not only at the moment when they are created but remain reliable for a long time to come. That means that those documents must be preserved from destruction and from alteration. If electronic archives are compared to “conventional” archives a range of special problems with keeping authentic electronic documents becomes obvious.”

maneira, à forma e ao estado de transmissão do registro, ao modo de sua preservação e custódia e “é protegida e garantida pela adoção de métodos que garantem que o registro não seja manipulado, alterado ou de outra forma falsificado após a sua criação, ou seja, o registro é precisamente tão confiável como era quando feito, recebido e retido”⁶⁰.

Portanto, Duranti e MacNeil (1996, p. 57) afirmam que no que diz respeito à preservação e à custódia, a maior diferença entre documentos arquivísticos tradicionais e digitais consiste no fato da autenticidade em arquivos tradicionais ser mantida com a preservação da mesma forma e do mesmo estado de transmissão em que foram produzidos, recebidos e retidos, enquanto que os arquivos digitais necessitam de migração contínua, tendo em vista a sua vulnerabilidade e a rápida obsolescência de *hardware* e *software*.

Assim, nenhum registro eletrônico sobreviverá por mais de uma década em sua forma original (o termo "sobrevivência" não se refere exclusivamente à existência física, mas inclui legibilidade e inteligibilidade). A autenticidade dos registros eletrônicos a longo prazo só pode ser assegurada por processos de auto-autenticação de reprodução de um meio para outro e de conversão de uma tecnologia digital para outra; Pela confiabilidade da pessoa ou cargo encarregado da autoridade e da capacidade de realizar os processos de reprodução e conversão; E por uma linha ininterrupta de custódia física (DURANTI; MACNEIL, 1996, p. 57, tradução nossa).⁶¹

Nesse cenário, há uma separação entre as funções do produtor de documentos, primeiro responsável pela confiabilidade e autenticidade, e o preservador de documentos, responsável pela autenticidade em longo prazo (ROGERS, 2016, p. 26). Desse modo, a presunção de autenticidade é inferida com base nas evidências sobre como os documentos foram criados e mantidos. Essa evidência pode ser fornecida pelo produtor ou por meio de uma análise mais profunda, como a comparação de documentos com cópias preservadas em outros lugares (redundância), análise forense, testemunho de terceiros ou análise de trilhas de auditoria (MACNEIL; GILLIANDSWETLAND apud ROGERS, 2016, p. 28).

No entanto, se a confiabilidade e autenticidade dos documentos arquivísticos são garantidas por meio de incorporação de regras e estabelecimento de controle, como presumir

⁶⁰ Do original “is protected and guaranteed through the adoption of methods that ensure that the record is not manipulated, altered, or otherwise falsified after its creation, that is, the record is precisely as reliable as it was when made, received, and set aside.”

⁶¹ Do original “Thus, no electronic record will ever survive for more than a decade in its original form (the term "survival" does not refer exclusively to physical existence, but includes readability and intelligibility). The authenticity of electronic records in the long term can only be ensured by self-authenticating processes of reproduction from one medium to another and of conversion from one digital technology to another; by the reliability of the person or office entrusted with the authority and the capacity of carrying out the reproduction and conversion processes; and by an uninterrupted line of physical custody”.

a autenticidade de documentos produzidos no espaço doméstico? Rogers (2016, p. 30) afirma que a estrutura e a função das entidades digitais criadas na arte e na ciência muitas vezes não se assemelham às produzidas em contextos legais ou administrativos. O estabelecimento de requisitos para a presunção de autenticidade é fundamental. Porém, podem ser difíceis de aplicar ou adaptar, a depender da natureza dos documentos do produtor (ROGERS, 2016, p. 30). Forstrom (apud BASS, 2012 p. 42, tradução nossa) afirma que

Os documentos eletrônicos de um indivíduo raramente são, ou pelo menos frequentemente, sujeitos aos requisitos jurídico-administrativos que regem os arquivos institucionais. Além disso, na medida em que os documentos refletem o trabalho de um indivíduo fora de um ambiente institucional ou em rede, pode haver poucos ou nenhum atributo de transação vinculados aos documentos.⁶²

Sendo assim, muitos dos requisitos baseados nos atributos transacionais dos documentos arquivísticos não podem ser demonstrados ou estabelecidos nos documentos arquivísticos digitais de indivíduos. Segundo Forstrom (apud BASS, 2012 p. 42, tradução nossa) a autenticidade em arquivos pessoais digitais é “um desafio para avaliar e garantir quando sabemos pouco ou nada sobre a forma como os documentos foram criados e mantidos”⁶³. O Projeto InterPARES apresenta, por exemplo, um conjunto de requisitos para a presunção de autenticidade dos documentos arquivísticos digitais, conforme a Figura 1.

⁶² Do original “An individual author’s electronic records are rarely, or at least less often, subject to the juridical-administrative requirements governing institutional records. Further, to the extent that the records reflect the work of an individual outside an institutional or networked environment, there may be few or no transactional attributes linked to the records”.

⁶³ Do original “a challenge to assess and guarantee when we know little or nothing about the manner in which records have been created and maintained”.

Figura 1 – Conjunto de requisitos para presunção de autenticidade

<< CONJUNTO DE REQUISITOS A >>

A fim de apoiar a presunção de autenticidade, o preservador deve comprovar:

REQUISITO A.1: Expressão dos atributos do documento arquivístico e sua ligação com o documento arquivístico
O valor dos seguintes atributos está explicitamente expresso e inextricavelmente ligado a todos os documentos arquivísticos. Estes atributos podem ser distinguidos em duas categorias: a primeira diz respeito à identidade dos documentos arquivísticos, e a segunda à integridade dos mesmos.

A.1.a Identidade do documento arquivístico:

A.1.a.i Nomes das pessoas que participaram da formação do documento arquivístico, ou seja:

- nome do autor^a
- nome do redator^b (se for diferente do autor)
- nome do originador^c (se for diferente do autor ou do redator)
- nome do destinatário^d

A.1.a.ii Nome da ação ou assunto

A.1.a.iii Data(s) de produção e transmissão, ou seja:

- data cronológica^e
- data de recebimento^f
- data de arquivamento^g
- data(s) de transmissão^h

A.1.a.iv Expressão de relação orgânicaⁱ (por exemplo, código de classificação, identificador de arquivo)

A.1.a.v Indicação de anexos

A.1.b Integridade do documento arquivístico:

A.1.b.i Nome da unidade responsável pela execução da ação contida no documento^l

A.1.b.ii Nome da unidade que tem a responsabilidade principal (se diferente do anterior)^k

A.1.b.iii Indicação de tipos de anotação acrescentada ao documento arquivístico^l

A.1.b.iv Indicação de modificações técnicas^m

REQUISITO A.2: Privilégios de acesso
O produtor definiu e efetivamente implementou privilégios de acesso com relação à produção, modificação, anotação, remanejamento e destruição de documentos arquivísticos.

REQUISITO A.3: Procedimentos de proteção: perda e corrupção de documentos arquivísticos
O produtor estabeleceu e efetivamente implementou procedimentos para evitar, descobrir e corrigir a perda ou corrupção de documentos arquivísticos.

REQUISITO A.4: Procedimentos de proteção: meios e tecnologia
O produtor estabeleceu e efetivamente implementou procedimentos para garantir a identidade e a integridade contínuas dos documentos arquivísticos, face à deterioração dos meios e das mudanças tecnológicas.

REQUISITO A.5: Estabelecimento de formas documentais
O produtor estabeleceu as formas documentais dos documentos arquivísticos associadas a cada procedimento, de acordo com os requisitos do sistema legal ou os requisitos do produtor.

REQUISITO A.6: Autenticação de documentos arquivísticos
Para o caso de o sistema jurídico ou as necessidades da organização exigirem autenticação, o produtor estabeleceu regras específicas com relação a quais documentos arquivísticos devem ser autenticados, bem como por quem e por que meios a autenticação deve ser feita.

REQUISITO A.7: Identificação do documento arquivístico autoritário
Para o caso de existirem cópias múltiplas do mesmo documento arquivístico, o produtor estabeleceu procedimentos que identificam qual documento é o autoritário.

REQUISITO A.8: Remoção e transferência de documentação relevante
Para o caso de transferência de documentos do arquivo corrente para o intermediário ou recolhimento do arquivo intermediário para o permanente, envolvendo sua remoção do sistema eletrônico, o produtor estabeleceu e efetivamente implementou procedimentos para determinar qual documentação tem que ser removida e transferida para o preservador juntamente com os documentos arquivísticos.

Fonte: INTERPARES 2 PROJECT, 2013b)

Os documentos digitais têm desafiado muitos dos pressupostos e abordagens sobre a produção e preservação de arquivos pessoais pelo viés tradicional. Bass (2012, p. 44) afirma que à medida que os profissionais de arquivo desejam estabelecer e manter a verdadeira proveniência e autenticidade dos arquivos pessoais digitais, precisam se perguntar se esses documentos deveriam ser mantidos com os mesmos padrões rigorosos que os documentos produzidos em ambientes corporativos, legais e governamentais.

Diante desse cenário, os metadados se constituem em recurso fundamental para a análise do documento arquivístico digital. São eles “dados estruturados que descrevem e permitem encontrar, gerenciar, compreender e/ou preservar documentos arquivísticos ao longo do tempo” (CONARQ, 2016, p. 29) e surgem da necessidade imposta pelo uso das tecnologias da informação de registrar outras informações, além das descritivas, para garantir sua compreensão e acessibilidade ao longo do tempo. Segundo Bass (2012, p. 36), sem metadados, os documentos são simplesmente dados desprovidos de estrutura e significado contextual. Servem, portanto, para atestar e avaliar a autenticidade.

Os metadados são declarações legíveis por máquinas e por humanos sobre os recursos de informação que permitem o controle físico, intelectual e técnico sobre esses recursos. Os usuários criam e anexam e, em seguida, mantêm e preservam metadados, automaticamente e/ou manualmente, ao manter seus documentos arquivísticos digitais, documentos e dados. Esses metadados podem ser técnicos, administrativos ou descritivos. Eles codificam e acompanham a identidade e a integridade do material ao longo do tempo e em toda a mudança tecnológica (ROGERS, 2016, p. 31, tradução nossa).⁶⁴

Entretanto, Bass (2012, p. 45) afirma que muito trabalho precisa ser feito para traduzir requisitos de metadados altamente conceituais e idealizados em padrões reais que possam ser razoavelmente atendidos pela dinâmica diária da produção de documentos digitais no âmbito pessoal. No que tange aos metadados relativos à identidade do documento arquivístico, o questionamento da autoria é bastante importante no âmbito dos arquivos pessoais digitais, uma vez que os arquivos produzidos fora de um ordenamento jurídico são permeados pela falta de um mínimo de controle e seus produtores podem incorrer em condutas que prejudicam a inferência sobre o autor dos documentos.

⁶⁴ Do original “Metadata are the machine- and human-readable assertions about information resources that allow for physical, intellectual and technical control over those resources. Users create and attach, and then maintain and preserve metadata, either automatically and/or manually, when maintaining their digital records, documents, and data. These metadata may be technical, administrative, or descriptive. They codify and track the identity and integrity of the material over time and across technological change.”

As informações de identidade estão muitas vezes implícitas nos registros, com a consequência de que os indicadores-chave de identidade podem ser perdidos quando os registros são transferidos para fora do sistema de criação de registros ou de manutenção de registros. A indiferença dos produtores de documentos com questões de autenticidade também é comumente substituída pela confiança na tecnologia para proteger a autenticidade (MACNEIL; GILLIANDSWETLAND apud ROGERS, 2016, p. 29, tradução nossa).⁶⁵

Pelo panorama exposto, a autenticidade tem sido a principal preocupação dos estudos sobre a natureza e preservação dos documentos arquivísticos digitais. Segundo Rogers (2016, p. 32), os estudos podem ser classificados de acordo com seu foco, que pode ser o desenvolvimento de padrões, estruturas e sistemas de repositório, como o modelo conceitual OAIS⁶⁶; definição e utilização de esquemas de metadados; a natureza dos objetos digitais; as tecnologias de preservação; e os formatos de arquivo. Para Rogers (2016, p. 32) todos os projetos que se dedicam às questões mencionadas compartilham um objetivo comum, a preservação de documentos arquivísticos digitais confiáveis, embora nem todos abordem a autenticidade de maneira explícita.

Nas considerações finais de sua revisão de literatura sobre autenticidade, Rogers (2016, p. 37, tradução nossa) afirma que “embora muitas pesquisas atuais se concentrem na preservação digital e questões legais, como privacidade, segurança e acesso, o que tem faltado é uma medida de como os profissionais de arquivo estão lidando com a autenticidade de registros digitais no dia-a-dia”⁶⁷. A premissa da autora é de que, apesar dos avanços no conhecimento e conscientização sobre os problemas dos documentos arquivísticos digitais entre os profissionais de arquivo e da complexa pesquisa de modelos de autenticidade como parte da pesquisa de preservação, a lacuna entre pesquisa e prática ainda existe.

Nesse contexto, a organização e a descrição arquivística configuram-se também como recursos que apoiam a presunção de autenticidade dos documentos. Enquanto perpetuam “os

⁶⁵ Do original “Identity information is often implicit in the records, with the consequence that key indicators of identity may be lost when the records are transferred out of the record creating or record keeping system. Indifference of records creators to issues of authenticity were also common, replaced by confidence in the technology to protect the authenticity of the records.”

⁶⁶ Modelo de referência Open Archival Information System (OAIS) desenvolvido pelo Consultive Committee for Space Data Systems (CCSDS), que culminou na norma ISO 14721:2003. Segundo o CONARQ (2015, p. 8), o modelo OAIS, preocupado com a confiabilidade e preservação a longo prazo dos documentos, “descreve as funções de um repositório digital e os metadados necessários para a preservação e o acesso dos materiais digitais gerenciados pelo repositório, que constituem um modelo funcional e um modelo de informação”. O modelo foi publicado no Brasil por meio da ABNT NBR 15.472:2007 – sistemas espaciais de dados e informações – modelo de referência para um Sistema Aberto de Arquivamento de Informação (SAAI).

⁶⁷ Do original “While much current research focuses on digital preservation and legal issues such as privacy, security, and access, what has been lacking is a measure of how records professionals are handling authenticity of digital records on a day-to-day basis”.

relacionamentos dos documentos de um fundo, conforme explicitado no histórico administrativo, custodial e tecnológico, bem como no âmbito e conteúdo das séries e subséries e na representação hierárquica do arranjo” (ARQUIVO NACIONAL, 2012, p. 4) funcionam como um atestado coletivo de autenticidade (DURANTI; MACNEIL, 1996, p. 57). Desse modo, o próximo capítulo abordará a gênese e as etapas do processamento arquivístico do arquivo nato digital de Rodrigo de Souza Leão, a fim de identificar os desafios impostos pela tecnologia digital no âmbito do tratamento dos arquivos pessoais digitais.

3. GÊNESE, IDENTIDADE E PROCESSAMENTO DE ARQUIVOS PESSOAIS DIGITAIS

Um dos principais aspectos que tornam complexa a apreensão dos arquivos pessoais como arquivos e não como coleções de papéis privados reside na dificuldade de percebê-los como testemunhos de ações. Segundo Menne-Haritz (apud RODRIGUES, 2009, p. 7), “uma ação é qualquer exercício de vontade que objetiva criar, mudar, manter ou extinguir situações”. Como afirma Rodrigues (2009, p. 7), a razão que justifica a existência do documento de arquivo, sua natureza probatória, resulta da ação intrínseca à sua gênese. Bellotto (2010, p. 161) afirma que a função probatória dos documentos arquivísticos advém da indissolubilidade entre produtor, contexto, gênese e função. Nesse sentido, Menne Haritz afirma que

O conceito de arquivo, que está na base do princípio da proveniência, significa que nenhum documento pode ser totalmente compreendido e interpretado sem se conhecerem as razões que estão na origem de sua criação [...] as condições dentro das quais os documentos foram escritos, a razão pela qual alguém o redigiu e por que foi expedido por alguém a outro alguém. As respostas a estas perguntas encontram-se, de um lado, no texto dos outros documentos pertencentes ao mesmo conjunto; de outro lado, no lugar do documento no conjunto e no lugar do conjunto no complexo da documentação [...] (apud BELLOTTO, 2010, p. 166).

Para Carrucci (1993, p. 63, tradução nossa), “o estudo de gênese documental incide na relação entre a natureza da ação jurídica e a forma do ato e tendem a evidenciar – inclusive precedendo do conteúdo – os aspectos formais do documento”⁶⁸. Na gênese reside uma necessidade social ou corporativa e mesmo nos documentos que não são produzidos a partir de um ato de natureza jurídica, como a maioria dos documentos que compõem um arquivo pessoal, está-se “sempre dentro do quadro de terem sido produzidos/recebidos/acumulados no exercício das funções da entidade a qual pretende o arquivo” (BELLOTTO, 2010, p. 168).

Desse modo, embora a terminologia adotada (ação, prova, função, etc.) reflita a realidade dos espaços em que a teoria arquivística começou a ser formulada, os arquivos governamentais, Bellotto permite relativizar a teoria na direção dos arquivos pessoais, pois esses arquivos se originam em virtude das necessidades, preferências e desejos de seus

⁶⁸ Do original “El estudio de la génesis del documento incide en la relación entre la naturaleza de la acción jurídica y la forma del acto y tiende a evidenciar – incluso precediendo del contenido – los caracteres formales del documento”.

produtores, e não, necessariamente, por motivos administrativos ou jurídicos, embora alguns documentos dessa natureza existam, em geral, nos arquivos pessoais (2016, p. 303).

Ainda que a maioria dos indivíduos não se refira a cartas, diários, vídeos, mensagens de *e-mail* e fotos como documentos de arquivo, essas formas documentais são geradas pelos ritmos orgânicos da vida cotidiana e preservadas pelo valor permanente que os torna arquivísticos (BASS, 2012, p. 1), capazes de evidenciar as funções e atividades de seu criador.

Assim, parece pertinente apresentar a perspectiva de Marie-Anne Chabin para os arquivos de um modo geral (1999, p. 67-69), pois ao discutir a definição de arquivos afirma que os documentos podem ser arquivísticos por nascimento ou por batismo. Os primeiros são aqueles produzidos ou recebidos por uma pessoa no decurso de uma atividade e são gerados porque são úteis para o seu produtor, quer como prova ou como um elemento de memória para a atividade. São, portanto, documentos de arquivo em sua natureza.

Os documentos de arquivo por batismo são divididos em dois tipos: aqueles que são como vestígios perdidos que são reencontrados e tornam-se úteis novamente de alguma maneira, passando por uma espécie de "renascimento", e aqueles que não possuem, necessariamente, valor funcional ou utilidade probatória, como nos documentos de arquivo por nascimento, mas que, acumulados, sobreviveram e que são reconhecidos por seu valor de memória, de testemunho do passado. Embora sejam questionados quanto ao seu caráter arquivístico, a partir do momento em que se identifica proveniência, destinatário e conteúdo, eles podem desempenhar o papel de documentos de arquivo no testemunho da história de um indivíduo ou grupo de indivíduos.

Duranti (2008)⁶⁹ afirma que qualquer coisa pode ser um documento arquivístico, se é tratado como tal por seu titular, ou seja, colocando-o em relação com outros documentos arquivísticos de seu arquivo. A escrita nele é irrelevante, porque um pedaço de papel em branco pode levar uma mensagem se ele foi enviado para passar um sinal. O que é importante é que o item esteja inter-relacionado com os outros documentos do produtor.

O arquivo de um indivíduo inclui, além de ações que o vinculam a instituições sociais, “inúmeras ações juridicamente irrelevantes” (DURANTI apud CAMARGO, 2009, p. 35) das quais as regras são menos claras: “relações de amizade e amor, opções intelectuais, obsessões, hobbies e tantas outras”. Nos arquivos institucionais as ações se evidenciam por meio de espécies convencionais bem conhecidas, enquanto que nos arquivos de pessoas ainda

⁶⁹ DURANTI, Luciana. **SORRY!** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <roselyrondinelli@gmail.com> em 10 ago. 2008.

necessitam de “definição para que sua funcionalidade seja perfeitamente identificada” (CAMARGO, 2009, p. 35), uma vez que os documentos não são produzidos em virtude de outros interesses que não os expressos por sua funcionalidade. Soma-se a isso a natureza utilitária dos arquivos pessoais, pela qual o documento constitui-se mediador das atividades de que participa (CAMARGO, 2009, p. 36).

Nesse sentido, conforme Fayet “o documento não pode ser lido sem uma reflexão sobre suas condições específicas de produção, de conservação e de organização. Desprovido de autonomia epistemológica, o arquivo materializa a personalidade ou a instituição de que resulta” (apud CAMARGO, 2009, p. 34). Preservar o contexto funcional dos arquivos pessoais pode parecer excessivo, uma vez que as razões da aquisição à uma instituição de custódia são diferentes das que deram origem aos documentos (CAMARGO, 2009, p. 31). No entanto,

Não se trata de preciosismo. Organizar e descrever qualquer arquivo em função de seu valor secundário significa retirar dele, exatamente, os atributos probatórios de sua relação com o contexto de origem. A ideia de que só se obtém informação qualificada quando se compreende seu significado no contexto em que foi produzida, é aliás, partilhada pelos praticantes de várias disciplinas. Para a arquivística, no entanto, a correlação entre a atividade e o documento que a viabiliza (e que, por isso, lhe serve de prova) é crucial e constitui o núcleo básico dos procedimentos que conferem à área caráter científico, distinguindo-a, inclusive, de outras disciplinas com as quais tem sido frequentemente associada.

Diante das mudanças nas formas documentais, nas metodologias de trabalho e das adaptações impostas pelas novas tecnologias, só com a identificação da proveniência e do contexto de produção é que podem ser alcançados “resultados satisfatórios contra a confusão e a perda do que realmente interessa saber dos documentos de arquivo [...] porque o conhecimento do contexto inclui: o quê? Para quê? Por quem? Quando? Como?” (BELLOTTO, 2010, p. 167). Isso

Porque os documentos eletrônicos não existem como entidades físicas e muito da informação contextual sobre os documentos eletrônicos não estão visíveis aos usuários e não são rotineiramente capturados [...e a] separação entre as relações físicas e as relações lógicas dos documentos eletrônicos traz ainda mais complexidade à questão (DUCHEIN apud BELLOTTO, 2010, p. 167).

Uma vez que, segundo Camargo (1998, p. 170), o documento de arquivo não dispõe de autonomia, os estudos de gênese viabilizam o delineamento do contexto arquivístico, isto

é, segundo Thomassen (2006, p. 5), todos os elementos que determinam como os documentos foram produzidos, estruturados, administrados e interpretados.

Segundo Bellotto (2010, p. 169), o caminho da gênese documental se divide entre o nascimento de uma iniciativa, pesquisas e consultas, a deliberação, o controle da deliberação para que o documento tenha o efeito desejado, a escolha do tipo documental adequado e a execução ou documentação. Portanto, quanto melhor se conhece o processo de gênese do documento, “melhor executado será o trabalho de classificação, avaliação, descrição e difusão” (BELLOTTO, 2010, p. 169), porque permite conhecer a proveniência, circunstâncias de produção, procedimentos, finalidade, a quem se destina e como chegou ao arquivo.

O caráter probatório do documento arquivístico, que o distingue dos demais documentos, encontra-se na relação existente com seu produtor e depende da natureza contextual (CAMARGO apud RODRIGUES, 2010, p. 176). Para Camargo, a contextualização deve ser compreendida na dimensão da busca por uma genealogia do documento, estabelecendo um “padrão de relações de parentesco entre eles, a partir de estruturas organizacionais e/ou funções” (apud RODRIGUES, 2010, p. 176). Para Duranti (1994, p. 52), os documentos se relacionam “entre si por um elo que é criado no momento em que são produzidos ou recebidos, [...] determinado pela razão de sua produção e [...] necessário à sua própria existência, à sua capacidade de cumprir seu objetivo, ao seu significado, confiabilidade e autenticidade”. Tal relação configura-se como a asserção indispensável para a compreensão da gênese e identidade do documento arquivístico.

Apesar de produzidos por motivos pessoais e sob as conjunturas mais diversas, compreender o vínculo entre a pessoa e o documento revelado em sua forma e conteúdo, permite chegar à identidade do documento de arquivo, qual seja, seus elementos de estrutura e substância que o caracterizam como único. Segundo Rodrigues (2010, p. 181) “a estrutura do documento está relacionada com sua aparência externa, enquanto a substância refere-se ao seu conteúdo, elementos necessários para que o documento possa cumprir seus objetivos”.

Na perspectiva apresentado por Rodrigues (2010, p. 180) as competências, funções e atividades são elementos que devem ser considerados na análise para caracterizar a natureza do documento arquivístico. Esses elementos permitem ir “além da decomposição das partes do documento jurídico, para determinar sua autenticidade ou valor como fonte para a história”. Nesse sentido, o presente capítulo apresenta um texto biográfico com foco na gênese documental, funções e atividades de Rodrigo de Souza Leão e propõe-se a uma descrição das etapas do processamento arquivístico de seu arquivo após sua doação à

Fundação Casa de Rui Barbosa, a fim de identificar os desafios apresentados pela tecnologia digital no âmbito do tratamento dos arquivos pessoais digitais.

3.1 Vida, produção documental e arquivamento de Rodrigo de Souza Leão

Nascido em 4 de novembro de 1965, Rodrigo Antonio de Souza Leão iniciou seu contato com a escrita aos 18 anos como letrista. Interessado em radiojornalismo e pelo ofício de DJ, Rodrigo aspirava ser locutor e, depois, cantor. Escreveu letras para a banda punk *Eutanásia*, estudou canto lírico no conservatório Villa-Lobos e ingressou na banda *Pátria Armada*, com a qual se apresentou em conhecidas casas de show na década de 1980 como *Circo Voador*, *Metrópolis*, *Let it Be e Made in Brazil*. Atuou ainda nas bandas *Morganas* e *Ensaio a 4*. A música se conjugaria às outras facetas artísticas de Rodrigo ao longo de toda a sua vida. Participou do *CD Melopéia*, de Glauco Mattoso, e musicou com Gizza Negri poemas seus para o projeto *Krâneo e seu neurônio*.

Em seu arquivo digital constam diversos documentos que evidenciam seus interesses e atuação na música. Sua produção fonográfica mais recente, inúmeras letras de música, fotografias de seu estúdio, vídeos de audições, documentos referentes à formação em radiojornalismo e cursos de locução. Entretanto, constata-se também a existência de fotografias de cantores e bandas, capas de discos e sua biblioteca pessoal de música. Diante desse aspecto característico dos arquivos digitais, qual seja, o de conjugar, sem ocupar tanto espaço quanto o material analógico, uma ampla gama de material capturado da internet⁷⁰, Schmidt e Ardam (2014, tradução nossa) refletem:

Este arquivo de origem digital preserva documentos importantes – como os rascunhos de ensaios de Sontag, por exemplo – ao lado de documentos consideravelmente de menor importância. Certamente algum estudioso vai encontrar valor na correspondência eletrônica de Sontag sobre *Diante da dor dos outros*, mas quanto podemos colher da pequena biblioteca de música do seu computador (o que, para o documento, é medido sobre Edith Piaf e Jacques Brel)? Ou, para colocar esta questão de forma mais drástica: há qualquer coisa de valor no artigo sobre “*low carb mania*” encaminhados para Sontag por seu filho em agosto de 2014?⁷¹

⁷⁰ Segundo Pearce-Moses (2005, p. 215, tradução nossa), “uma rede internacional de telecomunicações que utiliza o protocolo TCP/IP para conectar redes de computadores menores”. Do original “An international telecommunications network that uses the TCP/IP protocol to connect smaller computer networks”.

⁷¹ Do original “This born-digital archive preserves the important — drafts of Sontag’s essays, for example — alongside the considerably less so. Surely some scholar will find value in Sontag’s e-correspondence about Regarding the Pain of Others, but how much can we glean from her computer’s small music library

Entretanto, cabe matizar essa reflexão, uma vez que na perspectiva arquivística, a importância dos documentos reside na sua ligação com o produtor e acumulador. Músicas e leituras de interesse apontam para o perfil do titular. Documentos aparentemente irrelevantes podem, pela relação orgânica com outros, ganhar inteligibilidade ou produzir estranhamento no exercício de inter-relacionamento, característico do tratamento dos arquivos. Nesse sentido, embora a discussão sobre “valor” dos documentos em arquivos pessoais não seja uma novidade, ela se amplia em virtude da facilidade de capturar e armazenar documentos em ambientes digitais.

A popularização dos computadores pessoais e smartphones, e a capacidade de armazenamento de recursos levam Moser (2014), na condição de pesquisador usuário de arquivos, a refletir se a quantidade de discos rígidos recolhidas aos arquivos revelará mais sobre nossas vidas ou se, ao expor demais, acabarão por revelar menos. Samuelsson (2014, p. 90) afirma que as impressões pessoais em um mundo digital provavelmente serão superiores em número quando comparadas ao mundo analógico, porque a “estrutura global da internet” e a “sociedade digital online” possibilitam que qualquer pessoa conserve seus rastros e que, por sua vez, possam acessar outras pessoas.

Em entrevista concedida a Fernando Ramos, do *Jornal Vaia*, Rodrigo afirmou que começou a escrever letras de música aos 18 anos, seu primeiro contato com a escrita literária. A partir disso o escritor chegou à poesia (LEÃO, 2009), que, por sua vez, veio do hábito da leitura (LEÃO, 2008a), adquirido após sua primeira internação (LEÃO, 2008b), em 1989. Rodrigo apresentava sintomas desde os 15 anos e, aos 23, foi diagnosticado com esquizofrenia.⁷² Formado em jornalismo desde os 22 anos pela Faculdade da Cidade, Rodrigo atuava como editor e repórter do Informe Imobiliário, da TV Corcovado, e trabalhava na assessoria de imprensa da Cia Nacional de Seguros, no setor de Marketing (SASSE).

Aposentado por invalidez, escrever, segundo Leão (2008a), foi tudo o que sobrou, “de tudo que tive, foi o que me restou a fazer”. Com tempo livre em casa, Rodrigo passou a

(which, for the record, is heavy on the Édith Piaf and Jacques Brel)? Or, to pose this question more drastically: is there anything of value in the article on the “low carb craze” forwarded to Sontag by her son in August 2004?”

⁷² Para a psiquiatria tradicional, a esquizofrenia caracteriza-se pela “incoerência do pensamento, da ação e da afetividade (designada pelos termos clássicos discordância, dissociação, desagregação), o afastamento da realidade com um dobrar-se sobre si mesmo e predominância de uma vida interior entregue às produções fantasmáticas (autismo), uma atividade delirante mais ou menos acentuada e sempre mal sistematizada” (LAPLANCHE, 1967, p. 214). Entretanto, de acordo com Duque Estrada (1987), para Nise da Silveira, “a esquizofrenia não é propriamente uma doença: é antes a manifestação destes “estados do ser” desencadeados por situações extremas, que desagregam o ego. Na verdade, dever-se-ia dizer que uma pessoa “está esquizofrênica”, e não que “é esquizofrênica”. A volta à realidade é difícil, porque o indivíduo logo é submetido a choques elétricos, dopado, trancafiado num lugar inadequado, além de marginalizado por uma sociedade que é ao mesmo tempo co-causadora do processo de alienação”.

consumir literatura: “devorei Marcel Proust e James Joyce. Li muito o Rubem Fonseca”. Por meio de seu relato revela um pouco seu processo criativo no princípio de seu contato com a escrita, “a leitura me trouxe vida. Eu lia Proust, anotava umas palavras num papelzinho e no final do dia fazia um poema. Saía uma coisa sem pé nem cabeça. Na prosa eu trabalho o psicológico dos personagens”.

Leão (2008b) tentou aproximar sua prosa da esquizofrenia. Achevou, portanto, a prosa de linguagem poética, uma vez que “a linguagem natural de um louco é, digamos, um pouco poética”. O escritor sentia mais facilidade quando havia “essa disritmia, essa loucura” (LEÃO, 2007). Embora a temática da loucura não tenha sido evidenciada em sua produção inicial, esta assumiu papel central na obra do autor, o qual declarou falar da doença porque nunca gostou de psicólogos. Sua escrita, portanto, na perspectiva da teoria literária, se inscreve na “literatura da urgência”.

Segundo Hidalgo (2008, p. 181), a literatura da urgência se estrutura numa espécie de desdobramento da escrita de si, elaborada sob estado de emergência. Essa concepção remete a uma escrita que “se faz necessária, em caráter emergencial, criada exclusivamente para fazer frente à uma situação determinada”. A escrita de si, por sua vez, conceituada por Foucault (1992), “surgiu como uma das formas de exercícios de si sobre si, uma prática ascética que transcendia a ideia de renúncia moral e compreendia a tentativa de se elaborar, se transformar e alcançar um certo modo de ser” (HIDALGO, 2008, p. 48). Desses exercícios, emergiram alguns gêneros literários que, em arquivos de escritores, sobretudo, se confundem com as próprias espécies documentais⁷³, tais como diários, autobiografias, memórias, e, a partir do advento da tecnologia digital, os *blogs*.

A partir disso, pode-se apreender a produção literária de Rodrigo de Souza Leão por duas características que definem o sujeito contemporâneo (LEÃO, 2009): fragmentação e descontinuidade. Segundo Mello (2016), esses dois aspectos assumiam proporções maiores na obra de Rodrigo devido à esquizofrenia.

Havia consciência dele sobre uma fragmentação. Quando você analisa o livro dele, se vê que tem recorte do Manuel Bandeira, do Godot e outros. O Rodrigo estava consciente do mosaico que ele estava criando. Ele era fragmentário, mas sabia o que ele queria mostrar dentro dessa fragmentação.

⁷³ Segundo Camargo e Bellotto (1996, p. 34) a espécie documental é a “configuração que assume um documento de acordo com a disposição e natureza das informações nele contidas”.

Nesse sentido, Rodrigo elaborou por meio de poemas, crônicas, artigos, contos, romances e músicas, descrições dos estados de surto, do hospício, da hierarquia de internos e médicos; analisou os próprios problemas, a relação da família com a doença e suas insatisfações; teceu críticas sociais ao tratamento dos loucos, à valorização exacerbada dos “loucos folclóricos”, da loucura estereotipada. Seu interesse por esse universo se revela ainda por meio de documentos que ultrapassam sua produção literária. Rodrigo acumulou inúmeros artigos sobre patologias e medicamentos capturados da internet e ainda produziu fotografias de fármacos e vídeos de seu psiquiatra.

Entretanto, sentenciar que a obra de Rodrigo é uma obra autobiográfica exige cuidado, como afirmam alguns estudiosos. Rodrigo afirmou que misturava pessoas e criava fatos, já que não sofria de alucinações e, sim, de sensações persecutórias. Ele mesclava suas experiências com as do irmão, Bruno, bipolar, para que a loucura ganhasse mais força. “Foi preciso muito trabalho com a linguagem [...] quis me afirmar pela linguagem [...]. Também não quis fazer uma apologia da loucura. Um elogio à loucura. Loucura é uma coisa muito desagradável, que só me faz mal” (LEÃO, 2009).

Segundo Carricone (2014), era importante para Rodrigo ser reconhecido pela qualidade de sua literatura e não gostaria que seus escritos fossem vistos como biografia, e sim como ficção. Guimarães (2014) afirma que Rodrigo conquistou sua linguagem à custa de muito trabalho e experimentação. “Suponho que aqueles que afirmam (re)conhecer Rodrigo segundo um viés autobiográfico saibam apenas que ele era um escritor esquizofrênico e fatalmente concluíam que tudo o que ele relata sobre as suas internações ocorreram de verdade”.

Contudo, compreender a relação de Rodrigo com a própria doença, seus sintomas e limitações, fornece subsídios para alinhar seu contexto arquivístico, como se dava sua dinâmica de produção documental, gerenciamento, armazenamento e sua relação com a internet. Segundo Rodrigo, a esquizofrenia não ajudava, pelo contrário, atrapalhava. A preocupação de como manter o controle para escrever, caso piorasse, era constante (LEÃO, 2008b).

Rodrigo vivia recluso, e, portanto, as oportunidades profissionais no âmbito literário, segundo o próprio, eram mais difíceis. O cenário começou a mudar quando o escritor, em 1995, adquire um computador, como afirma em carta a seu primo: “Comprei um computador. Foi fruto de muitos meses sem comprar livros. Tô apanhando um pouco, tanto que é a terceira vez que bato esta carta” (LEÃO, 1996). A tecnologia digital ingressou na vida de Rodrigo e a

redefiniu em diversos aspectos. Sua produção se intensificou e passou a falar mais abertamente sobre a loucura. No mesmo ano de 1995 ingressou na internet e passou a colaborar junto com Claudio Alex na publicação digital *Poesia Diária*.

Em seu arquivo, diversos documentos como crônicas, artigos e entrevistas revelam que Rodrigo era consciente da novidade que estava vivendo. A linguagem tecnológica passa rapidamente a fazer parte de sua carpintaria literária e temas como o surgimento dos *blogs*, dos *e-books*, dos *e-mails* são constantemente retomados por Rodrigo. O escritor foi fundador e coeditor da *Zunái*: revista de poesia e debates colaborou com a *Germina*: revista de literatura e arte e sob o pseudônimo de Romina Conti atuou no projeto literário Escritoras Suicidas. Participou ainda da mostra *Blooks — Tribos & Letras na Rede*, com coordenação de Heloísa Buarque de Holanda e curadoria de Bruna Beber e Osmar Salomão, em 2007.

Todavia, o escritor não considerava que existia uma escrita específica na internet. Para ele, era clara a existência de um vocabulário diferente, mas que ainda não tinha chegado a influenciar tanto os escritores. Havia muita abreviação e adaptação (LEÃO, 2008b). Leão (2002b) falava de um momento em que os dicionários não tiveram tempo de se atualizar com os termos da informática. Assim, reflete, por exemplo, sobre os primórdios do *blog*, espécie de diário virtual em que, segundo o escritor, não se divide autor de obra, ambos estão explicitamente mesclados.

Entre o início de sua produção literária, no final da década de 1980, e a aquisição de seu primeiro computador, há um período considerável não contemplado por seu arquivo digital. Sobre a produção nesse espaço de tempo, Rodrigo fornece uma pista em nota ao seu primeiro livro de poemas, publicado pela editora Poesia Diária, *Retalhos*: “são poemas de um período ainda sem o computador, feitos na máquina de escrever. Catando milho produzi estes textos. Todos no mesmo horário: entre 6 e 9 da manhã. Hoje em dia, com computador, minha inspiração migrou de horário” (LEÃO, 1997, p. 6).

A ausência de manuscritos e datiloscritos em seu arquivo, doado ao Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, levaria à inferência da dispersão do material produzido no início de sua carreira, não fosse a informação concedida por Mello (2016) de que, recentemente, os pais de Rodrigo entregaram a ele “duas sacolas grandes cheias de manuscritos, datiloscritos e mais documentos” encontrados em um armário na casa da família. Porém, mesmo os poemas de *Retalhos*, escritos à máquina, foram digitados por Rodrigo. Assim, ainda que os originais não estejam entre os documentos em papel, doados ao AMLB, os poemas constam do arquivo

digital como cópias, porque sua produção analógica foi “migrada” para o ambiente digital pelo próprio escritor.

Com a chegada do computador e, especialmente, da internet, na década de 1990, Rodrigo começa a se dedicar novamente ao ofício jornalístico. “O computador mudou minha relação com a escrita e às vezes penso que ele pode sair escrevendo por mim, tamanha capacidade que tem de estar quase falando quando eu quero. São muitas horas que passo junto a ele” (LEÃO, 2003a, p. 1). O escritor torna a máquina uma companheira e a humaniza, seu computador tem nome: Hall, uma homenagem aos computadores de *2001 uma odisseia no espaço*, filme de Stanley Kubrick. Rodrigo oferece detalhes dessa relação: “Hall também tem problemas comigo, mas não os mesmos que o do filme [...]. A principal relação delicada de meu computador é com a impressora. Quando eles brigam não há cristão que faça os dois funcionarem harmoniosamente. É uma relação de conflitos” (LEÃO, 2003a, p. 1).

Considerada pelo escritor como um recurso mais importante em sua formação do que em sua criação, a internet foi recebida com animação:

Isso aí foi maravilha! A partir de 1998, eu acho — 1997 surgiu a internet — eu comecei a entrevistar as pessoas, inclusive, eu tenho umas duzentas, quase trezentas, entrevistas que eu arqueei. Eu entrevistava, criei o site *Caos*, botava lá uns dois poemas e as entrevistas. Eu achei que a melhor forma de eu me divulgar seria divulgando os outros. Como eu não era conhecido por ninguém eu poderia ter acesso aos livros. Muitos escritores, quando você vai entrevistar, não mandam porra nenhuma, mas hoje mandam os livros. Então, eu pude conhecer toda a minha geração: Ademir Assunção, Claudio Daniel, Ricardo Corona, César Alcíades, todos esses escritores que estão hoje num patamar um pouco melhor. Pra mim foi muito importante a internet, porque eu pude fazer o meu trabalho de jornalismo (LEÃO, 2007).

No mesmo período, Rodrigo também criou o e-zine *Balacobaco*, uma publicação periódica distribuída por *e-mail*, na qual publicava poemas, textos e entrevistas. Mais do que isso, Rodrigo traçava uma cartografia de sua geração, segundo Mello (2016), uma rede de sociabilidade dos seus pares, escritores, com muitos dos quais se corresponderia até o fim da vida.

É uma coisa com que eu me identifico. Ele também era jornalista e poeta, e eu quando comecei a trabalhar como jornalista, trabalhei, principalmente, com entrevistas, com escritores. Eu o conheci por causa de entrevistas com escritores. Cheguei a entrevistar uns cento e cinquenta escritores, oitenta deles publicando o primeiro livro e que hoje publicam vários outros. Eu tinha acabado de sair do jornalismo, então essa relação de diálogo com o outro, com outro autor, me interessa profundamente. É um lugar que eu atuei durante muito tempo. Acho um lugar importante para um mapeamento de uma geração, no sentido de uma cartografia de seus pares e de atuação.

Comecei a fazer isso em 2006 e ele já fazia muito antes, desde 1999, nos primórdios da Internet (MELLO, 2016).

Conforme Mello (2016), Rodrigo tinha absoluta certeza da grandeza de sua obra, apesar de nunca ter almejado ser escritor profissional. O ideal era ter uma profissão e ser escritor para ter liberdade, não escrever por obrigação, não fazer concessões (LEÃO, 2009). Não obstante, Rodrigo desejava que seus livros enriquecessem, em algum aspecto, a vida das pessoas. A escrita foi a primeira porta que Rodrigo enxergou após sua primeira internação e, em certo sentido, pode-se supor sua qualidade terapêutica, já que por meio da escrita estabeleceu relações e obteve algum reconhecimento. Desse aspecto advém a importância e preocupação com que Rodrigo lidava com seu arquivo.

É que sou um escritor e guardo todo o meu tesouro – que são meus escritos – dentro dessa máquina pouco confiável. [...] A minha principal paranóia era a de, num incêndio, perder tudo. Eu já havia sonhado com aquela coleção de disquetes pegando fogo. Lá se iria todo o meu patrimônio afetivo (LEÃO, 2003a, p. 1).

O medo de perder ditou uma intensa dinâmica de *backups*. Rodrigo replicou seus documentos em diversos dispositivos, o que faz o arquivo doado apresentar um grande número de cópias, no que Marshall, Bly e Brun-Cottan (2006) chamam de negligência benigna⁷⁴. Além disso, tudo o que o escritor produziu em meio digital entre 1999 e 2009 foi copiado e enviado a Silvana Guimarães. Questionada em entrevista sobre o ofício de “guardadora de arquivos” de Rodrigo, Silvana esclarece: “guardo tudo o que o Rodrigo me entregou desde 1999, quando começou nossa amizade. Sim, a relação era de muita amizade, exercitada diariamente via telefone e *e-mails*. Nos meus arquivos, há alguns textos e poemas inéditos dele”, os mesmos que permanecem inéditos em seu arquivo doado ao AMLB, uma vez que Silvana recebia cópias digitais do que Rodrigo produzia. Silvana ainda exerce a função de “arquivista” do Rodrigo “pelo fato de ser a editora de seu *site* [www.rodrigodesouzaleao.com.br] e administradora de sua página no *Facebook* [www.facebook.com/RodrigoAntonioLeao]” (GUIMARÃES, 2016).

A internet, além de servir à divulgação da obra de Rodrigo, também fazia parte de sua dinâmica de arquivamento. Muito de sua produção como poemas, contos, crônicas, fotos de família, telas e *e-mails* de leitores, foi publicada nos inúmeros *blogs* que Rodrigo manteve ao

⁷⁴ Expressão utilizada por Marshall, Bly e Brun-Cottan (2006) para se referir às estratégias diárias de replicação para manter seguros os documentos digitais.

longo de sua vida, dos quais o *Lowcura*⁷⁵ continua ativo e desperta preocupação dos interessados em sua obra, uma vez que não foi capturado e doado junto ao seu arquivo. Assim, nenhuma medida de preservação encontra-se em curso e é possível que o *Lowcura* se torne inativo como outros *blogs* do escritor que já não estão mais no ar. Sobre a consciência de preservação documental de Rodrigo, Mello (2016) afirma que “ele tinha *blogs* desde o início da internet, ele sabia da necessidade de guardar as coisas, nem que seja em *blogs*, você vê pelo material doado, de fazer *backups*, então ele tinha uma consciência da preservação, eu acredito que isso faz toda a diferença”. Entretanto, Guimarães (2016), apresenta uma outra perspectiva sobre a importância do arquivo para o titular ao ser questionada sobre a importância desses documentos para Rodrigo:

Serei absurdamente sincera: quase nenhuma, à exceção de alguns livros que ele julgava importantes, e já foram publicados. Ele nunca me disse pra guardar isso com cuidado. Não fez nenhuma recomendação especial. Apenas confiou em mim, porque sabia que sou uma boa memória das pessoas (não guardo apenas os arquivos dele, há outros, de escritores e poetas) e tenho excelente memória (de cabeça) [...] Ele só pediu pra eu publicar seu livro *O Esquizoide*, depois que morresse. Quanto ao resto, nenhuma orientação. Apenas pediu pra guardar.

Questionada sobre o destino do material, Guimarães (2016) esclarece que ainda os mantém, “No meu computador há uma pasta chamada “Digão”. É ela. Que está guardada, também, em um HD externo. Na minha biblioteca há um cantinho e uma gaveta que são das coisas dele, também. Meu arquivo não é apenas digital”. Ambos poetas, Ramon Mello e Silvana Guimarães se adaptaram à tecnologia digital e permitem vislumbrar um pouco como o escritor contemporâneo, tal qual Rodrigo, lida com o universo digital. Mello (2016) relata que, com o contato com o arquivo digital de Rodrigo, passou a ser muito mais organizado e, atualmente, classifica, organiza e faz *backups* anuais. Sobre a tecnologia digital, Guimarães (2016) sentencia: “Tive que me acostumar e adaptei-me. Meu arquivo digital está bem guardado, também. Como o arquivo de papel”.

Uma lacuna presente no arquivo de Rodrigo diz respeito à sua correspondência eletrônica. Sabe-se que, além de se comunicar muito por telefone, o escritor trocava muitos *e-mails*. No entanto, sua correspondência no arquivo se resume a poucas cartas digitadas e alguns *e-mails* preservados em outro formato, copiados e colados em um documento do processador de texto *word*, por exemplo. Ressalta-se aqui que esse não consiste no método de

⁷⁵ <http://lowcura.blogspot.com.br/>

preservação ideal para correspondência eletrônica, posto que não preserva seus metadados originais e compromete a presunção de autenticidade. Mas a prática de preservar no formato original não parece a regra, apesar de reconhecerem seu caráter funcional. “Salvo e guardo tudo o que acho importante. Pra mim ou pro remetente. Já mantive correspondência via *e-mail* com autores, que me possibilita escrever a sua biografia, por exemplo” (GUIMARÃES, 2016). Silvana sugere que o arquivamento não se dá em formato original quando afirma o seguinte:

Eu tenho pastas no meu computador com trocas de e-mails divididas por assuntos, separadas por escritor, ou trabalho. Já deletei alguma coisa, mas temos que dar espaço. Eu me pergunto qual é a prioridade. Algumas coisas de troca eu guardo. Mas o e-mail é tão imediato que não temos o mesmo cuidado que temos com a carta (MELLO, 2016).

Um dos precursores do *e-book* ou livro digital, Rodrigo publicou *XXV Tábuas, No Litoral do Tempo, Síndrome, Impressões sob Pressão Alta, Na vesícula do Rock, Miragens Póstumas, Meu primeiro Livro que é o Segundo, Uma temporada nas Têmporas, O Bem e o Mal Divinos, Suorpicios Mind e Omar*. Embora, para o escritor, manusear um *e-book* fosse diferente da experiência de “vasculhar um livro com os dedos” (LEÃO, 2003b), a produção de *e-books* era saudada por Rodrigo, especialmente por razões ecológicas. Para o escritor, “o investimento em *e-books* seria salutar para todos os lados menos às editoras em papel que teriam que criar toda uma estrutura – de uma hora para outra – para abarcar o mercado” (LEÃO, 2003b). Rodrigo aponta, ainda, a questão da pirataria, que já assolava as gravadoras de disco e se interroga: “a plataforma do livro digital é um meio capaz de nutrir ainda mais a pirataria que ronda o planeta cibernético?” (LEÃO, 2003b). Além de seus *e-books*, figuram no arquivo *e-books* de contemporâneos de Rodrigo, caracterizando a facilidade de transmissão e acesso que a tecnologia digital trouxe consigo.

Publicado com incentivo do Programa Petrobrás Cultural, finalista do prêmio Portugal Telecom de 2009, escrito após sua segunda internação e único romance de Rodrigo publicado em vida, *Todos os cachorros são azuis*, classificado pelo autor como uma “prosa meio poema”, entre a memória e a ficção, apresenta o terreno de fronteiras tênues no qual os arquivos de escritores se inscrevem e que se agrava com o advento da tecnologia digital. Muitas vezes o gênero literário é sinônimo do tipo documental nos arquivos literários e esse trânsito entre gêneros assumido por Rodrigo se potencializa com a facilidade proporcionada pelas plataformas digitais. Em sua obra e arquivo se inscrevem a fragmentação, as múltiplas funções e facetas do sujeito contemporâneo, sobre as quais alerta Bauman (1998). Rodrigo

reconhece a fragmentação e descontinuidade de seus escritos e afirmou que “nós vivemos em tempos esquizofrênicos” (LEÃO, 2008a).

Os novos meios de comunicação, segundo Hyry e Onuf (1997), ao oferecerem maiores oportunidades para a documentação da vida dos indivíduos e à medida em que existem fora de funções institucionais demandam, por parte dos arquivistas, alguma consideração acerca das implicações sociais mais amplas dessas inovações, antes da sua aquisição aos arquivos. Além do impacto sobre a forma como os documentos são produzidos e revistos, a tecnologia impacta no consumo e arquivamento, como será discutido no próximo capítulo.

Gobira (2010, p. 215) sugere que com a modificação das técnicas concernentes aos registros de um sujeito, as mudanças atingem os níveis de arquivamento como um todo, mantendo a sua essência, mas reconstituindo as tipologias. Nesse sentido, forma e conteúdo precisam ser analisados. Ao afirmar que acredita que algumas letras de música são poemas, Rodrigo aponta para demarcações tipológicas não muito rígidas. Algumas de suas obras e, conseqüentemente, alguns de seus documentos passeiam entre tipos documentais e a identificação torna-se ainda mais subjetiva.

Creio que, como trabalho nesta nova narrativa com outros temas que me pedem outra escrita, este texto novo vai seguindo na direção que acho mais correta. Uma coisa mais contida. Por enquanto estou com um material de um romance de 300 páginas. Chama-se *Tripolar*. Serão novelas que, entrelaçadas, podem dar em um romance. Preciso trabalhar ainda muito neste *novance*. É como chamo esse misto de novela com romance. Mas o importante é que é uma narrativa que não entra em uma categoria específica. É um híbrido, melhor, uma mixagem como se eu fosse um DJ (LEÃO, 2008b).

Acerca dessa zona fronteira, Guimarães (2011) descreve na apresentação de *O Ezquizoide*, livro de Rodrigo publicado postumamente, em 2011, “uma narrativa que vacila entre um diário, romance, novela, depoimento, uma fábula. Parábola?”. Não se pode resumir, por exemplo, o *blog* à função de diário. “Há, porém, o senso comum de que *blog* é um diário [...] um diário aberto a todos. [...] Mas – por outro lado – há quem faça do seu espaço algo maior que simplesmente ver publicados seus pensamentos” (LEÃO, 2002b). Sobre sua funcionalidade, Rodrigo sugere: “Melhor mesmo é criar um *blog* sem o objetivo comercial. Criar para divulgar o seu trabalho e para fazer amigos” (LEÃO, 2002b).

Em sua primeira abordagem acerca dos arquivos pessoais digitais, Cunningham (1994) afirma que os sistemas que produzem arquivos pessoais possuem fronteiras independentes, definidas e identificáveis e, também, não possuem problemas de estruturas hierárquicas e de

múltipla proveniência. Nesse momento, o autor parece considerar a existência de um computador para cada usuário e desconsiderar a intensa troca de arquivos que o meio digital facilita, bem como a captura de documentos provenientes da internet. Entretanto, em 1999, o autor reconhece que algumas categorias profissionais regulam mais a produção e manutenção de seus arquivos pessoais. Tais regulações assumem, segundo Cunningham, a forma de convenções profissionais, códigos de conduta e outros. De todo modo, os documentos devem ser gerenciados em conformidade com metadados contextuais adequados a apoiar sua completa interpretação e análise.

Soma-se às facetas de músico, jornalista e escritor, a de artista plástico. No fim da vida, Rodrigo passou a frequentar a Escola de Artes Visuais do Parque Lage onde produziu telas que foram expostas, postumamente, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, de 12 de novembro 2011 a 15 de janeiro 2012, sob o título *Tudo vai ficar da cor que você quiser*, e depois, doadas ao Museu de Imagens do Inconsciente, criado por iniciativa da psiquiatra Nise da Silveira. Questionado sobre a relação de suas telas com a sua poesia, Rodrigo afirma:

Tem uma ligação num sentido. Eu faço muita gente chorando. Tem um lance com minha poesia pelo fato da estabanação da loucura. Acho que não são quadros de teor artístico elevado, é mais uma manifestação do meu inconsciente. Eu consigo escrever coisas de uma forma simples, que eu considero com conteúdo e com forma. Eu poderia fazer versos simples sem falar de loucura, mas não consigo. É isso que eu acho difícil. Sempre procuro isso, o apolíneo e o dionisíaco na minha poesia, dentro daquilo em que eu vivo (LEÃO, 2007).

Suas telas expressivas, de cores e traços intensos, remetem aos inúmeros desenhos elaborados no software *Paint* feitos desde o início de sua relação com o computador e que constam em seu arquivo. Nesse aspecto, Rodrigo subverte a linha que separa o texto da imagem e desafia a identificação de gênero documental: constrói imagens com palavras e palavras com imagens nos chamados poemas visuais⁷⁶. Esse cenário encontra-se em consonância com Marshall, Bly e Brun-Cottan (2006), que observaram a participação de consumidores na criação de novos gêneros documentais como *sites*, *blogs*, imagens manipuladas e mensagens instantâneas.

Rodrigo morreu em 2 de julho de 2009, internado numa clínica psiquiátrica no Rio de Janeiro. A morte era uma temática abordada com frequência. Rodrigo afirmava não querer

⁷⁶ O poema visual consiste em um “produto literário que se utiliza de recursos (tipo) gráficos e/ou puramente visuais, de tendência caligramática, ideogramática, geométrica ou abstrata, cujo centramento gráfico-visual não exclui outras possibilidades literárias (verbais, sonoras etc.)” (SILVA; MIRANDA; BAPTISTA, [on-line]).

viver muito tempo, no máximo até 50 anos, “porque viver muito é para quem não tem problemas” (LEÃO, 2008a), mas torcia para que existisse algo além. Em sua carta final, destinada à família, Rodrigo manifesta o desejo de que exista eternidade nos seus livros, na sua música e nas suas telas.

Gostaria de ver o que as pessoas acham de mim quando eu estivesse morto. Sabe? A reação das pessoas. Para saber se meu melhor amigo iria chorar, se alguma namorada ia lembrar de mim, se meu livro ia vender depois de morto... Porque depois que morre todo escritor vende (LEÃO, 2008a).

Coube a Ramon Mello cuidar do seu legado documental a pedido dos pais de Rodrigo. O poeta havia conhecido Rodrigo um ano antes de sua morte, quando da entrevista com o autor para o *site* Portal Literal, após leitura de seu romance *Todos os Cachorros são Azuis*. Ramon esclarece: “era o lugar de um acordo que eu tinha com ele. Do pouco que nos conhecemos e nos falávamos, eu iria ajudá-lo a fazer uma exposição, iria fazer a peça [Todos os cachorros são azuis] e ajudaria a divulgar o trabalho. Portanto, quando a família me convidou, eu resolvi aceitar” (MELLO, 2016). Sobre seu legado, Ramon reflete:

O arquivo que a gente tem dele, embora bagunçado para os critérios arquivísticos, prova que o Rodrigo era uma pessoa preocupada com a sua memória. Acredito que o escritor tem um pouco de preocupação muito grande com a posteridade. Às vezes, ela nem pode acontecer. Mas existe uma ilusão dessa consciência de posteridade, principalmente com as mais jovens, como se tivesse sendo uma entrevista da vida. Isso é um erro porque isso pode te levar a superestimar uma situação para além do que ela realmente é, que as coisas são menores do que a gente idealiza. O Rodrigo tinha consciência de posteridade assim. Acho que tem a ver com a questão da literatura e com mania de grandeza que a esquizofrenia traz. Com a literatura, essa consciência da posteridade viria pela consciência do poder da palavra, de como a palavra é forte e ela fica, seja na Internet, virtualmente, seja nos livros (MELLO, 2016).

Em depoimento à Juliana Sá, Ramon Mello afirmou que “a doação desses arquivos nos faz pensar em formas de legitimar e preservar esse tipo de material” (MELLO, 2014, p. 90). Quando questionado sobre as razões que teriam levado à decisão de doar o acervo ao Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, da Fundação Casa de Rui Barbosa, Mello esclarece:

O desejo de doar o acervo do Rodrigo surgiu, principalmente, de uma admiração por esse espaço que eu não conhecia até conhecer o Eduardo Coelho e ele me apresentar e falar da história, do Plínio Doyle e do Carlos Drummond de Andrade. Eu achava aquilo tudo muito bonito, a consciência de preservação da memória relacionada à literatura, que é o lugar que eu atuo. Aquilo me impressionou muito. [...] Daí, quando eu conheci o Rodrigo

e ele faleceu, a família me chamou pra me tornar curador e organizar o material dele. Eu aceitei fazendo uma proposta para a família, eles deveriam me autorizar a doar todo o acervo dele para a Fundação Casa de Rui Barbosa, o acervo de autor, enquanto o acervo de pintura para o Museu de Imagem do Inconsciente. Isso era uma condição para eu trabalhar com eles, porque eu não sei até quando eu vou ficar como curador da obra do Rodrigo. Pode chegar um momento em que eu posso cansar e querer fazer outra coisa da minha vida. Fica assim em aberto pra quem quiser trabalhar com o material dele. Fazendo isso era uma possibilidade de resguardar o material do Rodrigo, porque não sendo mais como curador, o arquivo dele estará guardado numa instituição responsável (MELLO, 2016).

Desse modo, em 11 de novembro de 2012, o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira passou a ser o legítimo custodiador do arquivo de Rodrigo de Souza Leão, a quem coube assegurar sua presunção de autenticidade, cuidar de sua preservação, organização, descrição e acesso. No que diz respeito à transferência de custódia da família para Ramon Mello, o poeta esclarece que não teve acesso ao computador de Rodrigo. Inicialmente, os pais entregaram poucas coisas. Segundo Mello (2016), foi um processo de conquista. Ramon recebeu uma remessa dos documentos e depois os pais de Rodrigo entregaram as telas e mais documentos.

A família ia vender a biblioteca dele para um sebo e eu falei para doarmos. Eu não tive acesso imediato a todos aqueles disquetes que foram doados. Eles me vieram três anos depois. Toda vez que eu ia lá, o pai falava que tinha mais alguma coisa. Nunca me deram tudo de uma vez.

Postumamente, foram publicados a partir dos originais constantes em seu arquivo os romances *Me roubaram uns dias contados* (2010), *O esquizoide* (2011) e *Carbono pautado* (2012). O arquivo de Rodrigo revela seus diversos âmbitos de atuação, suas relações, atividades e, sobretudo, o aspecto funcional de seus documentos no que se refere ao seu ingresso no meio literário. Rodrigo colecionou algumas recusas de editoras e seu reconhecimento póstumo comprova sua profecia de que “depois que morre todo escritor vende”.

Não obstante, a tecnologia digital permitiu que Rodrigo não se perpetuasse apenas pelos trilhos formais do mercado editorial. Especialmente pela internet, Rodrigo inscreveu seu nome na literatura brasileira contemporânea e estabeleceu uma profícua rede de sociabilidade. Entrevistou inúmeros escritores e poetas, teve poemas publicados nas revistas Coyote, Et Cetera, Poesia Sempre, El Piez Naufrago, Oroboro. Foi premiado com o quarto lugar no Concurso de Contos José Cândido de Carvalho, em 2002, figura na antologia *Na Virada do Século — Poesia de Invenção no Brasil*, organizada por Claudio Daniel e Frederico Barbosa,

e publicou os livros de poemas *Há Flores na Pele*, pela Editora Trema, e *Caga-regras*, pela Virtual Books. Ainda publicou a plaquete⁷⁷ *Desequilíbrio*, de poesia visual, em parceria com Paulo de Toledo, e publicou artigos e resenhas nos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*, entre outros feitos dispersos nos primórdios da internet.

3.1.1 *Processamento do arquivo nato digital de Rodrigo de Souza Leão*

Em 2012, Antônio Leão, pai de Rodrigo de Souza Leão, entrou em contato com Eduardo Coelho, chefe do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira à época, conforme relatou informalmente Rosely Curi Rondinelli, arquivista do setor, para oferecer o arquivo de seu filho. A instituição recebera até então apenas arquivos em suportes analógicos. Portanto, diante da ausência de infraestrutura tecnológica para tratar e preservar um arquivo digital, Eduardo Coelho recusou a oferta para, pouco depois, voltar atrás com a certeza de que se o primeiro arquivo digital não fosse recebido, as condições ideais jamais seriam criadas. Após o aceite, Ramon Nunes Mello passou a representante legal da obra de Rodrigo e passou a mediar os trâmites da doação. Seguiu-se uma visita à casa da família para conhecer os doadores e o acervo e, já por intermédio de Ramon Mello, em 11 de novembro de 2012, o AMLB recebeu o arquivo de Rodrigo de Souza Leão.

Desse modo, a instituição alinhava-se à perspectiva de Cunningham (1999), para quem colocar os arquivos pessoais digitais no centro da agenda de pesquisa sobre arquivos pessoais estimula a busca por soluções, mais do que deixá-los na “Terra do Nunca”. Jones (apud CUNNINGHAM, 1994, p. 97) ressalta que muitos documentos perdem sua funcionalidade enquanto as instituições não encaram o problema e não começam a conservação de documentos em formato eletrônico.

Além de ser mais um acervo representativo da literatura brasileira, em especial da literatura brasileira contemporânea, o arquivo em questão trazia uma singularidade: 98 % do arquivo doado constitui-se de documentos natos digitais. O arquivo chegou em quatro tipos de dispositivos de armazenamento: disquetes (121), *CDs* (18); *DVDs* (4) e *pen drive* (1). Nesses dispositivos, totalizam 27.156 documentos digitais ou 14,5 gigabytes. Os documentos apresentavam-se em diversos formatos, tais como *doc*, *pdf*, *eml* e *html* (texto); *bitmap*, *gif* e *jpeg* (imagem fixa); *mp3* e *wma* (áudio); *wmv*, *avi* e *flv* (imagem em movimento). Além do arquivo digital, doou-se ao Arquivo-Museu 71 documentos em papel, dois objetos e uma

⁷⁷ Conforme Ferreira (1999, p. 1584), plaquete é o mesmo que plaqueta, “livro de poucas páginas e aspecto gráfico apurado, e que geralmente é uma obra literária”.

biblioteca com 52 livros. Em que pese a desproporção entre documentos digitais e os demais, o acervo se caracteriza como híbrido. Desse modo, o respeito à essa natureza do arquivo foi um dos princípios norteadores do trabalho. O arquivo foi abordado de maneira holística por meio da integração dos arquivos digitais com os analógicos, como será exposto adiante.

Assim, da mesma maneira que não possuía infraestrutura tecnológica para receber e preservar um arquivo, em sua maioria nato digital, o AMLB não dispunha de uma equipe para tratá-lo. Tal equipe deveria ser composta por, pelo menos, três profissionais: um arquivista especialista em arranjo e descrição, um arquivista especialista em preservação de documentos digitais e um especialista em tecnologia da informação. Porém, no momento do recebimento do arquivo, o AMLB contava com um profissional que conjugava as duas primeiras especialidades, Rosely Curi Rondinelli, arquivista especialista em arranjo, descrição e em documentos digitais. Sendo assim, em meados do ano de 2013, recorreu-se à elaboração de um projeto, no âmbito do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura, a fim de selecionar um bolsista que reunisse conhecimentos de Arquivologia e de Informática, para o qual fui selecionado. Sob a coordenação de Rosely Curi Rondinelli formava-se assim a “equipe” responsável por proceder às etapas de aquisição e armazenamento, identificação de proveniência e autoria, medidas de preservação, elaboração de arranjo e descrição e acesso.

3.1.2 Aquisição e armazenamento

Depois de oficializada a doação do arquivo de Rodrigo de Souza Leão ao AMLB, procedeu-se a aquisição dos dispositivos de armazenamento mencionados acima, bem como da documentação em papel e dos objetos. Embora constem documentos que evidenciam uma parcela generosa da vida digital de Rodrigo, logo de saída, constatou-se que a aquisição via mídia de transporte, do inglês *fugitive media*, ofusca, em certo grau, a apreensão do contexto de produção documental, como se pode notar a partir da experiência da Universidade de Emory com o arquivo nato digital de Salman Rushdie para quem “a escolha de adquirir os computadores inteiros e não simplesmente capturar os arquivos individuais gerados pelo usuário permitiu [...] criar ferramentas de acesso inovadoras que preservam o contexto em que Rushdie criou seu legado literário”⁷⁸ (CARROL et al, 2011, p. 64, tradução nossa).

⁷⁸ Do original “The choice of acquiring the entire computers and not simply capturing the discrete, user-generated files has enabled [...] to create innovative access tools that preserve the context in which Rushdie created his literary legacy.”

Forstrom (2009, p. 472) afirma que a integridade dos documentos arquivísticos eletrônicos em arquivos pessoais armazenados em mídias de transporte é um desafio para sua avaliação e preservação quando se sabe pouco sobre as condições de criação e manutenção desses documentos. Questões acerca da integridade dos documentos arquivísticos de Rodrigo de Souza Leão surgiram da dinâmica de criação, manutenção e posterior reprodução dos documentos, como será abordado na próxima etapa.

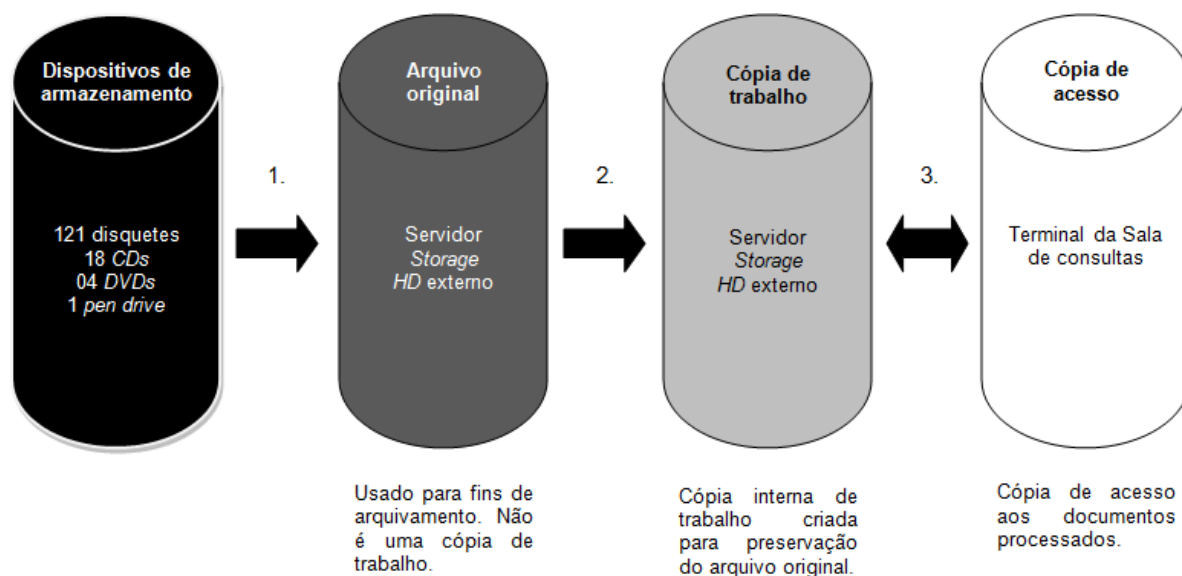
O armazenamento em mídias de transporte implica em eventuais lacunas sobre a criação e manutenção dos documentos. A ausência das datas originais dos arquivos quando criados no disco rígido e de certos metadados, no processo de reprodução, enfraquecem o uso desse tipo de suporte documental e dificultam a apreensão do contexto de produção. Esses meios voláteis de armazenamento continuarão, sem dúvida, a surgir em arquivos pessoais. Entretanto, para entender melhor os contextos nos quais os autores trabalharam e avaliar e manter seus documentos, os arquivistas precisam ser proativos na aquisição, uma vez que a verificação de autenticidade recairá sobre esses profissionais quando do ingresso desses arquivos nas instituições de custódia (FORSTROM, 2009, p. 476 – 477). Entre as mídias doadas, Ramon Mello sugeriu que no *pen drive* constava a reunião de todo o acervo armazenado nos disquetes, *CDs* e *DVDs*. Entretanto, conforme será abordado na etapa de identificação de proveniência e autoria, essa sugestão não correspondia à realidade, pois nas outras mídias foram encontrados documentos não constantes no *pen drive*. Essa ocorrência aponta para os riscos de uma aquisição sem que a transferência dos documentos seja acompanhada pela instituição de custódia. A vulnerabilidade dos documentos e das mídias de transporte pode incidir em faltas, quer seja dos próprios documentos, quer seja de metadados fundamentais para a apreensão de seu contexto de produção.

Uma vez acondicionados os documentos em papel e os objetos para tratamento posterior, priorizou-se a captura dos documentos armazenados nos dispositivos doados em função dos riscos oferecidos pela obsolescência tecnológica e pela fragilidade do suporte. A FCRB não dispunha de computadores com leitores de disquete. Para a captura dos documentos constantes nesses dispositivos foi necessário a aquisição de um leitor. Constatou-se que alguns disquetes (39 de 121) estavam vazios, provavelmente em virtude da fragilidade do dispositivo.

Diante da infraestrutura tecnológica disponível na FCRB, providenciou-se a criação, no servidor da instituição, de um espaço específico para o armazenamento do arquivo de Rodrigo com acesso restrito aos arquivistas envolvidos no trabalho. A partir disso, transferiu-

se o conteúdo dos dispositivos de armazenamento para o espaço específico no servidor e, por medida de segurança, para um HD⁷⁹ externo. Posteriormente, conseguiu-se espaço no *storage*⁸⁰ da instituição. Criou-se uma cópia de trabalho e outra de acesso, conforme exposto no diagrama a seguir.

Figura 2 – Estágios de processamento do arquivo nato digital de Rodrigo de Souza Leão



Fonte: O autor baseado em Carrol et al (2011, p. 70).

O primeiro silo representa os dispositivos de armazenamento por meio dos quais o arquivo de Rodrigo chegou ao AMLB. Estes, após extração dos documentos, poderiam ser descartados ou devolvidos aos doadores em razão da fragilidade do suporte. O segundo silo representa o que é chamado de "arquivo original", com base na discussão de original no ambiente digital proposta no capítulo anterior pelo qual o original é arbitrado pelo produtor e, em seguida, pelo preservador, uma vez que o conceito de original, no ambiente digital, não se mantém. Há apenas três cópias deste arquivo original, uma armazenada no servidor da instituição, uma no *storage* e outra em *HD* externo. Apenas alguns profissionais têm acesso a este material. A equipe nunca trabalha diretamente com o arquivo original, que só é usado para realizar duplicações adicionais para a cópia de trabalho. Na cópia de trabalho a equipe

⁷⁹ Sigla para Hard Disk, mesmo que Hard Drive, “um dispositivo de armazenamento magnético projetado para fornecer acesso rápido a grandes quantidades de dados” (PEARCE-MOSES, 2005, p. 188, tradução nossa). Do original “A magnetic storage device designed to provide rapid access to large quantities of data”.

⁸⁰ Trata-se de uma “solução tecnológica de hardware e software utilizada para o armazenamento de dados” (CONARQ, 2016, p. 37), que costuma estar ligada ao servidor da instituição e caracteriza-se por alto grau de redundância.

pode organizar e revisar o arquivo. Por fim, a cópia de acesso representa os arquivos totalmente processados que estão disponíveis para os pesquisadores.

Em condições ideais, os documentos extraídos dos dispositivos de armazenamento seriam transferidos para um Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), que consiste em uma solução tecnológica capaz de gerenciar os documentos e metadados de acordo com as práticas e normas arquivísticas, principalmente relacionadas à gestão documental, descrição arquivística multinível e preservação, e capaz de proteger as características do documento arquivístico, em especial a autenticidade (identidade e integridade) e a relação orgânica entre os documentos (CONARQ, 2015, p. 9).

O RDC-Arq procederá, quando da submissão dos arquivos, automaticamente, à verificação do formato de arquivo e conversão quando necessário para formatos de preservação, ao armazenamento em quarentena para detecção de vírus, à verificação dos elementos de metadados obrigatórios, à verificação da integridade dos arquivos enviados e à verificação com relação à consistência dos documentos recebidos e metadados relacionados. Entretanto, na ausência deste recurso operou-se com as condições possíveis e não ideais.

3.1.3 Identificação de proveniência e autoria

Conforme apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, segundo a Diplomática, possuir um contexto identificável de criação é uma das características do documento de arquivo. Um arquivo não pode ser compreendido como tal sem que a proveniência e os motivos para a produção dos documentos sejam conhecidos. Nesse sentido, o Princípio da Proveniência revela-se fundamental e deve ser aplicado em todas as etapas do tratamento do documento arquivístico, independentemente de sua natureza ou suporte.

Do mesmo modo, o autor de um documento configura-se como uma das cinco pessoas sem as quais um documento não pode ser caracterizado como arquivístico, como exposto no capítulo anterior. Além disso, a autoria do documento consiste em um dos atributos de sua identidade, que, por sua vez, ao caracterizá-lo como único e diferenciá-lo de outros documentos arquivísticos, configura-se como um dos componentes da autenticidade.

A importância desses dois elementos somada à vulnerabilidade dos documentos digitais fez com que proveniência e autoria fossem analisadas durante a identificação do arquivo para a apreensão dos documentos de Rodrigo como documentos arquivísticos e para apoiar a presunção de autenticidade do arquivo. No início do trabalho de identificação,

constatou-se a existência de documentos replicados⁸¹ em dispositivos de armazenamento distintos, o que exigiu uma análise cuidadosa de metadados e de conteúdo para a identificação de cópias.

Segundo Schmidt e Ardam (2014), o arquivo de origem digital não pede para que sejam interpretadas manchas ou marcas, como nos documentos em papel, mas, sim, interpretar as muitas cópias de “quase a mesma coisa”. Para os autores, o valor de um documento torna-se instável quando sabemos que existem pelo menos seis versões com diferenças que vão desde o obviamente trivial ao potencialmente revelador. A proliferação de materiais no arquivo nato digital acaba por comprometer a capacidade de os documentos constituírem evidências de ação.

No que tange à análise de conteúdo, ressalta-se a importância do estudo biográfico do titular, bem como de suas publicações em todos os veículos. A análise dos metadados dos documentos de RSL, num primeiro momento, foi feita manualmente e consistiu na leitura das propriedades de cada documento. Nessa análise, percebeu-se que no arquivo havia documentos colecionados e produzidos por Ramon Mello e produzidos por Antônio e Maria Sylvia Leão, pais de Rodrigo.

A presença de documentos colecionados por Ramon adveio do seu desejo de reunir num só conjunto documental tudo o que dissesse respeito ao titular. Percebeu-se que Ramon capturou documentos de autoria de e sobre Rodrigo na internet para incorporar ao arquivo. Ramon também incorporou ao arquivo de Rodrigo sua produção documental que dialogava com a obra de Rodrigo, como documentos relacionados à adaptação do livro *Todos os cachorros são azuis* para o teatro, às edições póstumas da obra de Rodrigo e à exposição *Tudo vai ficar da cor que você quiser*. Tratou-se de esclarecer ao doador a diferença entre arquivo e coleção⁸² e procedeu-se à separação dos documentos. Mediante análise dos metadados automáticos relativos à data e autoria e do conteúdo, foi possível depurar a proveniência do arquivo de Rodrigo, bem como identificar uma coleção sobre Rodrigo de Souza Leão reunida por Ramon Mello e do arquivo de Ramon, aquele que reúne documentos produzidos e acumulados no decorrer de suas atividades.

⁸¹ No arquivo de Rodrigo constam inúmeras cópias de um mesmo documento, uma consequência da “mania” de backup do titular relatada na seção anterior. O poema *Prontuário*, por exemplo, possui 14 cópias de uma de suas versões distribuídas nas mídias doadas ao AMLB.

⁸² Para efeitos deste trabalho, o que diferencia arquivo de coleção é a existência de relação orgânica entre os documentos do conjunto, característica intrínseca aos arquivos, enquanto que uma coleção consiste em uma “reunião artificial de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresentam alguma característica comum” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 17).

A intervenção de Ramon vai ao encontro da afirmação de Douglas e MacNeil (2009, p. 37, tradução nossa), para quem “além de encontrar o escritor no trabalho, o leitor ou pesquisador do arquivo também encontrará, muitas vezes, vestígios do trabalho de outros indivíduos”⁸³. Para os autores

Os arquivistas podem agir como *coaxers*, acrescentando novas camadas de significado aos arquivos literários através da aquisição, arranjo e descrição, e nas práticas de preservação. No entanto, mesmo antes que os fundos de um escritor cheguem a um repositório de arquivos, parentes, amigos, agentes e executores podem participar na formação do arquivo ao longo do tempo, ajudando a determinar seus limites e conteúdos e, às vezes, contribuindo com materiais próprios (DOUGLAS; MACNEIL, 2009, p. 37).⁸⁴

Questionado em entrevista sobre os documentos que apresentam datas subsequentes ao falecimento de Rodrigo, sugerindo uma incorporação posterior de documentos dele e sobre ele que talvez estivessem dispersos na internet, Ramon afirma que quando começou a organizar o arquivo, Rodrigo já havia falecido e

Começou a sair muita matéria sobre a morte. Deve ter alguma pasta lá sobre clipping, já que comecei a guardar muito material. Até doei jornais que eu guardei. Nessa coleção, estão ali, por exemplo, os e-books, que eu não sabia onde estavam, que eu não tinha achado até então nesses disquetes que eu não tinha recebido, coisas que eu fui baixando na Internet e entrevistas com ele. Comecei a copiar os poemas que estavam no blog dele, o Lowcura.

No âmbito dos arquivos pessoais, o desejo, por parte dos legatários, de tornar “completo” o arquivo é recorrente e desemboca na inserção de documentos no arquivo não necessariamente produzidos ou acumulados pelo titular. Nesse aspecto, os documentos digitais apresentam uma vantagem: a análise dos metadados permite identificar essas inserções que seriam invisíveis em documentos em papel, por exemplo.

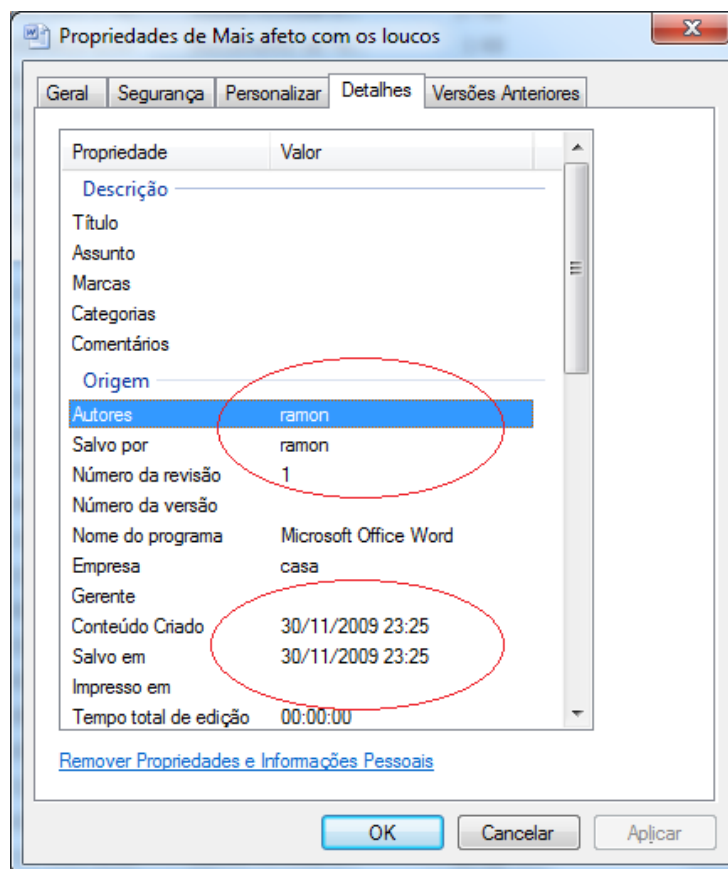
Na figura a seguir o documento intitulado “Mais afetos com os loucos”, embora contenha um texto de autoria de Rodrigo, os metadados “Autores” e “Salvo por” são atribuídos a Ramon. Além disso, os metadados relativos à data não coincidem com o período em que Rodrigo estava vivo. Desse modo, apesar de o conteúdo sugerir que a autoria do

⁸³ Do original “As well as encountering the writer at work, the reader or researcher of the archive will also often find traces of the work of other individuals”.

⁸⁴ Do original “archivists may act as *coaxers*, adding new layers of meaning to literary archives through acquisition, arrangement and description, and preservation practices. However, even before a writer’s fonds reaches an archival repository, relatives, friends, agents, and executors may participate in the formation of the archive over time, helping to determine its boundaries and contents, and sometimes even contributing materials of their own”.

documento seja atribuída a Rodrigo, a análise permite inferir que a autoria do documento, não da obra, pertence a Ramon Mello.

Figura 3 – Metadados de um documento com texto de autoria de RSL colecionado por Ramon Mello.



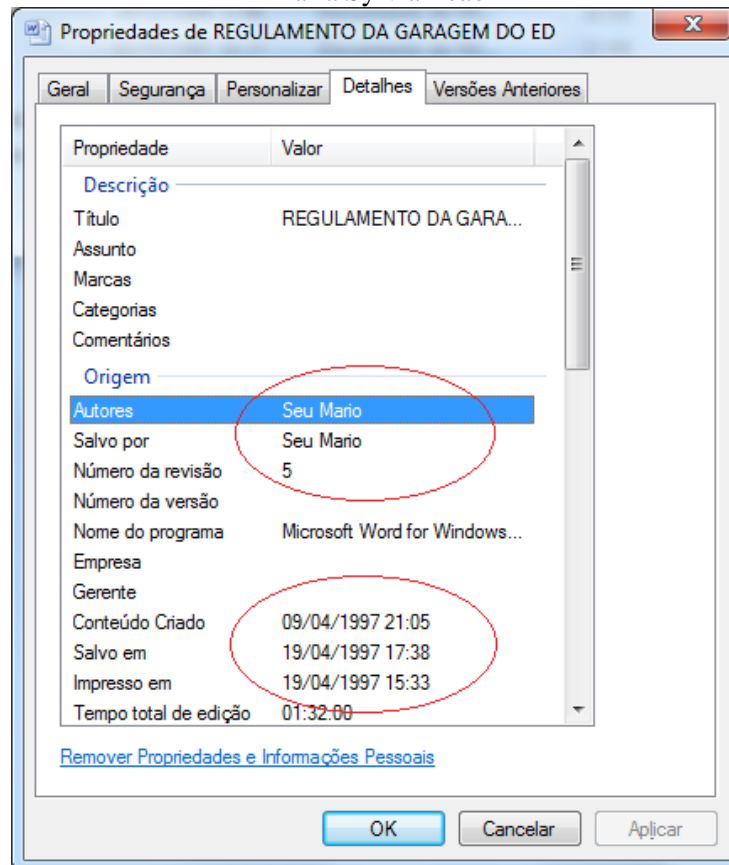
Fonte: Arquivo RSL

As figuras a seguir permitem refletir acerca das pessoas envolvidas na criação de um documento arquivístico, especificamente sobre fronteiras entre as pessoas do autor e do redator. Nos metadados expostos nas figuras abaixo podemos identificar como autor Seu Mario⁸⁵ e Rodrigo. Entretanto, o primeiro documento diz respeito ao regulamento da garagem do condomínio em que a mãe de Rodrigo, Maria Sylvia Leão, era síndica e o segundo documento são instruções para recadastramento do pai de Rodrigo, Antônio Leão, no Conselho Regional de Medicina. Sendo assim, embora nos metadados a autoria seja atribuída a Rodrigo, infere-se que Rodrigo foi, no máximo, o redator de ambos os documentos, pois autor é “pessoa física ou jurídica que tem autoridade e competência para emitir o documento arquivístico ou em cujo nome ou sob cujo comando o documento foi emitido” enquanto o

⁸⁵ Pseudônimo de Rodrigo de Souza Leão.

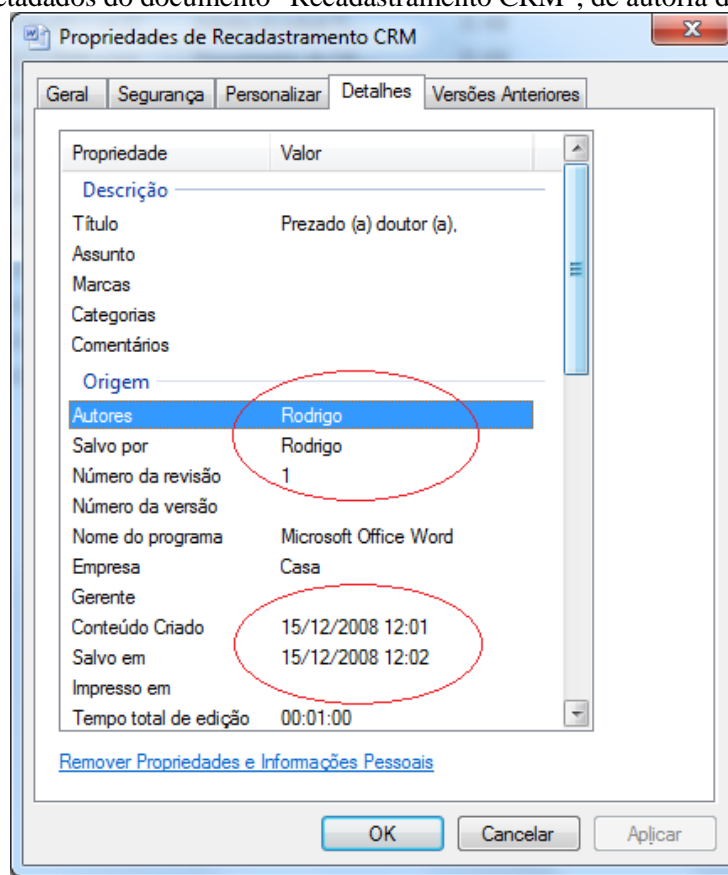
redator é a “pessoa que tem autoridade e competência para articular o conteúdo do documento arquivístico” (DURANTI; PRESTON apud RONDINELLI, 2013, p. 237).

Figura 4 – Metadados do documento “Regulamento da garagem do Ed. Chantecler”, de autoria de Maria Sylvia Leão



Fonte: Arquivo RSL

Figura 5 – Metadados do documento "Recadastramento CRM", de autoria de Antônio Leão



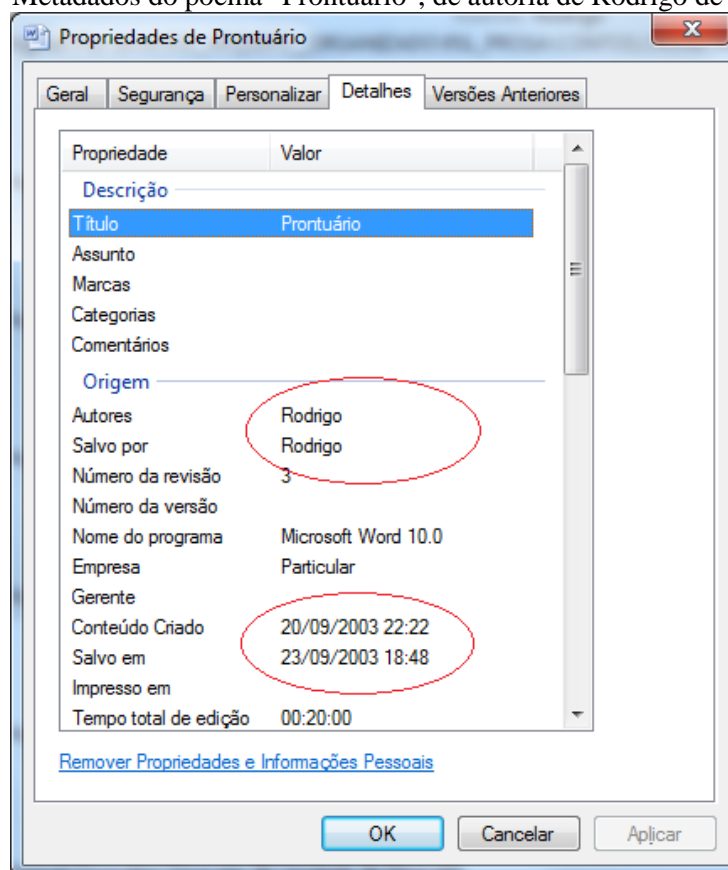
Fonte: Arquivo RSL

Sendo assim, os arquivos cuja análise apontou para autoria de Antônio e Maria Sylvia Leão não integram o arquivo de Rodrigo de Souza Leão, uma vez que evidenciam as atividades de Antônio Leão como médico e de Maria Sylvia enquanto síndica do edifício em que a família morava e, em outros documentos, como voluntária do Centro de Valorização da Vida. Esses documentos não constam na cópia de acesso do arquivo de Rodrigo disponível aos pesquisadores e poderiam ser devolvidos para a família. Essa triagem deveria ter sido feita antes da doação, o que reforça a necessidade de uma atuação proativa do arquivista antes da aquisição do arquivo à instituição de custódia e aponta para a necessidade de avaliação em arquivos pessoais.

A investigação quanto à autoria dos documentos produzidos por Rodrigo e que se configura como uma peculiaridade dos arquivos pessoais digitais se estende. Embora o pai de Rodrigo, Antônio Leão, tenha afirmado em entrevista (LEÃO, 2017) que cada um possuía seu computador, a análise dos metadados sugere que em algum nível houve o compartilhamento do computador por toda a família Souza Leão. Essa prática resultou no comprometimento da autoria dos documentos ali produzidos, uma vez que não havia troca de usuário. Entretanto, a

análise dos metadados relativos à data associada ao conteúdo literário constituiu elemento para a inferência de autoria. Apresenta-se, nas figuras abaixo, exemplos de como se procedeu à análise dos metadados a fim de identificar a autoria dos documentos do arquivo de Rodrigo.

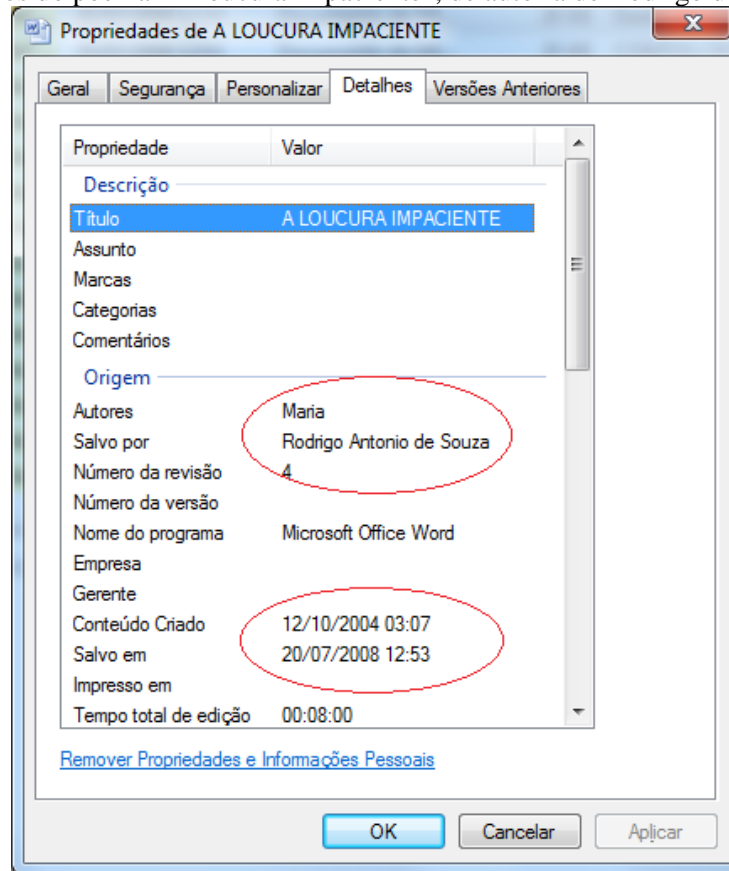
Figura 6 – Metadados do poema "Prontuário", de autoria de Rodrigo de Souza Leão



Fonte: Arquivo RSL

Os metadados “Autores” e “Salvo por” somados aos metadados relativos à data de criação do poema intitulado “Prontuário”, ambos coincidindo com o período em que Rodrigo estava vivo, e ao conteúdo literário, levam à inferência de se tratar de uma obra de sua autoria.

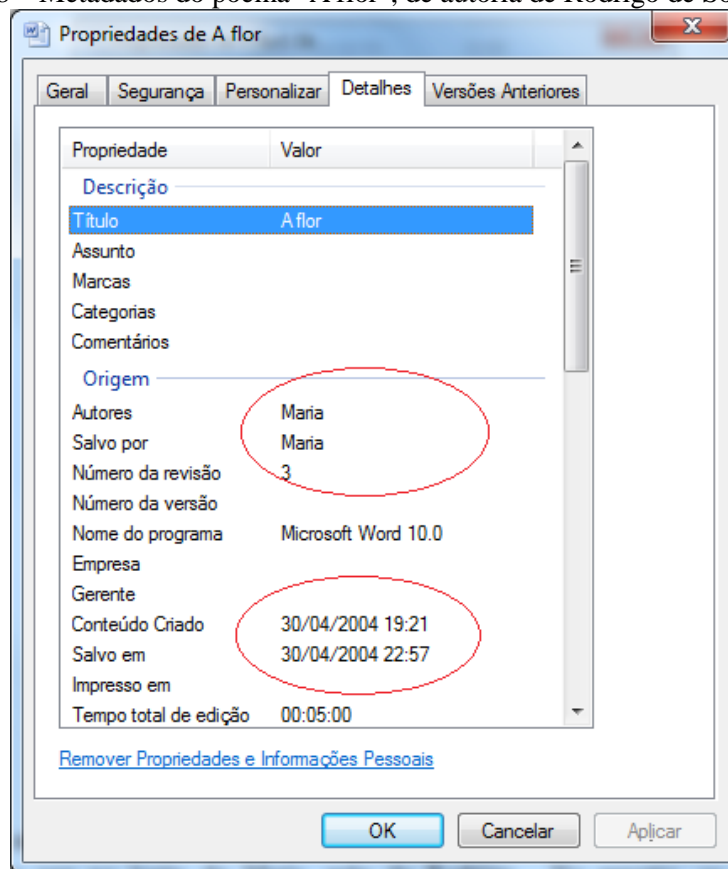
Figura 7 – Metadados do poema "A loucura impaciente", de autoria de Rodrigo de Souza Leão



Fonte: Arquivo RSL

Os metadados “Autores” e “Salvo por” permitem supor que Rodrigo criou o poema na conta de usuário de sua mãe, Maria Sylvia, e em outro momento fez alterações no documento em sua própria conta. Mais uma vez os metadados relativos à data de criação do poema, somados ao conteúdo literário, apoiam a inferência de se tratar de uma obra de Rodrigo de Souza Leão.

Figura 8 – Metadados do poema "A flor", de autoria de Rodrigo de Souza Leão



Fonte: Arquivo RSL

No caso do poema “A flor”, os metadados “Autores” e “Salvo por” revelam que o poema foi criado e salvo pela última vez na conta de usuário de Maria Sylvia, mãe de Rodrigo. No entanto, os metadados referentes à data somados ao conteúdo literário, levam à inferência de se tratar de uma obra de Rodrigo de Souza Leão.

Após a etapa de identificação de proveniência e autoria, o arquivo que contava com 27.156 documentos passou a 5.591. Cotejados os metadados relacionados ao tamanho, autor e data dos documentos, foram identificadas as versões e as cópias (mesmo conteúdo e metadados). As versões permanecem na cópia do arquivo para acesso, visto que são importantes para os estudos de crítica genética e textual, cujas principais fontes de pesquisa são o manuscrito⁸⁶ e a correspondência, enquanto as cópias só constam no arquivo original e não são disponibilizadas para acesso.

⁸⁶ Segundo informação transmitida oralmente pela pesquisadora em literatura brasileira da FCRB, Eliane Vasconcellos, no âmbito das pesquisas sobre genética do texto, manuscrito é toda produção literária de um autor, independentemente do suporte.

Pode-se observar a partir dos metadados que os documentos foram criados, acessados e alterados ao longo dos anos. Segundo Schimidt e Ardam (2014), o arquivo digital congela em alguns instantes e, ao mesmo tempo em que torna visíveis certas informações que o arquivo analógico obscurece (a data e a hora precisas da criação de um documento, por exemplo), também torna ilegíveis outros tipos de informação. Não podemos ver quando e onde uma frase foi inserida ou excluída, exceto quando o produtor trabalha com a criação de versões e não escreve por cima. Não há marcas ou manchas, ou seja, certos traços familiares em arquivos mais tradicionais estão ausentes do ambiente digital.

Considerada a “linha idônea de custodiar responsáveis” e as análises que levaram à identificação de proveniência e autoria dos documentos pertencentes ao arquivo de Rodrigo, compreendeu-se quem produziu, manteve/usou e preservou os documentos arquivísticos digitais e como essas ações foram realizadas. Essas informações se constituem em elementos a serem analisados segundo as “Diretrizes para presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais” (CONARQ, 2012, p. 4) e, a partir disso, foi necessário empreender medidas para a preservação dos documentos.

3.1.4 *Medidas de preservação*

O aumento do volume informacional, a facilidade de produzir documentos e a complexificação das identidades propiciadas pelo ambiente digital dificultam a identificação de valor com vistas à seleção para preservação em arquivos pessoais. A preservação de arquivos digitais se constitui numa iniciativa urgente em virtude da rápida obsolescência da tecnologia digital no que diz respeito a suportes, formatos e plataformas. Preservar as recordações digitais de uma pessoa ou família constitui-se em tarefa complicada, segundo Rosa I Esteva e Cañizares (2014, p. 135, tradução nossa):

Preservar um objeto digital não é o mesmo que preservar, por exemplo, um livro ou uma fotografia, nem é muito menos como preservar um certificado, um diploma ou um documento assinado em papel. Assim como se pode colocar um livro em uma estante, uma foto em uma caixa, um diploma emoldurado em uma parede ou uma escritura de uma propriedade em um arquivo e (se se mantêm secos e seguros) olhá-los 50 anos depois, não ocorre o mesmo com um objeto digital porque, em muitos casos, os materiais digitais são considerados mais frágeis que os materiais analógicos.⁸⁷

⁸⁷ Do original “preservar un objeto digital no es lo mismo que preservar, por ejemplo, un libro o una fotografia, ni mucho menos como preservar un certificado, un diploma o un documento firmado en papel. Así como puedes poner un libro en un estante, una foto en una caja, un diploma enmarcarlo en una pared o una escritura de

Nesse sentido, define-se preservação digital como o “conjunto de ações gerenciais e técnicas exigidas para superar as mudanças tecnológicas e a fragilidade dos suportes, garantindo acesso e interpretação dos documentos digitais pelo tempo que for necessário” (CONARQ, 2015, p. 7), bem como a manutenção de seus atributos de identidade e integridade para apoiar a presunção de autenticidade.

Conforme mencionado “a preservação dos documentos arquivísticos digitais, nas fases corrente, intermediária e permanente, deve estar associada a um repositório digital confiável” (CONARQ, 2015, p. 4). Numa definição mais detalhada, um repositório consiste em “um complexo que apoia o gerenciamento dos materiais digitais, pelo tempo que for necessário, e é formado por elementos de hardware, software e metadados, bem como por uma infraestrutura organizacional e procedimentos normativos e técnicos” (CONARQ, 2015, p. 9).

No entanto, esse complexo de recursos materiais e humanos dificulta a implantação de repositórios arquivísticos digitais na maioria das instituições públicas brasileiras. Exatamente por isso, no caso do arquivo digital de RSL, recorreu-se à implementação de medidas de preservação provisórias por meio da replicação do acervo para os espaços de armazenamento já expostos. Essa solução terá que ser substituída pela implementação de um repositório arquivístico digital confiável para a preservação adequada do acervo de RSL e de outros por vir.

Alguns poucos documentos do arquivo de RSL chegaram em formatos não mais reproduzíveis. A conversão de formatos traduz-se, portanto, em uma ação fundamental no ambiente digital tanto para efeitos de preservação, no que tange a manter os documentos em formatos atuais e reproduzíveis, como de acesso. Isso porque há formatos que permitem a fácil alteração do documento e outros muito pesados que dificultam sua visualização. Há situações em que os formatos coincidem, isto é, o mesmo formato serve tanto para preservação como para acesso. É o caso do pdf/a para o qual, atualmente, devem ser convertidos todos os documentos textuais em formato doc, uma vez que este último permite a fácil alteração, lícita ou ilícita, dos mesmos.

Entretanto, “algumas estratégias de preservação digital, baseadas na conversão de formatos, implicam alteração das cadeias de bits” (CONARQ, 2012, p. 2). Desse modo, “essa alteração deve manter a forma do documento originalmente produzido, e com isso apoiar a autenticidade do documento digital” (CONARQ, 2012, p. 2). Para tanto, faz-se necessário o

propiedad en un archivo y (si se mantienen secos y seguros) mirarlo 50 años después, en cambio lo mismo no ocurre con un objeto digital porque, en muchos casos, los materiales digitales son considerados más frágiles que los materiales físicos”.

esclarecimento de que o documento arquivístico digital consiste em um objeto conceitual, ou seja, “aquele normalmente apresentado em dispositivo de saída (monitor, caixa de som), e não o objeto físico (as cadeias de bits registradas em um suporte). As cadeias de bits são necessárias para que o documento arquivístico seja apresentado, mas não se constituem nesse documento” (CONARQ, 2012, p. 2). Nesse sentido, a escolha dos formatos não pode alterar as características de forma fixa e conteúdo estável. Paquet (2000, p. 85) sugere que o trabalho de conversão deve ser feito em consulta com o arquivista a fim de preservar o maior número possível de detalhes do arquivamento do documento (data, acentos ou outros sinais de linguagem, forma, conteúdo, etc.) com os recursos disponíveis.

Outro aspecto a ser considerado na adesão de formatos de preservação e acesso refere-se à propriedade do formato, que deve ser aberto e livre de direito autoral. Há ainda casos em que o formato é proprietário, mas a especificação é aberta. Mais uma vez o exemplo é o pdf cujo proprietário é a empresa *Adobe*, mas a especificação é pública e livre de direito autoral. No caso do arquivo de RSL, as conversões se deram conforme o quadro a seguir⁸⁸.

Quadro 1 – Formatos de preservação e acesso adotados no arquivo de RSL

Tipo de documento	Formato original	Formato de preservação	Formato de acesso
Texto	doc eml pdf html	pdf/a	pdf
Imagem matricial	bitmap gif png jpg	Jpeg	jpeg
Áudio	mp3 wma	Wav	mp3
Audiovisual	wmv avi flv	Mov	mpeg

Fonte: O autor (2017)

A conversão, no arquivo de Rodrigo, privilegiou os formatos de preservação, uma vez que os recursos tecnológicos da instituição não permitiam a coexistência destes com os de

⁸⁸ Normalização de formatos de preservação e acesso definida com base na Política de Preservação Digital do Arquivo Nacional.

acesso. A mesma escassez de tecnologia fez com que todo o processo de conversão fosse feito manualmente, item a item, com o auxílio de *software* específico para cada formato de arquivo.

Durante o processo de conversão de formatos, percebeu-se que a ação implicava a perda dos metadados originais dos documentos. Assim, por exemplo, um poema originalmente em doc, datado de 05/03/1999, e convertido para pdf/a, tem como data de criação a data da conversão. Da mesma forma uma imagem originalmente em bitmap, assumiu a data do momento da sua conversão para jpeg e assim sucessivamente com os demais formatos. Trata-se de um caso típico de descompasso entre tecnologia e teoria arquivística e diplomática, uma vez que a perda de metadados originais compromete a presunção de autenticidade do documento.

Na ausência de recursos capazes de preservar os metadados originais, adquiriu-se o programa *MS Word Extract Document Properties* que permitiu que os metadados originais dos documentos textuais fossem extraídos, gerando uma planilha com os seguintes campos: nome da obra; título; autor; data de criação; data de modificação; data do último acesso; data de impressão; salvo pela última vez por; número de revisões; tempo total de edições; número de páginas; tamanho original; tamanho do arquivo de preservação.

A esses campos, preenchidos automaticamente pelo programa, acrescentou-se outros eminentemente arquivísticos, quais sejam: nome do arquivo original, tamanho do arquivo original, notação e observação. Em relação ao nome do arquivo original, sua criação se justifica pelo fato de que, durante o trabalho com o acervo, observou-se que alguns títulos dados por Rodrigo a algumas de suas obras foram posteriormente alterados por ele ou com o seu consentimento. Tal fato levou à necessidade de compatibilização dos títulos originais com os novos e definitivos. Dá-se, pois, que o que se configurava como uma simples planilha gerada por um determinado *software* passou a se constituir num instrumento arquivístico, qual seja, uma tabela de equivalência.

3.1.5 Arranjo

O arranjo consiste em uma “seqüência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 37), ou seja, trata-se da “denominação tradicionalmente atribuída à classificação nos arquivos permanentes” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 9), em que os documentos de um arquivo são

distribuídos de acordo com as estruturas, funções e atividades da entidade produtora (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 16). Sendo assim, “os princípios do arranjo são postulados sob a presunção de uma afinidade entre os documentos e seu produtor no qual o arranjo dos documentos atua como um tipo de espelho da entidade que os produziu”⁸⁹ (DOUGLAS; MACNEIL, 2009, p. 27, tradução nossa).

Nesse sentido, dois princípios arquivísticos norteiam as atividades de arranjo e descrição em instituições de custódia: o respeito aos fundos, que determina que os documentos de uma pessoa, família ou entidade devem ser mantidos juntos e não misturados aos documentos de outros produtores, e a ordem original, que dita que os documentos sejam mantidos na ordem dada a eles pela entidade que os produziu (DOUGLAS; MACNEIL, 2009, p. 27). Conforme Douglas e Macneil (2009, p. 27), esses dois princípios se constituem, segundo alguns autores, como as dimensões externa e interna do princípio da proveniência.

Dada a importância dos dois princípios para as funções de arranjo e descrição, faz-se necessário considerar alguns aspectos antes de sua aplicação irrestrita. No que diz respeito ao respeito aos fundos, Douglas e Macneil (2009, p. 27) alertam que o próprio conceito de fundo enuncia um sentido de totalidade a algo que existe fisicamente apenas em fragmentos. Para Delgado-Gómez (2014, p. 78), se diz com dificuldade que um fundo pessoal se constitui de fato um fundo, no sentido convencional do termo, como define Pearce-Moses (2005, p. 173, tradução nossa) “todo conjunto de documentos de uma organização, família ou indivíduo produzido e acumulado como resultado de um processo orgânico que reflete as funções do produtor”⁹⁰.

Entretanto, Cunningham (1994, p. 100) afirma que não deve ser necessário abandonar o conceito de fundo no âmbito dos arquivos pessoais. Para o autor, talvez seja satisfatório que não apenas os sistemas de arquivos pessoais, geralmente, sejam entidades independentes com fronteiras definíveis e identificáveis, mas também que não tenham problemas de estruturas hierárquicas e de múltiplas origens que atormentam os arquivos institucionais e governamentais. Cunningham afirma ainda que, no âmbito dos arquivos pessoais, existe uma correlação direta entre o fundo e o sistema ou sistemas de arquivamento de um indivíduo. Quanto à ordem original, autores como Powell (apud DOUGLAS, 2013, p. 8, tradução nossa) argumentam que

⁸⁹ Do original “The principles of arrangement are posited on the presumption of an affinity between records and their creator, in which the arrangement of the records acts as a kind of mirror of the entity that produced them”.

⁹⁰ Do original “The entire body of records of an organization, family, or individual that have been created and accumulated as the result of an organic process reflecting the functions of the creator”.

O conceito de ordem original não era geralmente aplicável em acumulações de documentos arquivísticos pessoais por uma variedade de razões, incluindo o fato de que os criadores de arquivos pessoais não tendem a manter consistentemente documentos em sistemas organizados de arquivamento; que o arquivamento, quando ocorre, é frequentemente feito somente pouco antes que os documentos sejam doados a uma instituição; que os documentos podem ter sido arranjados pela primeira vez, ou rearranjados, por alguém que não seja o produtor; e que um arranjo original para o produtor "só seria realmente interessante se o homem tivesse um profundo interesse em classificação."⁹¹

Delgado-Gómez (2013, p. 77) afirma que talvez a inquietude com relação aos arquivos pessoais se deva ao fato de que os arquivos pessoais não possuem ordem original. Para o autor tampouco os arquivos institucionais possuem ordem original, pois considera que “a ordem era, e é, uma propriedade dos processos, não dos documentos gerados por esses processos, e várias ordens intelectuais podiam, e podem, coexistir, com uma ordem física”⁹² (DELGADO-GÓMEZ apud DELGADO-GÓMEZ, 2013, p. 77, tradução nossa).

Em seu estudo sobre ordem original em arquivos de escritores, Douglas (2013) identificou três compreensões para ordem original no discurso arquivístico. O primeiro tipo consiste na ordem física dos documentos, o segundo consiste na ordem lógica, identificada a partir da inferência das relações entre documentos e atividades do produtor e, por fim, a ordem criativa, por meio da qual os documentos são arranjados a partir da identificação do processo criativo do escritor. Douglas (2013, p. 15, tradução nossa) afirma que

Um conjunto de documentos pode assumir várias ordens diferentes durante sua vida ativa e, novamente, nas mãos de custodiadores subsequentes; ao passo que muitas dessas ordens poderiam anteriormente ter sido ignoradas em favor da última ordem criadora ativa, os arquivistas estão agora começando a contemplar o significado de diferentes ordens ao longo do tempo para o significado geral e o contexto de produção de um fundo. A noção de originalidade é complicada pelo reconhecimento de uma variedade de ordens significativas e a decisão de nomear a última ordem útil como a "original" parece algo arbitrária.⁹³

⁹¹ Do original “the concept of original order was not generally applicable in accumulations of personal records for a variety of reasons, including the fact that personal archives creators do not tend to consistently keep records in organized filing systems; that filing, when it does occur, is frequently only done shortly before records are donated to a repository; that records may have been arranged for the first time, or rearranged, by someone other than the creator; and that an arrangement original to the creator “would only really be interesting if a man had a deep interest in classification”.

⁹² Do original “el orden era, y es, una propiedad de los procesos, no de los documentos generados por esos procesos, y varios órdenes intelectuales podían, y pueden, coexistir, con un orden físico”.

⁹³ Do original “a body of records may assume a number of different orders during its active life and then again in the hands of subsequent custodians; whereas many of these orders might previously have been disregarded in favour of the last active creator order, archivists are now beginning to contemplate the significance of different

Entretanto, o respeito aos fundos e à ordem original, como dimensões da proveniência, permitem vislumbrar o papel do arquivista enquanto mediador no arranjo e descrição. Nesse sentido, os princípios servem, em alguma medida, para minimizar o impacto da interferência e influência dos arquivistas sobre os documentos, de modo que o contexto de produção e uso dos documentos seja preservado e a autenticidade seja mantida. Todavia, as operações de arranjo e descrição devem ser empreendidas com o conhecimento de que mesmo a aderência estrita a esses princípios não impede o arquivista de influenciar significativamente a transmissão de informações sobre o arquivo (LIGHT; HURY apud DOUGLAS; MACNEIL, 2009, p. 32). Para Paquet (2000, p. 80-81, tradução nossa),

É sempre impressionante ver como os doadores arquivam seus documentos em seus computadores. O arranjo temático é o mais comum, um pouco semelhante ao arquivamento de arquivos de papel. Poderia ter sido assumido que, por várias razões, os indivíduos iriam armazenar seus documentos pessoais desordenadamente no disco rígido. Os computadores pessoais de hoje têm uma capacidade mínima de 6,4 gigabytes. Portanto, é crucial que os indivíduos gerenciem os vários tipos de documentos que eles criam se quiserem ser capazes de encontrá-los e reutilizá-los. Enquanto diretórios e documentos são adicionados regularmente ao longo dos dias, a estrutura de classificação geral para documentos não muda muito frequentemente. Essa estrutura é um ambiente pessoal único para o indivíduo, que reflete suas atividades e funções diárias.⁹⁴

No que diz respeito ao arranjo do arquivo de Rodrigo, considerou-se, além das questões referentes ao respeito aos fundos e à ordem original, o aspecto híbrido do arquivo. Era necessário um arranjo que considerasse as atividades do titular e a totalidade do arquivo, independentemente da natureza dos documentos. Num primeiro momento, o arranjo elaborado para o arquivo de Rodrigo tomou por base um modelo de arranjo para arquivos pessoais consagrado na década de 1980, que mesclava agregações por espécies documentais e por temas. No entanto, como afirma Douglas (2013, p. 23, tradução nossa), “as séries são um componente fundamental do arranjo arquivístico, e [...] devem ser entendidas como

orders over time to the overall meaning and context of a fonds. The notion of originality is complicated by the recognition of a variety of significant orders, and the decision to name the last useful order as the “original” one appears somewhat arbitrary”.

⁹⁴ Do original “It is always impressive to see how donors file their records in their computers. Thematic arrangement is the most common, somewhat similar to the filing of paper files. It might have been assumed that, for various reasons, individuals would store their personal records helter-skelter on the hard drive. Today's personal computers have a minimum capacity of 6.4 gigabytes. It is therefore crucial that individuals manage the various types of records they create if they are to be able to find them and reuse them. While directories and records are added to regularly over the days, the overall classification framework for records does not change very often. That framework is a personal environment unique to the individual that reflects his daily activities and functions”.

emergindo organicamente de agregações maiores porque se acredita que refletem a ordem original do produtor”⁹⁵. Nesse sentido, arbitrou-se que seria importante rever as bases nas quais o arranjo inicial havia sido formulado a fim de propor a adoção de um arranjo que refletisse as funções e atividades do produtor.

Assim, sem pretender sentenciar qual das ordens identificadas por Douglas (2013) é a ordem original, preservou-se a ordem física original, a constante nos dispositivos doados, uma vez que a natureza dos arquivos digitais facilita a criação de uma cópia para o processamento arquivístico enquanto os originais são mantidos exatamente como ingressaram no arquivo. Para autores como Hobbs (apud DOUGLAS, 2013, p. 14, tradução nossa) “a ordem física original mantém a evidência física de como um indivíduo viveu e trabalhou e, portanto, precisa ser preservada e contextualizada, em vez de re-imaginada”⁹⁶.

Entretanto, há que considerar que a ordem física original se traduz, na maioria das vezes, numa acumulação desordenada de documentos. A pesquisadora Joann McCaig afirma, a respeito do fundo da escritora canadense Alice Munro, que

Se o arquivo de Alice Munro tivesse vindo para mim exatamente como sua produtora o deixou, eu estaria remexendo o conteúdo confuso de um baú e de uma mala azul surrada. Ao contrário, a evidência diante de mim está catalogada, organizada e editada não apenas por Alice Munro, mas, também pelos arquivistas que o receberam (MCCAIG apud DOUGLAS; MACNEIL, 2009, p. 28, tradução nossa)⁹⁷.

Além disso, a ordem original física em que os documentos se encontram dispostos ao ingressar no na instituição de custódia não é, necessariamente, a ordem dada pelo produtor. No arquivo de Rodrigo, identificou-se, no *pen drive* doado, o que parecia ser o início de uma organização do arquivo. Questionado sobre isso em entrevista, Ramon Mello afirma que começou a organizar o arquivo. Sobre o ordenamento empregado, Mello (2016) afirma que

Era muito subjetiva, ia muito de acordo com o que eu aprendi a fazer com as minhas coisas, com o próprio computador. Tentava ser o mais objetivo possível, por exemplo, arquivo de poemas, entrevistas etc. Mas era muito subjetivo, não tinha um critério de organização arquivístico. [...] O critério era muito intuitivo e havia a necessidade maior de entendimento do material

⁹⁵ Do original “Series are a fundamental component of archival arrangement, and [...] have to be understood as emerging organically from larger aggregations because they are believed to reflect the creator’s original order”.

⁹⁶ Do original “Original physical order retains physical evidence of how an individual lived and worked,” and therefore needs to be preserved and contextualized rather than re-imagined”.

⁹⁷ Do original “If the Alice Munro archive had come to me exactly as its creator left it, I would be pawing through the jumbled contents of a steamer trunk and a battered blue suitcase. Instead the evidence before me is catalogued, organized and edited not only by its creator, Alice Munro, but also by the archivists who received it”.

do que de organização, no sentido mais metódico. Eu tinha que me achar no meio daquela loucura toda. Ficava sábados, domingos inteiros, sozinho em casa, no computador, era uma coisa infinita, que não termina nunca. Então, com o Rodrigo, eu me via num trabalho infinito de organização.

Sendo assim, buscou-se, na cópia de trabalho, identificar uma ordem original lógica, estabelecer um “quadro conceitual” pelo qual as relações entre documentos e atividades fundamentaram o delineamento das séries (MEEHAN apud DOUGLAS, 2013, p. 11), uma vez que não foi identificado nenhum sistema de arquivamento ou classificação no arquivo de Rodrigo. Armazenada em um dos disquetes doados, a pasta *meus documentos* de RSL não apresenta organização, não existe estrutura de pastas, títulos padronizados ou classificação por formato, conforme figura a seguir.

Figura 9 – Extrato da pasta *meus documentos* de RSL

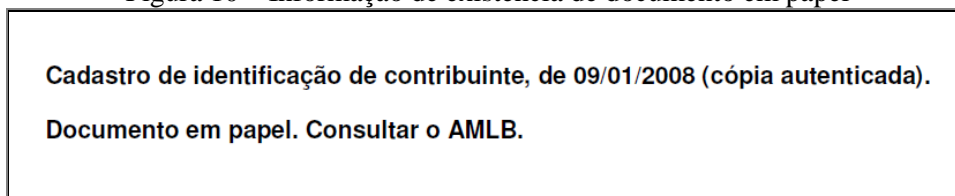
96_10	23/11/1997 21:05	Arquivo ZIP do Wi...	75 KB
96_11	23/11/1997 21:40	Arquivo ZIP do Wi...	50 KB
0222	23/11/1997 19:56	Chrome HTML Do...	1 KB
2001	28/11/1997 22:15	Sequência MIDI	13 KB
acredito em tudo	18/11/1997 14:55	Documento do Mi...	20 KB
aliso o céu com um punhal	17/11/1997 23:24	Documento do Mi...	19 KB
anac02	29/11/1997 20:20	Chrome HTML Do...	2 KB
aonde é que estaremos	05/12/1997 14:45	Documento do Mi...	19 KB
BACTERIA	07/12/1997 16:06	Documento do Mi...	128 KB
Bactérias de Insanidade	23/11/1997 23:29	Documento do Mi...	28 KB
BOLEIM DO CAO3	29/11/1997 21:40	Documento do Mi...	23 KB
BOLETIM DO CAO10	21/11/1997 15:43	Documento do Mi...	33 KB
BOLETIM DO CAO11	28/11/1997 17:12	Documento do Mi...	29 KB
BOLETIM DO CAO12	29/11/1997 21:52	Documento do Mi...	24 KB
BOLETIM DOcaox4	29/11/1997 21:39	Documento do Mi...	28 KB
cavalo alado	29/11/1997 21:58	Documento do Mi...	30 KB
dante02	22/11/1997 20:55	Chrome HTML Do...	2 KB
e não me venham	27/11/1997 14:09	Documento do Mi...	19 KB
eu carrego o meu corpo	19/11/1997 14:26	Documento do Mi...	19 KB
eu estou sozinho	30/11/1997 15:11	Documento do Mi...	20 KB
eu fiz os sonhos	01/12/1997 14:06	Documento do Mi...	19 KB
eu some1	19/11/1997 22:15	Documento do Mi...	19 KB
eu te amo	09/02/1998 15:27	Documento do Mi...	28 KB
eu tenho dentes	24/11/1997 14:09	Documento do Mi...	19 KB
eu tenho um livro	26/11/1997 20:55	Documento do Mi...	19 KB
feito30a	29/11/1997 20:28	Chrome HTML Do...	11 KB
haicai	14/11/1997 22:08	Documento do Mi...	19 KB
haicala	25/11/1997 22:25	Documento do Mi...	28 KB
havia eu	02/12/1997 17:07	Documento do Mi...	30 KB
ivan01	29/11/1997 20:23	Chrome HTML Do...	2 KB
lombo molhado	22/11/1997 13:37	Documento do Mi...	19 KB
meu maior inimigo	16/11/1997 16:32	Documento do Mi...	29 KB

Fonte: Arquivo RSL

Acredita-se, com a identificação de uma ordem lógica por meio do arranjo, aproximar-se da concepção de arquivo de Cencetti (apud DOUGLAS, 2013, p. 16, tradução nossa), para quem “o arquivo reflete o produtor ou, mais exatamente, é o próprio produtor, no sentido que a ordem original do arquivo... é a manifestação da estrutura administrativa, da história e, de alguma forma, a própria “essência” do produtor”⁹⁸. Douglas e MacNeil (2009, p. 39) afirmam que quando lido como um texto pessoal e psicológico, o arquivo de um escritor é profundamente ambíguo e, portanto, talvez seja melhor entendido como um texto social e colaborativo.

Nesse “quadro conceitual” no qual consiste o arranjo buscou-se contemplar, de maneira integrada, os documentos em papel e os documentos digitais. A abordagem holística pautou todos os procedimentos no processamento do arquivo de Rodrigo. Conforme Paquet (2000, p. 86), todos os documentos devem ser logicamente integrados no quadro de arranjo com outros tipos de documentos (quando o fundo contém documentos em mais de um meio). Acredita-se que os documentos digitais não devem ser classificados e descritos separadamente da agregação a que pertencem intelectualmente, nem vice-versa. Deve-se integrar tanto quanto possível de acordo com a proveniência. Como afirmam Carrol et al (2011, p. 72), a aplicação da teoria e princípios de arquivo pode mudar para acomodar as diferenças entre papel e arquivos nato digitais, mas os fundamentos ainda guiam cada passo do processo. Para sinalizar a existência de documentos em papel constante no arquivo foi inserida, no diretório de pastas do arquivo digital, uma mensagem com essa informação. Assim, o usuário toma conhecimento que existe documento em papel correspondente àquela série e pode solicitar para consulta.

Figura 10 – Informação de existência de documento em papel



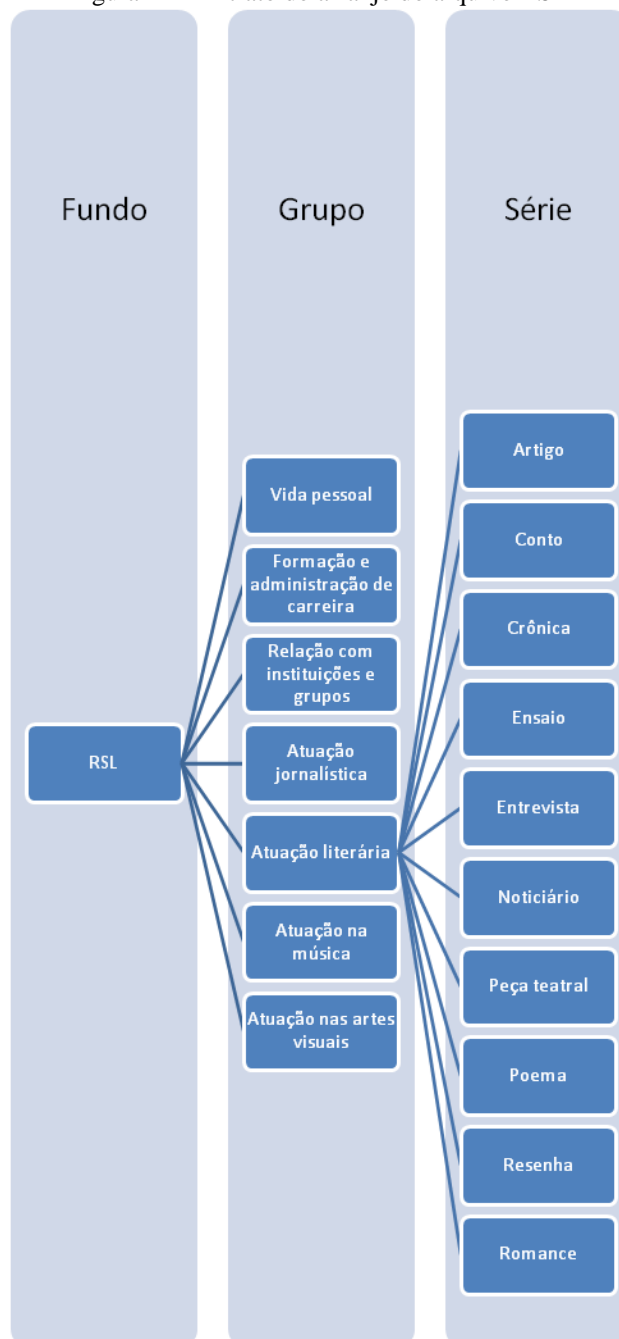
Fonte: Arquivo RSL

O arquivo encontra-se organizado nos seguintes grupos/funções: vida pessoal; formação e administração de carreira; relações com instituições e grupos; atuação jornalística; atuação literária; atuação na música; e atuação nas artes visuais. Alguns grupos se dividem em

⁹⁸ Do original “The archive reflects its creator or, more exactly, is the creator itself, in the sense that the original order of the archive... is the manifestation of the administrative structure, the history, and in some way, the very “essence” of the records creator”.

subgrupos/subfunções que se desdobram em séries⁹⁹ tipológicas. Assim, as séries refletem as atividades do titular, já que o tipo documental consiste na “configuração que assume uma espécie documental de acordo com a atividade que a gerou” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 74).

Figura 11 – Extrato do arranjo do arquivo RSL



Fonte: O autor (2017)

⁹⁹ Consiste na “sequência de unidades de um mesmo tipo documental” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 69) ou, segundo o Arquivo Nacional (2005, p. 153), a “subdivisão do quadro de arranjo que corresponde a uma seqüência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental ou assunto”.

Quando da impossibilidade de identificar o tipo documental, uma vez que a presença de fragmentos caracteriza os arquivos de escritores, estabeleceu-se a espécie documental como o critério para identificação das séries, na tentativa de evitar impor uma “continuidade alienígena [...], forçando uma narrativa ordenada e perfeita dos fragmentos que antes eram dispersos e descontínuos”¹⁰⁰ (DEVER apud DOUGLAS; MACNEIL, 2009, p. 30, tradução nossa). A reconstrução e representação dos arquivistas, segundo Douglas e MacNeil (2009, p. 31), para o arquivo de um escritor introduzem, inevitavelmente, novas camadas narrativas. Nesse aspecto, a fundamentação nos princípios, bem como a exposição das bases nas quais o trabalho está fundamentado são importantes para a compreensão daqueles que acessam o arquivo. Portanto, a ordem física na qual os documentos de RSL foram doados foi preservada e o usuário, caso tenha interesse, pode, além de consultar a ordem lógica identificada pelos preservadores, solicitar a consulta, em modo somente leitura, dos documentos dipostos na ordem recolhida.

3.1.6 *Descrição e acesso*

Segundo Duranti (1993, p. 47, tradução nossa) “o termo ‘descrição arquivística’ significa escrever sobre o material de arquivo e abarca as ideias de representação, identificação e organização”¹⁰¹. Seu objetivo seria, portanto, de acordo com o Conselho Internacional de Arquivos (2000, p. 11), identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados.

A descrição arquivística pode ter como produto instrumentos de pesquisa, tais como inventários, analíticos e sumários, catálogos e repertórios. No caso do arquivo de Rodrigo de Souza Leão, o processo descritivo que se encontra em curso tem por objetivo a elaboração de um inventário sumário por meio do qual os conjuntos documentais são descritos a partir do arranjo. Nesse sentido, entende-se por inventário o “instrumento de pesquisa que descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja

¹⁰⁰ Do original “imposes an alien continuity [...] forcing an orderly seamless narrative from what were once scattered and discontinuous fragments”.

¹⁰¹ Do original “the term “archival description” literally means writing about archival material, and embraces the ideas of representation, identification and organization”.


apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 109).

O processo descritivo do referido arquivo tem obedecido a seguinte metodologia: consulta aos documentos a serem descritos e extração de seus metadados originais. São consideradas informações específicas que evidenciam a função, trajetória e relação do documento com o conjunto documental. Busca-se acessar, nesta etapa, o conteúdo e o contexto de produção do documento; padronização da descrição em editor de textos e com base no formato MARC 21¹⁰². Nesta fase, objetiva-se padronizar as informações coletadas na etapa anterior a fim de prepará-las para inserção em base de dados descritiva na etapa subsequente, e exportação das descrições normalizadas para a base de dados descritiva SophiA, disponibilizada no *site* da FCRB, pela qual os pesquisadores têm acesso remoto ao inventário.

Conforme ilustra a figura 12, na descrição são contemplados os seguintes campos: data, nível, título, descrição física, espécie/tipo documental, notas, condições de acesso, resumo, condições de reprodução, origem, idioma, assunto etc. A base de dados descritiva permite ainda a hierarquização das descrições conforme estabelecido no arranjo, apresentando para o pesquisador o relacionamento entre os registros.

¹⁰² O formato MARC (Machine Readable Cataloging) é um conjunto de códigos e designações de conteúdos definido para codificar registros que serão interpretados por máquina. Sua principal finalidade é possibilitar o intercâmbio de dados, ou seja, importar dados de diferentes instituições ou exportar dados de sua instituição para outros sistemas ou redes de bibliotecas através de programas de computador desenvolvidos especificamente para isto.

Figura 12 – Exemplo de descrição do nível fundo do arquivo RSL

	Unidade de descrição	Arquivo
	Número de chamada	
	Classificação	Rodrigo de Souza Leão
	Data	Acervo arquivístico: 1987 - 2009; acervo bibliográfico: século XX
	Nível	Fundo
	Título	Rodrigo de Souza Leão
	Imprenta	[S.l.: s.n.].
	Desc. física	Acervo arquivístico digital original: 14,5 GB / 27.137 documentos; acervo arquivístico digital trabalhado: 8,85 GB / 7.458 documentos; acervo arquivístico em papel: 0,14 m / 71 documentos manuscritos e impressos; acervo bibliográfico: 49 livros; acervo museológico: 02 peças.
	Forma do registro	ARQUIVÍSTICA; bibliográfica.
	Notas	
	Gerais	No acervo museológico constam um cachorro de tecido estampado presenteado à Rodrigo no contexto do seu livro <i>Todos os cachorros são azuis</i> e uma toca de pólo aquático usada por ele quando do lançamento da referida obra.
	Condições de acesso	O acervo arquivístico digital trabalhado e os documentos em papel encontram-se abertos à consulta. É necessário que haja um contato prévio com a instituição mantenedora dos documentos para agendamento.
	Resumo	No arquivo de Rodrigo de Souza Leão predomina sua produção literária, musical e no âmbito das artes plásticas, contendo documentos textuais, imagéticos e sonoros. No campo pessoal há poucos, porém significativos registros como, por exemplo, sua carta de despedida. No que tange a sua produção literária, destacamos seus numerosos poemas e o romance que o consagrou intitulado <i>Todos os cachorros são azuis</i> . Entusiasta do mundo digital, por meio do qual divulgava suas obras, Rodrigo criou blogs como o <i>Lowcura</i> e periódicos eletrônicos a <i>Zunã</i> e o <i>Balacobaco</i> , além de sites como o <i>Caix</i> .
	Condições de reprodução	A reprodução de documentos pressupõe a autorização do representante legal da família de Rodrigo de Souza Leão, Ramon Nunes de Mello.
	Origem	Doado pelos pais do titular, Antônio Alberto de Souza Leão e Maria Sylvia Veríssimo de Souza Leão, em 27 de novembro de 2013.
	Biográficas/Administrativas	Escritor, jornalista e músico, Rodrigo [Antônio] de Souza Leão nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 04 de novembro de 1965. Publicou dez e-books de poesia: <i>25 Tábuas</i> ; <i>No Litoral do Tempo</i> ; <i>Síndrome</i> ; <i>Impressões sob Pressão Alta</i> ; <i>Na Vesícula do Rock</i> ; <i>Miragens Póstumas</i> ; <i>Meu Primeiro Livro</i> que é o <i>Segundo</i> ; <i>Uma temporada nas Témporas</i> ; <i>O Bem e o Mal Divinos</i> ; <i>Suorpicuous Mind</i> e <i>Omar</i> . Seus poemas foram publicados nas revistas <i>Coyote</i> , <i>Et Cetera</i> , <i>Poesia Sempre</i> , <i>El Piez</i> ; <i>Naufrago</i> (México), <i>Oroboros</i> . Premiado com o quarto lugar no Concurso de Contos José Cândido de Carvalho, em 2002. Participou, como músico, do CD <i>Melopáia</i> , de Glauco Mattoso. Consta da antologia <i>Na Virada do Século - Poesia de Invenção no Brasil</i> , organizada por Claudio Daniel e Frederico Barbosa (São Paulo: Editora Landy, 2002). Publicou <i>Há Flores na Pele</i> (João Pessoa: Editora Trema, 2001) e <i>Todos os Cachorros são Azuis</i> (Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2008), com incentivo do Programa Petrobrás Cultural - Edição 2006/2007. O livro foi um dos 50 finalistas do Prêmio Portugal Telecom, edição 2009. Em 2008, publicou também a plaqueta <i>Desequilíbrio</i> , de poesia visual, em parceria com Paulo de Toledo. Em 2009 foi a vez de <i>Caga-Regras</i> (Para de Minas: Virtual Books). Fundador e coeditor da <i>Zunã - Revista de Poesia & Debates</i> [www.revistazunai.com]. Criou o site <i>Caix</i> [fora do ar] e veiculou o e-zine <i>Balacobaco</i> [http://balacobaco08.vilabol.uol.com.br], com entrevistas com mais de 150 poetas e escritores. Suas entrevistas também foram divulgadas em vários sites e muitas delas estão na <i>Germina - Revista de Literatura e Arte</i> [www.germinalliteratura.com.br], da qual foi um dos primeiros e mais assíduos colaboradores. Editou o blogue <i>Lowcura</i> [http://lowcura.blogspot.com], que participou da mostra "Books - Tribos & Letras na Rede" (coordenação de Heloisa Buarque de Holanda e curadoria de Bruna Beber e Osmar Salomão, 2007). Sob o pseudônimo de Romina Conti, foi uma das Escritoras Suicidas [www.escritorasuicidas.com.br]. Escreveu artigos e resenhas para os jornais "O Globo" e "Jornal do Brasil". Morreu no Rio de Janeiro, em 02 de julho de 2009. Fonte: http://www.rodrigodesouzaleao.com.br
	Idioma	Acervo arquivístico: documentos predominantemente em português
	Idioma	Acervo bibliográfico: livros predominantemente em português
	Instrumento de pesquisa	Acervo estruturado em arranjo híbrido disponível na sala de consultas
	Locais 2	Acervo arquivístico: bom
	Locais 2	Acervo bibliográfico: bom
	Locais 3	Acervo arquivístico: estruturação em arranjo híbrido
	Locais 3	Acervo bibliográfico: em fase de catalogação
	Locais 4	Rosely Curi Rondinelli (Arquivista do AMLB) / Jorge Phelipe Lira de Abreu (bolsista do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico da FCRB)
	Assuntos	1. Literatura brasileira

Fonte: Base de dados da FCRB (2017)

Um aspecto importante em relação à descrição de documentos arquivísticos digitais, é que esse procedimento acaba assumindo uma função de verificação da autenticidade dos mesmos. Isto porque a preservação desses documentos implica em intervenções que se traduzem em migrações devido à obsolescência tecnológica de suportes, formatos e de plataformas computacionais. Tais migrações podem provocar perdas e alterações da forma documental que comprometem sua autenticidade a qual será atestada por meio da descrição arquivística. Duranti e MacNeil (1996, p. 57, tradução nossa) afirmam que

Quando documentos eletrônicos que os pesquisadores desejarem usar como fontes tiverem sido submetidos a várias reproduções e conversões, quando sua forma física tiver perdido muito das suas características originais,

quando seus produtores e pessoas competentes para copiá-los e migrá-los estiverem mortas e, então, incapazes de atestar sua credibilidade, o último instrumento para avaliar sua autoridade será o inventário arquivístico. O arranjo intelectual e a descrição dos fundos servem como uma função crítica de autenticação para documentos permanentes por meio da preservação e perpetuação da sua rede de relações administrativa e documentais, em outras palavras, seu contexto e sua relação orgânica.¹⁰³

Nesse sentido, além da descrição viabilizar a elaboração de instrumentos de democratização do acesso aos arquivos por meio da disponibilização de sua representação, a descrição arquivística funciona como uma autenticação em lote, ou seja, como uma declaração coletiva de autenticidade.

Um aspecto com relação ao acesso ao arquivo de Rodrigo de Souza Leão, por se tratar de um arquivo digital, foi a rapidez com que foi aberto à consulta. Na medida em que as intervenções arquivísticas eram feitas, a cópia de acesso disponibilizada no terminal da sala de consultas era atualizada. Assim, apenas com os recursos do sistema operacional *Windows*, todo acervo foi disponibilizado na sala de consultas e tornou-se pesquisável, tanto pela navegação pelo arranjo estabelecido quanto pela busca livre por termos. O terminal de consulta permite o acesso aos documentos sem qualquer possibilidade de cópia ou alteração. Como afirmam Schimidt e Ardam (2014), ao contrário de um arquivo tradicional, composto de caixa após caixa, de pasta após pasta, os materiais digitais dispõem-se em uma única máquina à nossa frente.

A reprodução do acervo fica sujeita à autorização do responsável legal pelo acervo Ramon Mello. Essa autorização se faz necessária a cada consulta devido a questões de proteção à privacidade e de direitos autorais. Essas mesmas questões impedem o acesso remoto e determinam que a consulta ao acervo se dê apenas localmente.

¹⁰³ Do original “When the electronic records that researchers wish to use as sources have gone through several reproductions and conversions, when their physical form has lost most of its original features, when their creators and the persons competent for copying and migrating them are defunct and thus unable to vouch for their trustworthiness, the ultimate instrument for assessing their authority will be the archival inventory. The intellectual arrangement and the description of archival fonds serve a critical authenticating function for inactive records by preserving and perpetuating their network of administrative and documentary relationships-in other words, their context and their archival bond”.

4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO TRATAMENTO DE ARQUIVOS PESSOAIS DIGITAIS

Na perspectiva de John, Rowlands, Williams e Dean (2010, p. 5), o arquivo de Rodrigo de Souza Leão se caracteriza como um “arquivo selvagem”, qual seja aquele que existe “fora de um repositório oficial de longo prazo”. Bass afirma que esses arquivos são produzidos e preservados por pessoas com práticas de arquivamento diversas e abarcam espécies documentais dinâmicas e dispersas em várias paisagens digitais, “os arquivos são geralmente criados, acumulados e mantidos de forma instintiva e conveniente, ao contrário de sistematicamente e rotineiramente, como é o caso em ambientes institucionais”¹⁰⁴ (2013, p. 50, tradução nossa).

Couchet (2012) aponta uma bateria de riscos no arquivamento permanente de documentos pessoais digitais: perda pontual de arquivos em decorrência de erros de manipulação, classificação, esquecimento ou por falha de serviços *on-line*; problemas de *software* em decorrência de *bugs* e falhas em programas ou sistema operacional; problemas de *hardware*, como falha do disco rígido, perda de integridade de arquivos devido à alteração dos suportes de armazenamento; perda de material, como sumiço de *CDs*, cartão de memória ou outro dispositivo de armazenamento; sinistros, como roubo, incêndio ou inundação; dano intencional por terceiros, como vírus de computador e interceptação de senhas; obsolescência dos dispositivos de armazenamento e formatos de arquivo, como disquetes e formatos antigos não suportados pelo *software* atual; encerramento de serviços de *backup on-line*, como fechamento de um provedor de serviços; falhas de privacidade em serviços na *web*, como espionagem de conteúdo e roubo de senha; e alterações relacionadas ao estado de saúde dos produtores de documento, como acidentes, doenças e morte que impeçam o acesso a dados ou a transmissão de outras pessoas.

Alguns danos advindos dos riscos apontados por Couchet (2012) são identificáveis no arquivo de RSL, como a existência de disquetes vazios ou de arquivos em formatos que os recursos tecnológicos disponíveis não são mais capazes de reproduzir em decorrência da fragilidade do suporte e obsolescência tecnológica, respectivamente.

Além dos riscos, Marshall (2008a) identificou alguns desafios do arquivamento pessoal digital. O primeiro diz respeito à gestão digital. Em seu estudo a autora constatou a recusa (justificável) dos indivíduos em gastar muita energia na curadoria, aproveitando a tendência natural de confiar na estrutura social existente para manter seguras as posses

¹⁰⁴ Do original “digital archives are usually created, accumulated, and maintained instinctively and expediently as opposed to systematically and routinely, which is the case in institutional environments”.

digitais. Para os usuários o gerenciamento digital não é fácil e não parece melhorar. RSL, embora demonstrasse preocupação com a preservação de seus documentos, não investiu na gestão de seu arquivo. Ramon Mello assume essa função quando recebe o arquivo de Rodrigo, mas, como afirmou em entrevista, “não tinha muita paciência pra aquele lugar” (MELLO, 2016).

Outro desafio consiste na distribuição de arquivos digitais. Os documentos digitais de um indivíduo encontram-se distribuídos em diversos locais de armazenamento, alguns sobrepostos e outros completamente independentes. Esse cenário se dá pela cada vez mais acelerada troca de computadores ou dispositivos tecnológicos e pelo hábito comum de manter mais de uma conta de *e-mail*, uma variedade de redes sociais ou mídias de compartilhamento e muitos locais temporários diferentes para armazenar arquivos, como no caso de Rodrigo de Souza Leão, que manteve cópias de um mesmo documento em diferentes dispositivos de armazenamento.

O terceiro desafio relaciona-se à avaliação e acumulação. Ao passo em que a velocidade de transporte de dados e a capacidade de armazenamento aumentam rapidamente, os indivíduos acumulam seus arquivos sem nenhuma preocupação com avaliação do que deve ou não ser mantido. No ambiente digital a avaliação é mais urgente para que o usuário tenha controle de seus documentos. Pelo volume de documentos replicados e manutenção de documentos que não revelam tanto das atividades ou funções de Rodrigo, como os documentos de terceiros que não se relacionam com sua trajetória, pode-se supor que não havia uma rotina de avaliação do que deveria ser preservado.

O último desafio apresentado por Marshall (2008a) compreende a recuperação de repositórios em longo prazo. Os documentos digitais são armazenados pelos indivíduos, em última instância, de acordo com os usos e exigências do momento, sem preocupação com o acesso em longo prazo. O produtor, como Rodrigo, não tem compromisso com a manutenção de uma rotina de conversão de formatos ou atualização de suporte. Entretanto, com o armazenamento distribuído, é possível que o usuário não lembre onde armazenou determinado documento ou tenha usado descritores que não facilitam a busca. Igualmente, a obsolescência tecnológica pode impossibilitar a leitura de um formato de arquivo usado no passado, conforme ocorrido em alguns documentos constantes no arquivo de RSL.

Diante desse cenário, a maioria dos autores converge para a necessidade de uma percepção precisa e abrangente de como os documentos digitais pessoais são criados, mantidos e organizados a fim de compreender os recursos necessários quando da aquisição às

instituições de custódia. Em contraposição à aquisição do arquivo de Salman Rushdie em vida à MARBL, por exemplo, no Brasil, as aquisições de arquivos pessoais costumam se dar após o falecimento do titular e os arquivistas não têm acesso às informações sobre como os arquivos foram produzidos e mantidos. É a situação do arquivo de Rodrigo. De acordo com Bass (2012, p. 32, tradução nossa),

Neste método passivo de aquisição de documentos, os arquivistas são deixados a deduzir ou especular sobre os detalhes dos comportamentos de manutenção de documentos pessoais e inferir o significado e valor associados aos documentos gerados por esses comportamentos.¹⁰⁵

Para enfrentar questões como a preservação dos atributos de identidade e integridade dos documentos, presunção de autenticidade, identificação do contexto, da relação orgânica dos documentos e de todos os outros desafios decorrentes dos arquivos pessoais produzidos em ambientes digitais, o presente capítulo apresenta a perspectiva da intervenção na pré-custódia bem como estratégias para a gestão e preservação de arquivos pessoais digitais. A experiência com o arquivo de RSL permitiu perceber os desafios de tratar um arquivo digital sem a gerência sobre sua produção e manutenção. Vejamos como os estudos de PIM podem contribuir para as abordagens dos arquivos pessoais digitais ao investigar as práticas de criação e manutenção, as noções de valor e de preservação desses conjuntos documentais.

4.1 Intervenção arquivística na pré-custódia

Tradicionalmente os modelos conceituais de gestão documental, como o ciclo vital e o *continuum*, compreendem uma fase que precede a intervenção arquivística, essa última entendida como o tratamento documental (BASS, 2013, p. 52-53). Uma vez transferidos ou recolhidos, os arquivistas conseguem, pela proximidade com o ambiente de produção, verificar as circunstâncias de produção e uso dos documentos, bem como a relação entre os documentos e dos documentos com o produtor. Entretanto, nos arquivos pessoais, como Bass (2013, p. 53, tradução nossa) chama a atenção, “essas extrapolações baseiam-se essencialmente nos fragmentos documentais que o arquivista possui no ponto de aquisição, que, dependendo do criador ou doador dos documentos, pode ser bastante limitado em

¹⁰⁵ Do original “In this passive method of records acquisition, archivists are left to deduce or speculate on the details of personal recordkeeping behaviours and infer the associated meaning and value of the records generated by those behaviours”.

quantidade e qualidade”¹⁰⁶, como no arquivo de RSL em que a aquisição por meio de mídias de transporte, a falta de organização e de informações sobre sua produção e manutenção tornam mais complexa a presunção de autenticidade e preservação dos documentos.

Até agora, as estratégias de aquisição de arquivos pessoais centraram-se ao final do ciclo de vida dos documentos. As instituições costumam adquirir arquivos de indivíduos após esses terem encerrado suas carreiras profissionais ou morrerem. Segundo Paquet (2000, p. 88, tradução nossa), essa estratégia é prejudicial para obter informações sobre a produção e arquivamento dos acervos adquiridos, especialmente os digitais, “porque daqui a 50 anos ou mesmo muito antes disso estaremos perante um declínio significativo no volume de documentos pessoais em arquivos”¹⁰⁷. Por mais quanto tempo os documentos contidos nos disquetes gravados por Rodrigo estariam disponíveis?

Cunningham (1994, p. 100) chama atenção para o fato de que, normalmente, os arquivistas contemplam os critérios e rotina de manutenção de arquivo pessoal para além da existência ou inexistência de documentação que a explique, como algo que é pré-determinado pelo produtor de documentos e, portanto, além de sua alçada. Sendo assim, na ausência de documentação sobre a produção e manutenção dos documentos, algumas perguntas podem ser feitas na hora da aquisição ou pouco depois. Entretanto, frequentemente, os arquivistas ficam responsáveis por deduzir ou inferir detalhes da produção e arquivamento a partir das evidências intrínsecas. Nesse caso, diante dessa ausência, a análise dos metadados empreendida na identificação de proveniência e autoria do arquivo de RSL foi fundamental e ofereceu subsídio para o estabelecimento dessas perguntas importantes a serem feitas quando da aquisição de arquivos digitais.

Como apontam muitos teóricos, a intervenção na pré-custódia configura-se como resposta às questões apresentadas pelos arquivos pessoais digitais à teoria arquivística. Trata-se de uma estratégia na qual o arquivista se envolve ativamente nos processos de manutenção de documentos digitais pessoais para garantir que esses documentos sejam produzidos, gerenciados e documentados adequadamente em primeira instância (CUNNINGHAM, 1999, p. 58), para que os arquivistas possam capturar as informações necessárias relacionadas aos elementos estruturais e de conteúdo dos documentos para apoiar a preservação, o acesso

¹⁰⁶ Do original “these extrapolations are in essence based on the documentary fragments the archivist possesses at the point of acquisition, which, depending on the creator or donor of the records, may be quite limited in quantity and quality”.

¹⁰⁷ Do original “because, in 50 years time. or even well before then. we will be facing a significant decline in the volume of private records in records centres”.

(BASS, 2012, p. 33) e a presunção de autenticidade em longo prazo. Segundo Cunningham (1994, p. 101, tradução nossa), a intervenção na pré-custódia é alcançada da seguinte forma:

Tendo obtido um acordo em princípio para a eventual transferência dos arquivos da pessoa para a instituição, o arquivista precisará então construir uma parceria duradoura com o doador, de modo que a assistência seja emprestada com a concepção de um sistema de manutenção de documentos que satisfaça padrões predeterminados e com a produção de material de apoio adequado. Esta parceria provavelmente envolveria também a transferência periódica de documentos não correntes avaliados (idealmente antes de sua criação) como sendo dignos de preservação permanente.¹⁰⁸

Os desafios do tratamento de um arquivo digital apontados na seção anterior e a partir do arquivo de Rodrigo se relacionam com a falta de intervenção na pré-custódia. Entretanto, essa abordagem pressupõe uma valoração e um nível de intervenção que, se não medido, pode comprometer a qualidade dos documentos enquanto documentos de arquivo, especialmente no que diz respeito às características de naturalidade e imparcialidade, já que a intervenção refletirá a forma como os documentos são criados. Para Hyry e Onuf (1997, p. 43), as sugestões de uma postura proativa do arquivista afetam as decisões de avaliação. Para os autores, a avaliação dos documentos em um tempo muito próximo da produção não é positiva, uma vez que enxergam como benefício o afastamento temporal e a avaliação retrospectiva. O próprio Cunningham (1999, p. 60) aponta algumas objeções ao envolvimento do arquivista na produção e manutenção de documentos pessoais.

A primeira objeção reside na impossibilidade de discernir o significado histórico final dos documentos no momento da produção (SPRAGGE apud CUNNINGHAM, 1999, p. 60). Como identificar que o arquivo de Rodrigo seria passível de aquisição enquanto era produzido por seu titular? Definir o que será importante pressupõe o estabelecimento de critérios de avaliação não tão comuns em arquivos pessoais. Cunningham (1999, p. 60, tradução nossa) rebate com a afirmação de que “não podemos saber o que vai acontecer no futuro, mas há coisas sobre o presente que sabemos que serão de interesse duradouro para a sociedade no futuro”¹⁰⁹. O autor considera que o deslocamento da decisão de avaliação/seleção mais para

¹⁰⁸ Do original “Having secured an in-principle agreement for the eventual transfer of the person's records to the archives, the archivist will then need to build a lasting partnership with the donor whereby assistance is lent with the design of a recordkeeping system that satisfies predetermined standards and with the production of adequate support documentation. This partnership would probably also involve the periodic transfer of non-current records appraised (ideally before their creation) as being worthy of permanent preservation”.

¹⁰⁹ Do original “We cannot know what will happen in the future, but there are things about the present that we do know will be of enduring interest to society in the future”.

perto da produção dos documentos não é um aspecto negativo da intervenção na pré-custódia. A avaliação não deve se pautar majoritariamente no valor informativo ou histórico dos documentos, mas, sobretudo, no seu contexto funcional e significado contemporâneo.

A segunda objeção está no trabalho intensivo que a intervenção na pré-custódia exige (CUNNINGHAM, 1999, p. 60), uma vez que pressupõe a prestação de orientação e assistência individual na criação e manutenção dos documentos. Entretanto, o tempo investido em orientação pode ser menor do que o tempo gasto no arranjo e descrição de arquivos pessoais digitais cuja produção e manutenção não foram gerenciadas e documentadas.

Além disso, esse aspecto da intervenção na pré-custódia não precisa se restringir à prestação de orientação individual, mas pode incluir, como têm feito algumas instituições, a elaboração de orientações práticas sobre a produção e o gerenciamento de arquivos digitais pessoais direcionadas ao público alvo abarcado na política de aquisição de cada instituição. Se Rodrigo tivesse acessado orientações sobre como produzir e gerenciar seu arquivo, seu tratamento não demandaria tanto tempo e sua contextualização seria mais fácil. Dessa constatação, adveio a necessidade de elaborar as já mencionadas *Orientações práticas para a gestão do seu arquivo pessoal digital* e *Orientações práticas para arquivistas auxiliarem os doadores na preparação de seu arquivo pessoal digital para doação*.

Cunningham (1999, p. 61, tradução nossa) sugere ainda que a intervenção na pré-custódia “também pode incluir o trabalho com desenvolvedores de software e fornecedores para incentivar a incorporação de boa funcionalidade de manutenção de registros e recursos de autodocumentação”¹¹⁰. Essas práticas têm uma abrangência maior que a assistência individual e podem exigir um esforço menor do profissional de arquivo.

A última objeção está relacionada ao fato do envolvimento dos arquivistas nos processos de criação de registros pessoais levar a práticas autoconscientes e antinaturais de manutenção de documentos (CUNNINGHAM, 1999, p. 61). Trata-se, segundo o autor, de uma objeção Jenkinsoniana, para quem a preservação de documentos com vistas à posteridade não implica em documentos autênticos, verdadeiros e confiáveis. Cunningham (1999, p. 61) não refuta as idéias de Jenkinson, mas afirma que se torna desconfortável pensar em termos de objetividade e veracidade na pós-modernidade.

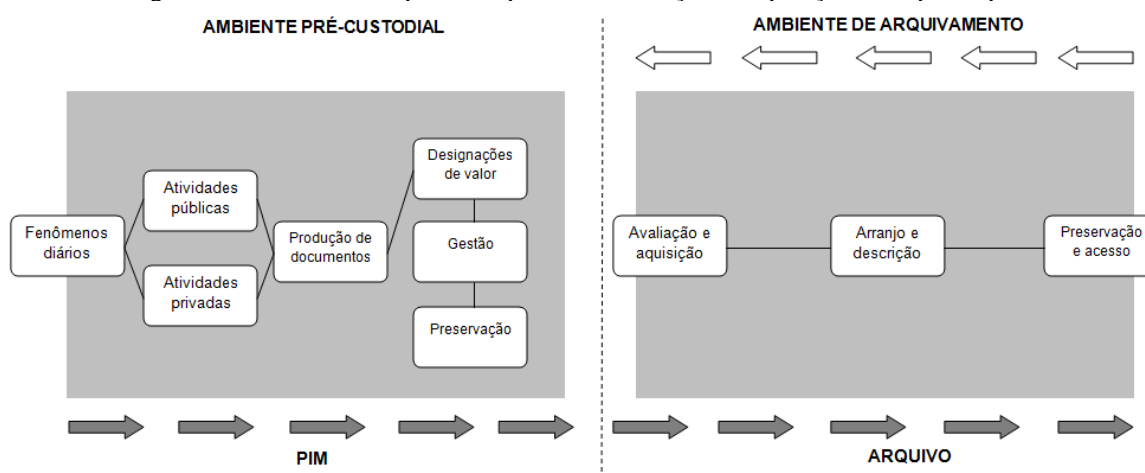
Embora a autoconsciência do comportamento de manutenção do produtor de documentos precise ser discernida e compreendida por qualquer pessoa que

¹¹⁰ Do original “It might also include working with software developers and vendors to encourage the incorporation of good record-keeping functionality and self-documenting features”.

use esses documentos, não os tornam não documentos - nem os torna menos valiosos como evidência: é simplesmente um tipo diferente de evidência (CUNNINGHAM, 1999, p. 61, tradução nossa).¹¹¹

O autor questiona ainda porque uma atuação pró-ativa do arquivista representaria um problema filosófico apenas para registros pessoais e não para outros tipos de documento, como para os produzidos na esfera organizacional. Como possibilidade apresenta que as organizações talvez necessitem de assistência profissional para a manutenção de documentos mais para suas exigências de prestação de contas e eficiência em curto prazo do que para a posteridade, enquanto, um arquivista instruindo um escritor é provável que esteja interessado apenas nos valores históricos e informativos (CUNNINGHAM, 1999, p. 61). Na opinião do autor, a parcialidade ou a consciência do produtor sobre os documentos não devem ser negadas, e sim reconhecidas como realidade e os documentos devem ser gerenciados de acordo com metadados contextuais adequados que sejam capazes de apoiar a interpretação e análise completa.

Figura 13 – Distância temporal e espacial na mediação de aquisição de arquivos pessoais



Fonte: O autor com base em Bass (2012)

Independentemente das objeções à intervenção na pré-custódia e de seus desafios à teoria arquivística, a estratégia pode minimizar os riscos do arquivamento pessoal digital. O arquivo de Rodrigo foi produzido e recolhido fora da perspectiva de intervenção na pré-custódia e ilustra os caminhos possíveis de tratamento. Entretanto, reconhece-se a importância

¹¹¹ Do original “While the self-consciousness of the record-keeping behavior of the records creator needs to be discerned and understood by anyone using such records, it does not make them non-records-nor does it make them any less valuable as evidence: it is simply a different kind of evidence”.

da intervenção na pré-custódia para a minimização dos desafios e riscos apresentados pelos arquivos pessoais digitais.

Nesse sentido, compreender o processo de produção e de manutenção de arquivos pessoais digitais, as decisões relacionadas à avaliação e as estratégias de preservação a partir do prisma da PIM a fim de mapear o comportamento das pessoas que produzem e mantêm documentos em meio digital pode contribuir para ajudar o produtor a determinar, na pré-custódia, quais documentos devem ser mantidos, onde devem ser armazenados, como devem ser preservados e como podem ser encontrados.¹¹²

4.2 Perspectivas da Gestão de Informações Pessoais (PIM)

Nos documentos produzidos por um indivíduo no âmbito doméstico consta o que Lansdale (2006, p. 55) chama de informação¹¹³ pessoal, não com a conotação de que sejam informações privadas, mas de que são mantidas para o próprio uso do indivíduo. Bass (2013, p. 52) afirma que diversos trabalhos mencionam Lansdale como o primeiro autor a abordar a gestão de informações pessoais como uma prática e área de estudo. Segundo Jones e Teevan (apud BASS, 2013, p. 51, tradução nossa) a PIM é

Tanto a prática como o estudo das atividades que as pessoas realizam para adquirir, organizar, manter, recuperar, usar e controlar a distribuição de itens de informação, como documentos (papel e digital), páginas da Web e mensagens de e-mail para uso diário para completar tarefas (relacionadas ao trabalho ou não) e cumprir os vários papéis de uma pessoa (como pai, empregado, amigo, membro da comunidade, etc.).¹¹⁴

Como área de estudo, a gestão de informações pessoais “baseia-se no melhor trabalho de uma variedade de disciplinas, incluindo psicologia cognitiva, interação homem-computador, gestão de banco de dados, recuperação de informações e ciência da informação”¹¹⁵ (JONES apud BASS, 2013, p. 51, tradução nossa). Segundo Bass (2013, p.

¹¹² Questões elaboradas com base em Marshall (2008b).

¹¹³ Para efeitos deste trabalho considera-se informação “todo e qualquer elemento referencial contido num documento” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 44). Portanto, quando se utiliza o termo informação, pressupõe-se que ela esteja registrada em um documento.

¹¹⁴ Do original “both the practice and the study of the activities people perform to acquire, organize, maintain, retrieve, use and control the distribution of information items such as documents (paper-based and digital), Web pages, and email messages for everyday use to complete tasks (work-related and not) and to fulfill a person’s various roles (as parent, employee, friend, member of community, etc.).”

¹¹⁵ Do original “draws upon the best work from a range of disciplines including cognitive psychology, human-computer interaction, database management, information retrieval, and information science”.

51-52), os estudos de gestão de informações pessoais são realizados a fim de encontrar novas formas para contribuir com o gerenciamento de grandes volumes de informação em meio digital com agilidade e eficácia por meio do desenvolvimento de *hardware* e *software*, como gerenciadores de texto, de *e-mail*, de imagem e de música, navegadores, calendários, entre outros aplicativos.

Nesse sentido, os estudos são conduzidos, em sua maioria, pela lógica comercial, sem necessariamente contemplar uma abordagem arquivística. Bass (2013, p. 5) afirma que todas as tecnologias de gestão de informações pessoais contemplam três funções primárias: criar, organizar e (re)acessar informações no que o autor chama de “coleções digitais pessoais”. Entretanto, quando contam com uma abordagem arquivística, os estudos de tecnologia de PIM recebem uma quarta função, a preservação em longo prazo de informações pessoais digitais. Segundo John, Rowlands, Williams e Dean (2010, p. X, tradução nossa)

Espera-se que a Gestão de informações pessoais (PIM) eficaz, versátil e robusta surja no tempo, à medida que a demanda por manuseio eficiente de informações pessoais se incrementa; mas no momento uma tal capacidade abrangente está muito ausente. Há uma necessidade específica de promover uma forma de PIM orientada por uma abordagem arquivística que abranja todo o ciclo de vida da informação e seja direcionada para garantir autênticos objetos digitais pessoais e torná-los prontamente disponíveis para uso e reuso dos indivíduos produtores e proprietários para além do futuro imediato.¹¹⁶

Portanto, essa produção que se dedica aos estudos de comportamento de usuário para desenvolvimento de tecnologias de gestão de informações pessoais e que se dá, de um modo geral, fora do âmbito das publicações arquivísticas permite vislumbrar o cenário e a dinâmica de criação e uso dos documentos pessoais digitais, antes de ingressarem nas instituições de custódia, fornecendo informações técnicas e contextuais fundamentais para o tratamento arquivístico desses conjuntos documentais. A seguir, explora-se, a partir da perspectiva PIM, a criação e manutenção de documentos pessoais digitais, os critérios de valoração e os hábitos de preservação dos produtores.

¹¹⁶ Do original “Effective, versatile and robust personal information management (PIM) can be expected to emerge in time as demand for efficient handling of personal information mounts; but at present such a comprehensive capability is sorely missing. There is a specific need to promote an archivally-oriented form of PIM that embraces the entire information life cycle, and is directed at securing authentic personal digital objects and making them readily available for use and reuse by the individual creators and owners beyond the immediate future”.

4.2.1 Criação e manutenção de arquivos pessoais digitais

Uma pessoa documenta espontaneamente, durante a vida, em sua rotina diária, atividades públicas e privadas. Oriundos das necessidades mais diversas, os documentos que compõem um arquivo pessoal são produzidos, em sua maioria, sem preparo ou por objetivos experimentais. Com o desenvolvimento e popularização das tecnologias, indivíduos se comunicam e operam financeiramente por meio eletrônico, fazem fotos e vídeos digitais, administram perfis em redes sociais, entre uma ampla gama de outras operações digitais das quais os documentos constituem evidência. Esse instante do registro da atividade em um documento consiste na gênese documental no ambiente pessoal e os documentos ainda não passaram por designações de valor, gestão ou preservação por parte do produtor.

Bass (2013, p. 54), ao apresentar como os documentos pessoais digitais são produzidos, esclarece que quando a documentação assume a forma digital ela se constitui como um tipo de arquivo específico. Kirschenbaum (apud BASS, 2012, p. 53, tradução nossa) exemplifica:

Quando um indivíduo está criando um documento do Microsoft Word, os dados são alocados para memória de acesso aleatório (RAM) até que um comando de salvamento automático ou salvamento manual é executado, momento em que os dados são codificados para um algoritmo de formatação exclusivo, atribuído um sufixo com uma extensão de três ou quatro caracteres (.doc ou .docx) e armazenado na unidade de disco rígido (HD).¹¹⁷

Os sistemas operacionais usam essas extensões de arquivo para localizar e executar o programa associado necessário para tornar a cadeia de bits legível aos humanos (BASS, 2013, p. 54). Atualmente o PRONOM¹¹⁸ possui cerca de 1.494 formatos de arquivos identificados. Os formatos podem ser classificados em duas categorias: arquivos produzidos *off-line*, análogos a formulários analógicos, e arquivos *on-line*, usados exclusivamente na construção de conteúdo baseado na *web* (BASS, 2013, p. 53). Tanto os arquivos produzidos *off-line* quanto os arquivos produzidos *on-line* dependem de programas associados para que sejam

¹¹⁷ Do original “when an individual is creating a Microsoft Word document, data is allocated to random access memory (RAM) until an auto-save or manual save command is executed at which time the data is encoded to a unique formatting algorithm and assigned a suffix with a three to four character extension (.doc or .docx) and stored on the hard disk drive (HDD)”.

¹¹⁸ O PRONOM é uma base de dados técnica *on-line* para apoiar serviços de preservação digital, desenvolvido pelo Arquivo Nacional do Reino Unido. Configura-se como um recurso para qualquer pessoa que necessite obter informações sobre os formatos de arquivo, produtos de software e outros componentes técnicos necessários para suportar o acesso em longo prazo a documentos e outros objetos digitais de valor cultural, histórico ou comercial.

acessados. Nesse sentido, o formato de arquivo é parte fundamental do documento digital pessoal.

Outro aspecto fundamental dos arquivos pessoais digitais é que o computador pessoal se constitui no domínio comum em que os documentos são criados, manipulados e armazenados. Mesmo com a proliferação de equipamentos e dispositivos, Rodrigo concentrava seus documentos no computador. As fotografias feitas por sua câmera digital eram acessadas e processadas por programa específico instalado em computador, da mesma maneira que as músicas digitais adquiridas, os vídeos e textos compartilhados em *blogs* e redes sociais, estavam todos baseados no computador. Desse modo, “o computador pessoal tem atuado há algum tempo como uma central para a produção de arquivos digitais, bem como seu uso contínuo e gestão no que pode ser referido como uma série de ações de manutenção de documentos”¹¹⁹ (BASS, 2013, p. 54, tradução nossa). O autor afirma que

Todos os computadores pessoais oferecem a capacidade de criar pastas por meio de aplicativos de gerenciamentos de arquivos (Windows Explorer ou Mac Finder) para organizar texto, áudio, vídeo, planilhas e apresentações dinâmicas, entre outras categorias de arquivos. Essas pastas são, por sua vez, agrupadas hierarquicamente para criar estruturas profundas ou superficiais contendo centenas, senão milhares, de itens digitais agregados. Como os computadores pessoais são frequentemente o centro de criação e organização, o gerenciamento de arquivos é um componente central da manutenção pessoal de documentos (BASS, 2013, p. 54, tradução nossa)¹²⁰.

O segundo centro de manutenção de documentos pessoais digitais identificado por Bass (BASS, 2013, p. 55) é o *e-mail*. Adotado como substituto da correspondência manuscrita e datiloscrita, por sua disponibilidade e interface amigável, o *e-mail* é o meio de comunicação digital mais disseminado no âmbito profissional e pessoal (SCERRI, HANDSCHUH e DECKER apud BASS, 2013, p. 56). Atualmente o *e-mail* divide sua aderência com os aplicativos de mensagens instantâneas (Whatsapp e Messenger). Segundo Ducheneaut e Bellotti (apud BASS, 2013, p. 56) como a correspondência escrita, o *e-mail* é uma manifestação gravada de comunicação assíncrona entre duas ou mais pessoas e é, em muitos aspectos, o principal meio de comunicação não presencial no início do século XXI.

¹¹⁹ Do original “the personal computer acts as a central hub for both the creation of digital files as well as their continued use and management in what may be referred to as series of recordkeeping actions”.

¹²⁰ Do original “All personal computers provide the ability to create folders via file manager applications (Windows Explorer or Mac Finder) to organize text, audio, video, spreadsheets, and dynamic presentations among other file classes. These folders are in turn nested hierarchically to create either deep or shallow structures containing hundreds if not thousands of aggregated digital items. As personal computers are often the centre of creation and organization, file management is a core component of personal recordkeeping”.

Entretanto, o *e-mail* tem sido usado para além de sua função de comunicação. Associado a calendários eletrônicos, o *e-mail* tem sido utilizado no gerenciamento de tarefas, bem como para o compartilhamento e arquivamento de documentos. Segundo Whittaker, Bellotti e Gwizdka (apud BASS, 2013, p. 56, tradução nossa), “como um aplicativo PIM, e-mail cresceu para abranger as funções de manutenção de documentos pessoais a tal ponto que muitas pessoas “tendem a viver em e-mail”, como demonstrado pela enorme quantidade de tempo gasto ao usá-lo”¹²¹.

Nesse aspecto, conforme mencionado no capítulo anterior reside a maior lacuna do arquivo de Rodrigo, sua correspondência eletrônica não foi preservada. O autor possuía, em virtude da circulação de seus *e-zines*, uma extensa lista de correspondentes com os quais mantinha comunicação via *e-mail*. Entretanto, os *e-mails* não foram mantidos em formatos cujos metadados tenham sido preservados, dificultando sua contextualização e presunção de autenticidade. Constatam-se minutas ou cópias (sem os metadados originais) desses *e-mails* em arquivos oriundos do processador de texto *Word*. Assim, não é possível acessar as informações originais quanto à data de produção, transmissão, autor e destinatário, por exemplo. Acredita-se tratar de um caso em que a orientação durante a pré-custódia evitaria ou minimizaria essa lacuna.

Henderson (apud BASS, 2013, p. 56) identifica alguns padrões na manutenção de documentos pessoais digitais. No primeiro - chamado pela autora de estratégia de arquivamento - os usuários desenvolvem estruturas razoáveis de pastas através de limpezas frequentes ou quando o volume de documentos as justificam. Como a estrutura de pastas é de profundidade média, a navegação pela estrutura é utilizada para localizar documentos ao invés da busca por termo. Essa estratégia não parece a adotada por Rodrigo, cujo arquivo recolhido não possuía essa hierarquia de diretórios sobre a qual expõe Henderson.

O segundo padrão constatado - empilhamento - envolve agrupamentos de documentos parcialmente desorganizados para os quais se constrói uma estrutura pequena de pastas que é utilizada sem disciplina. Nesse caso, a área de trabalho do computador é a principal área de organização e, portanto, pode ser navegada com relativa facilidade, enquanto os documentos são recuperados pela consulta de termos. Esse padrão se aproxima mais do encontrado no arquivo de Rodrigo.

¹²¹ Do original “As a PIM application, email has grown to encompass the functions of personal recordkeeping to such a degree that many people “tend to live in email” as demonstrated by the sheer amount of time spent using it”.

O último padrão identificado por Henderson sugere uma estratégia ideal e que pode ser estimulada durante a pré-custódia – estruturação – demonstra um arcabouço organizado de pastas com poucos documentos sem classificação. Os usuários, em alguns casos, direcionam a produção de documentos por meio da criação de categorias de pastas com antecedência. O acesso aos documentos, nessa estratégia, depende do contexto de organização, como uma hierarquia de pastas, para localizar informações dentro de sua estrutura de pastas.

Em seus estudos sobre a maneira como os usuários organizam e localizam arquivos em seus computadores, Barreau e Nardi (1995, p. 40-41) identificaram duas maneiras básicas para encontrar arquivos: uma baseada na localização (estrutura de pastas) e outra lógica (busca textual). De acordo com a disposição dos documentos nos dispositivos de armazenamento doados, supõe-se que Rodrigo adotava a busca textual para localizar seus documentos. A escolha depende, segundo os autores, do tipo de informação que eles estão trabalhando, que podem ser “informação efêmera”, “informação de trabalho” e “informação arquivada”.

As informações efêmeras são de uso corrente e têm vida útil curta, como mensagens eletrônicas, listas de afazeres, blocos de notas e notícias capturadas. A questão que permeia as informações efêmeras diz respeito a onde e como armazenar informações utilizadas por um curto período de tempo, uma vez que há um limite de documentos que podem constar na área de trabalho. As informações de trabalho são aquelas úteis para o trabalho atual do usuário e têm vida útil um pouco menos curta que a das informações efêmeras. Normalmente são importantes a ponto de serem organizadas por localização em categorias de pastas ou na área de trabalho. As informações arquivadas têm vida útil maior e são importantes para além do seu valor para os trabalhos atuais do usuário. Dizem respeito a trabalhos concluídos, como relatórios e históricos de projetos. Essas informações não costumam ser organizadas por requerer mais tempo e esforço do usuário, a sua recuperação se dá por busca textual e não por localização (BARREAU; NARDI, 1995, p. 41-42). Nesse sentido, identifica-se que a organização dos documentos nos computadores pessoais é determinada pelo tipo de uso que os indivíduos fazem desses documentos. O arquivo de Rodrigo permite perceber que na prática, essa classificação pode ter fronteiras tênues e os três tipos de informação conviverem no mesmo diretório. No mesmo espaço, Rodrigo armazenava informações “efêmeras”, “de trabalho” e “arquivadas”, sem distinção.

Voltando ao uso de correio eletrônico, Mackay (1988), em sua pesquisa sobre as maneiras pelas quais os profissionais de escritório usam o correio eletrônico para gerenciar

seu trabalho diário, identificou que o correio eletrônico é mais do que apenas um sistema de comunicação.

Além de apoiar o gerenciamento de informações, ele fornece um mecanismo para suportar uma variedade de atividades de gerenciamento de tempo e gerenciamento de tarefas. Algumas pessoas são priorizadoras, concentrando-se no problema de gerenciar mensagens recebidas. Outros são arquivadores, concentrando-se em como arquivar informações para uso subsequente. Da mesma forma, algumas pessoas usam o correio para delegar tarefas, enquanto outras executam tarefas delegadas a elas por outros eletronicamente (MACKAY, 1988, p. 344, tradução nossa).¹²²

Mackay (1988, p. 350) identificou algumas formas principais de uso do *e-mail*: para gestão de tempo, gestão de tarefas e gestão de informações. Os usuários que lidam com o *e-mail* como uma ferramenta para gerir tempo, chamados priorizadores, se interessam em identificar e privilegiar mensagens importantes. Os solicitadores e *performers* são os usuários que usam o *e-mail* para gerenciar tarefas e se importam em delegar tarefas a quem tem capacidade de executá-las da melhor maneira. Por fim, aqueles que utilizam o *e-mail* para gerenciar informações, os chamados arquivadores, se dedicam à classificação e recuperação de mensagens. Os arquivadores não têm hábito de eliminar mensagens. “O estudo de Mackay revela como os padrões de organização de e-mail dos indivíduos são influenciados por como eles pensam sobre as funções do e-mail” (BASS, 2013, p. 58, tradução nossa)¹²³.

O uso do *e-mail* para além da sua função primária de comunicação também foi identificado por Whittaker e Sidner (1996, p. 276, tradução nossa), o *e-mail* “agora está sendo usado para funções adicionais para as quais não foi projetado, como gerenciamento de tarefas e arquivamento pessoal. Chamamos isso de sobrecarga de e-mail.”¹²⁴ Os autores identificaram as principais funções para o *e-mail* na população estudada: gestão de tarefas, arquivamento pessoal e comunicação assíncrona (WHITTAKER; SIDNER, 1996, p. 276).

Na gestão de tarefas, os usuários desejam que as informações estejam prontamente disponíveis, para que o contexto das tarefas seja preservado e seja possível determinar o progresso das tarefas em andamento. Nesse caso, o *e-mail* é utilizado também para lembrar

¹²² Do original “In addition to supporting information management, it provides a mechanism for supporting a variety of time management and task management activities. Some people are prioritizers, concentrating on the problem of managing incoming messages. Others are archivers, concentrating on how to archive information for subsequent use. Similarly, some people use mail to delegate tasks, while others perform tasks delegated to them by others electronically”.

¹²³ Do original “Mackay’s study reveals how the email organization patterns of individuals are influenced by how they think about the functions of email”.

¹²⁴ Do original “it is now being used for additional functions, that it was not designed for, such as task management and personal archiving. We call this email overload”.

ações a serem tomadas. Na função de arquivamento pessoal, as informações são organizadas e classificadas para acesso em longo prazo. Segundo os autores, os usuários têm problema na criação de rótulos apropriados para as pastas ao arquivar informações para uso futuro. O uso do *e-mail* como meio de comunicação assíncrona preocupa-se com a interação no espaço e no tempo (WHITTAKER; SIDNER, 1996, p. 276). Das poucas mensagens eletrônicas ou minutas constantes no arquivo de Rodrigo, pode-se identificar que seu uso maior era para comunicação, embora os outros dois usos não possam ser desconsiderados.

Em estudo sobre Gestão de informações Pessoais, Boardman e Sasse (2004, p. 589) concluem que as estratégias de gestão variam entre ferramentas e que o valor da informação influencia a seleção da estratégia. Os usuários sentem um senso de propriedade sobre os documentos nos quais investiram tempo na criação e, por isso, se dispõem a organizá-los. A estratégia de organização é definida a partir da probabilidade e estilo de recuperação dos documentos. Segundo os autores “os usuários percebem que a organização de arquivos é mais valiosa, já que o custo de arquivamento é compensado pelos benefícios previstos em tempo de recuperação” (BOARDMAN; SASSE, 2004, p. 589, tradução nossa)¹²⁵. Os autores identificaram que, no *e-mail*, os usuários tendem a organizar menos as mensagens, já que localizam as mensagens por meio de metadados como autor e data das mensagens. O modo de aquisição dos documentos influencia também na organização. Documentos são criados gradualmente enquanto *e-mails* se acumulam de maneira descontrolada, o que torna a organização mais morosa. Entretanto, a estratégia de gestão se resume, como no caso de Rodrigo, a replicar os documentos em dispositivos de armazenamento com vistas à preservação.

Bass (2013, p. 60) afirma que, embora os estudos de PIM classifiquem de maneira diferente os comportamentos dos usuários, existem alguns atributos que se sobressaem:

Em primeiro lugar, os itens digitais pessoais são ativos ou dormentes, com o primeiro logicamente situado para reencontros regulares e estes últimos relegados para locais mais obscuros. Como os itens digitais ativos inevitavelmente ficarão inativos, as aglomerações de arquivos dormentes são vítimas de uma "pobreza de atenção", competindo contra uma quantidade crescente de informação ativa para o processamento cognitivo. Em segundo lugar, o processo de busca de itens digitais pessoais depende invariavelmente da execução de consultas baseadas em atributos de palavras-chave recuperadas a partir da memória humana (sistema baseado em pesquisa) ou de pistas contextuais e espaciais encontradas através da navegação (sistema baseado em localização). Ambas as abordagens, no entanto, estão

¹²⁵ Do original “Users perceive that file organization is more worthwhile since the cost of filing is offset by predicted benefits at retrieval time”.

sobrecarregadas pela capacidade de um indivíduo para recuperar informações detalhadas precisas a partir dos limites da memória humana, ou a capacidade de um indivíduo para manter proficientes e persistentes esquemas organizacionais dentro de estruturas de pastas hierárquicas. Em terceiro lugar, em todas as estratégias de manutenção de registros analisadas [...] há pouca menção a indivíduos eliminando conscientemente itens digitais, o que implica que os itens adormecidos são, por padrão, segregados de novos itens e mantidos para posterior processamento cognitivo e não eliminados por seus produtores. Em ambientes digitais, a retenção é a norma e a eliminação da exceção pela simples razão de que muitas vezes não há motivo para eliminar arquivos quando os limites no espaço virtual e no custo financeiro deixam de ser determinantes (BASS, 2013, p. 60, tradução nossa).¹²⁶

Nesse sentido, à medida que a capacidade de armazenamento dos recursos tecnológicos aumenta, o acúmulo de todos os documentos sem práticas de avaliação emerge na maioria das pesquisas na área de PIM como um dos hábitos mais recorrentes entre os usuários, conforme identificado no arquivo de Rodrigo. Na próxima seção serão abordadas as noções de valor identificadas nos estudos de Gestão de informações pessoais.

4.2.2 *Noções de valor em arquivos pessoais*

Desde Cunningham (1994, p. 101), a necessidade de avaliação é premente em arquivos pessoais digitais por conta da obsolescência tecnológica, uma vez que os suportes costumam ter vida útil curta. Além disso, a facilidade de acumular e o barateamento dos dispositivos de armazenamento tendem a desestimular a prática de avaliação. Para Marshall, Bly e Brun-Cottan (2006, p. 3), na prática de manter todos os documentos digitais, documentos valiosos podem ser esquecidos “em meio à escória digital”. Nesse sentido, a abordagem da avaliação de arquivos pessoais digitais tem aparecido atrelada à intervenção na pré-custódia e contempla dois aspectos.

¹²⁶ Do original “First, personal digital items are either active or dormant, with the former logically situated for regular re-encounters and the latter relegated to more obscure locations. As active digital items will inevitably become inactive, agglomerations of dormant files fall victim to a “poverty of attention,” competing against a growing amount of active information for cognitive processing.⁴² Second, the process of re-finding personal digital items invariably relies on the execution of queries based on keyword attributes recovered from human memory (search-based system) or contextual and spatial cues encountered through browsing (location-based system). Both approaches, however, are encumbered by an individual’s capacity to recall precise detailed information from the confines of human memory, or an individual’s ability to maintain proficient and persistent organizational schemes within hierarchical folder structures. Third, in all recordkeeping strategies reviewed in this section, there is little mention of individuals consciously deleting digital items, which implies that dormant items are, by default, segregated from new items and kept for further cognitive processing rather than destroyed by their creators. In digital environments, retention is the norm and destruction the exception for the simple reason that there is often no motive to destroy files when limits on virtual space and financial cost cease to be determining factors”.

Um diz respeito à detecção de potenciais doadores para que sejam abordados o mais cedo possível “após tornar-se claro a partir de suas realizações e atividades que seus documentos são dignos de preservação” (CUNNINGHAM, 1994, p. 101, tradução nossa)¹²⁷. Uma vez identificados os doadores cuja produção se alinha à política de aquisição da instituição, o outro aspecto relaciona-se à identificação dos documentos dignos de preservação permanente. Nenhum desses aspectos foi considerado no arquivo de Rodrigo. Seu potencial enquanto doador não foi identificado em vida e não foram identificados os documentos cuja preservação seria de interesse para a instituição, o que reflete em algumas questões abordadas no capítulo anterior, como a identificação, posterior à aquisição, de documentos com outras proveniências.

As objeções a esses aspectos já foram abordadas na seção sobre intervenção na pré-custódia. Entretanto, Cox (1996, p. 56) afirma que esse modelo de avaliação é problemático, a menos que seja conduzido no contexto de estratégias avaliativas que incidam sobre macro-questões. O autor sugere um deslocamento da ênfase na coleta para a avaliação. A coleta centra-se, na maioria das vezes, em materiais considerados interessantes e valiosos a partir de um exame de como se apresentam e não por objetivos de avaliação mais amplos. Para Cox (1996, p. 56) aspectos políticos e psicológicos evidentes não têm sido estudados no cenário arquivístico. Se o que orienta a avaliação em arquivos institucionais são os valores probatório, administrativo, legal, entre outros, o que orientaria a avaliação em arquivos pessoais? Segundo Paquet (2000, p. 73, tradução nossa)

Os acervos pessoais de indivíduos contêm vários tipos de documentos: aqueles que nos dizem quem eles são: a sua educação; trabalho; suas atividades financeiras, familiares, sociais, culturais e recreativas; documentos legais e oficiais; documentos pessoais; várias lembranças, etc. Meu objetivo quando visito um doador em casa ou onde os documentos são criados é escolher o maior número possível de registros históricos para cobrir a diversidade das atividades do doador, suas raízes sociais, culturais ou econômicas, ou suas relações sociais e pensamentos políticos. Correspondência geral e pessoal produzida pelo indivíduo é, sem dúvida, um dos documentos de significado arquivístico substancial para selecionar. Documentos como jornais pessoais e correspondência fornecem informações sobre a pessoa e suas atividades e podem lançar luz sobre as atitudes de uma classe social ou segmento da sociedade à qual a pessoa pertence. Durante a visita para adquirir os documentos de um indivíduo, é importante ter uma

¹²⁷ Do original “after it becomes clear from their achievements and activities that their records are worthy of preservation”.

idéia da natureza e quantidade de documentos relativos à sua carreira profissional.¹²⁸

Segundo Marshall (2008a), os indivíduos têm dificuldade de declarar, admitir ou prever o valor de seus documentos digitais. O valor é medido muito mais pela replicação dos documentos, como se percebe no caso de Rodrigo de Souza Leão, do que pela declaração explícita de valor por meio da seleção. A autora afirma ainda que “o valor dos itens digitais é matizado e depende de muitos fatores, fatores que podem ser semelhantes às preocupações que temos quando arquivamos informalmente nossos importantes pertences físicos, mas ampliados pela quantidade de material” (MARSHALL, 2008a, tradução nossa)¹²⁹.

A quantidade de acesso, de cópias, o envio para si, o cuidado na nomeação dos arquivos e o compartilhamento dos documentos podem demonstrar o valor do material (MARSHALL, 2008a). O número de versões, que sinalizam trabalho e criatividade empregados na produção do documento, bem como a proveniência dos documentos também são elementos que permitem algum grau de inferência sobre o valor dos documentos para o produtor em um arquivo pessoal.

Sendo assim, Marshall (2008b), elenca alguns indicadores que têm relação com o valor de um documento: a fonte, que diz respeito à proveniência e à possibilidade de ser substituído ou não, a que custo e quanto de carga emocional carrega; as ações, que dizem respeito à visualização, manipulação ou modificação do documento, e se relacionam ao esforço criativo na elaboração do documento; e, por fim, a disposição, que diz respeito à maneira e ao local em que o documento foi armazenado e com quem foi compartilhado.

Para Marshall (2008b), existem elementos a partir dos quais os indicadores de valor devem ser notados: contexto, acréscimo de valor e metadados intrínsecos. De acordo com o contexto é possível observar indícios para discernir entre documentos que são valiosos e documentos que simplesmente se acumularam. O acréscimo de valor está para os documentos

¹²⁸ Do original “the personal holdings of individuals contain several types of records: those that tell us who they are: their education; their work; their financial, family, social, cultural and recreational activities; legal and official records; personal records; various memories etc. My goal when I visit a donor at home or where the records are created is to choose as many historical records as possible to cover the diversity of the donor's activities, his social, cultural, economic roots, or his social and political thinking. General and personal correspondence produced by the individual is unquestionably one of the records of substantial archival significance to select. Records such as personal journals and correspondence provide insight into the person and his activities, and can shed light on the attitudes of a social class or segment of society to which the person belongs. During the visit to acquire an individual's records, it is important to get an idea of the nature and quantity of records relating to his professional career”.

¹²⁹ Do original “the value of digital items is nuanced and depends on many factors, factors that may be similar to the concerns we have when we informally archive our important physical belongings, but magnified by the sheer quantity of material”.

que não aparentam ser valiosos no início, mas que com o passar do tempo são acionados, modificados, regravados ou compartilhados, e, com isso, são elevados a outra categoria de valor ou vice-versa. Os metadados intrínsecos são fundamentais para que a seleção não dependa da avaliação explícita de valor de um documento por parte do indivíduo. Os metadados intrínsecos podem ser automaticamente coletados com base nas propriedades do arquivo, como no caso de Rodrigo de Souza Leão, em que pelos metadados intrínsecos foi possível verificar o número de vezes que o documento foi salvo e o tempo gasto na edição dos documentos.

Ao refletir sobre as razões para o arquivamento de documentos pessoais digitais, Dimitri (2014, p. 2) aponta que os documentos são arquivados por documentar a vida pessoal e profissional do indivíduo, por obrigações legais, por interesses pessoais, por valor sentimental e criativo. Para Whittaker e Hirschberg (apud BASS, 2013, p. 63), o arquivamento obedece a cinco critérios gerais: “valor de referência, valor jurídico e administrativo, disponibilidade imediata, lembrete de informações encontradas e desconfiança no armazenamento externo de informações”. Mas,

Além de razões funcionais, as pessoas descreveram razões emocionais ou sentimentais para manter informações. Estes incluíram revisões de seu primeiro artigo publicado e especificações para projetos de pesquisa bem sucedidos. As pessoas admitem que essas informações têm pouca relevância para as prováveis atividades futuras, mas elas ainda não podem se separar delas, porque faz parte de sua história intelectual (WHITTAKER; HIRSCHBERG, 2001, p. 7, tradução nossa).¹³⁰

Entretanto, para além de expor sentimentos através de lembranças por direito próprio, os participantes da pesquisa sobre as razões de arquivamento pessoal realizada por Kirk e Sellende (2008, p. 5) elencaram valores fundamentais que sustentam a razão pela qual os documentos são mantidos: construção da *persona*, conexão com um passado compartilhado, para preservar um legado e em honra ao passado. Com resultado próximo, o estudo realizado por Kaye et al (2008, p. 2-4) revela que os sujeitos arquivam por várias razões e de muitas maneiras e que as razões vão determinar o modo como os documentos são organizados. A primeira das razões é para uso posterior, a segunda para construção de um legado, a terceira para compartilhar recursos e a última é pelo medo da perda.

¹³⁰ Do original “In addition to functional reasons, people described emotional or sentimental reasons for keeping information. These included, reviews of their first published paper, and specifications for successful research prototypes. People admit such information has little relevance for likely future activities, but they still cannot part with it, because it is part of their intellectual history”.

O projeto Digital Lives apontou em estudo (JOHN et al, 2010, p. 44) três explicações mais proeminentes oferecidas para o arquivamento de documentos digitais: para testemunhar a criatividade, para a memória sentimental e pessoal e para referência futura. Outras razões identificadas foram: para compartilhar com colegas, como registro de atividades e eventos passados e para deixar para sucessores ou para a posteridade. Num estudo retrospectivo, torna-se arriscado supor as razões para o arquivamento de Rodrigo, bem como identificar noções de valor na manutenção de seus documentos. A partir da dinâmica de *backups* descrita pelo próprio escritor e pelos documentos (e suas cópias) dispostos nos dispositivos de armazenamento recolhidos, a avaliação não parecia uma prática adotada ou o critério era a preservação de todo o arquivo.

Para Bass (2013, p. 67) a pesquisa em PIM identifica muito dos mesmos valores atribuídos aos documentos pessoais e serve para complementar e reforçar os valores já estabelecidos. O autor apresenta, a partir dos estudos de PIM e com base nas discussões sobre valores dos arquivos pessoais na literatura arquivística, um levantamento de valores:

Quadro 2 – Levantamento de valores para arquivos pessoais

Identificações de valor PIM
Valor identitário: itens envolvidos na construção contínua e expressão do eu.
Valor de memória pessoal: itens que facilitam reencontros com o passado pessoal.
Valor histórico pessoal e familiar: itens que registram narrativas individuais e compartilhadas.
Valor emocional e sentimental: itens que testemunham criatividade e realização, e provocam emoção.
Valor funcional: itens que servem como referência ou utilidade administrativa no dia-a-dia.
Valor de posteridade e legado: itens que perpetuam uma concepção de vida ou carreira para consideração externa.
Identificações de valores arquivísticos
Valor evidencial (probatório): documentos que registram funções, atividades e transações de pessoas.
Valor informacional: documentos que fornecem informações sobre pessoas significativas e de uso potencial para pesquisa histórica e sociológica.
Valor narrativo: documentos envolvidos no processo de contar histórias e autobiografia.
Valor social e cultural: documentos que registram o caráter contemporâneo, a personalidade, a intimidade, as crenças e a espiritualidade dos indivíduos dentro da sociedade.

Fonte: Bass (2013, p. 67)

Porém, no âmbito dos arquivos pessoais os valores não possuem fronteiras tão definidas. Nesse sentido, seja pelo titular ou por seus legatários, faz-se necessário que a

avaliação seja pautada na atividade que o documento media, para que, assim, sua atuação, trajetória e interesses sejam evidenciados.

Se por um lado a avaliação de documentos institucionais, especialmente os de natureza pública, têm sido amplamente discutidas na literatura arquivística, o mesmo não ocorre no âmbito dos arquivos pessoais. Entretanto, com a inscrição da tecnologia digital na produção de arquivos pessoais, o tema não pode ser negligenciado, sob pena de não restar nada ou restar um todo que não revela o suficiente para a compreensão das funções dos indivíduos na sociedade. Desse modo, a identificação de valores é imprescindível para determinar o que e como os documentos serão preservados.

4.2.3 Práticas de preservação digital em arquivos pessoais

Quando avaliados e selecionados, o uso dos documentos se amplia e a sua preservação a longo prazo se torna necessária. A preservação digital consiste em uma série de eventos dinâmicos e contínuos e, portanto, depende de um compromisso regular que começa com o produtor e se estende aos arquivistas. A literatura sobre arquivos pessoais digitais revela que, na maioria dos casos, a preservação se resume à prática de replicação de todos os documentos, sem avaliação, em diversos dispositivos de armazenamento, como o arquivo de Rodrigo corrobora. Entretanto, a preservação de arquivos pessoais digitais tem sido a maior preocupação das instituições de custódia, que têm buscado orientar os indivíduos acerca da preservação de seus documentos¹³¹.

Marshall (2008a) identificou alguns métodos de preservação de arquivos pessoais digitais. Os indivíduos pensam em *backup* do sistema como a mesma coisa que um arquivo de longo prazo; adotam uma sucessão de pastas “Meus documentos” como uma coleção de arquivos que é armazenada no computador de uso corrente; transferem arquivos importantes para mídias de armazenamento externo, como *CDs* e *DVDs*, ou ainda disquetes, como utilizou Rodrigo¹³²; usam uma conta de *e-mail* gratuita em conjunto com uma dinâmica de anexos para criar um arquivo; utilizam uma combinação de *sites* de mídia social como recurso para

¹³¹ Library of Congress (<http://digitalpreservation.gov/personalarchiving/>), Universities of Oxford and Manchester (<http://www.paradigm.ac.uk/>), Arxiu Municipal de Girona (http://www.girona.cat/sgdap/docs/dia2013_def.esp.pdf), InterPARES (http://www.interpares.org/ip2/display_file.cfm?doc=ip2_preserver_guidelines_booklet--portuguese.pdf), Universidad Nacional Autónoma de México (http://132.248.242.3/~publica/archivos/libros/como_preservar_patrimonio_dig_pers.pdf).

¹³² “Nunca fiz nada que não tivesse uma cópia de segurança em papel e outra eletrônica. Tudo por paranoia de perder tudo que tenho dentro do computador. É que sou um escritor e guardo todo o meu tesouro – que são meus escritos – dentro dessa máquina pouco confiável” (LEÃO, 2003a, p. 1).

armazenar fotos e vídeos; e mantêm toda a plataforma – o computador, seus periféricos e programas – quando adquirem uma nova, para serem reinicializados e acessados quando os arquivos são necessários. Segundo Voutssas Márquez (2013, p.13-14, tradução nossa),

Os requisitos para a preservação a longo prazo levam ao limite as tecnologias atuais de informação e gestão da informação. Do ponto de vista das organizações, preservar suas informações digitais a longo prazo requer sistemas, modelos técnicos e organizacionais, bem como pessoal qualificado e experiente, robustos o suficiente para superar as falhas tecnológicas, mudanças sucessivas de plataformas de computação, obsolescência de meios e formatos de armazenamento, erro humano, negligência e ataques maliciosos, alterações na missão institucional das organizações ou falhas e interrupções em sua direção e financiamento, para citar algumas ameaças.¹³³

Para Voutssas (2009, p. XVI-XIX) os seguintes fatores incidem sobre a preservação de arquivos digitais: culturais, tecnológicos, legais, documentais, econômicos e sociais. Entretanto, segundo material produzido pela Library of Congress (2010), os indivíduos que desejam preservar seus documentos digitais podem obedecer à mesma estratégia para todo tipo de arquivo digital: primeiro, identificar o que se deseja guardar, disso advém a importância da avaliação; segundo, decidir o que é mais importante; terceiro, organizar o conteúdo; e quarto, guardar cópias em lugares distintos. Bass (2013, p. 68) questiona a simplicidade das práticas propostas pela Library of Congress para apresentar a preservação digital local, em que o usuário tem domínio sobre os suportes físicos (*hardwares*) e lógicos (*softwares*), e a preservação digital *on-line*, estabelecida numa relação cliente-serviço em que os documentos são armazenados numa infraestrutura de servidor que o usuário não possui e não controla.

Nesse sentido, a partir da perspectiva de cadeia de preservação, qual seja “o sistema de controle que se estende ao longo de todo o ciclo de vida dos registros, a fim de garantir a sua identidade e integridade ao longo do tempo” (DURANTI; PRESTON, 2008, p. 777, tradução nossa)¹³⁴, o Projeto InterPARES elaborou, no contexto de sua segunda fase, dois conjuntos de diretrizes - baseadas no estudo de casos reais – para a produção, manutenção e preservação de

¹³³ Do original “Los requerimientos para la preservación a largo plazo llevan al límite a las tecnologías actuales de información y administración de información. Desde el punto de vista de las organizaciones preservar su información digital a largo plazo requiere de sistemas, modelos técnicos y de organización, así como personal calificado y experimentado, lo suficientemente robustos para sortear fallos tecnológicos, cambios sucesivos de plataformas de cómputo, obsolescencia de medios y formatos de almacenamiento, errores humanos, negligencia y ataques malintencionados, cambios a la misión institucional de las organizaciones o fallas e interrupciones en su dirección y financiamiento, por mencionar algunas amenazas”.

¹³⁴ Do original “A system of controls that extends over the entire lifecycle of records in order to ensure their identity and integrity over time. See also: administrative control; intellectual control; recordkeeping; records preservation; record-making; unbroken custody”.

registros a longo prazo: um conjunto para indivíduos que criam documentos digitais, como artistas, cientistas, profissionais e pesquisadores, e outro conjunto para preservadores de documentos.

No primeiro conjunto de diretrizes o objetivo é ajudar os indivíduos a tomar decisões conscientes a respeito de como produzir e manter os documentos, com a finalidade de assegurar sua preservação pelo tempo necessário. O cumprimento das diretrizes tende a ajudar a assegurar o acesso aos documentos que merecem ser preservados por um longo período em um repositório arquivístico quando estes forem recolhidos aos cuidados de uma instituição arquivística (INTERPARES, 2013a, p. 2).

O conjunto destinado ao produtor de documentos possui dez diretrizes: seleção de *hardwares*, *softwares* e formatos de arquivo que ofereçam as melhores expectativas de garantia de que os materiais digitais permanecerão facilmente acessíveis ao longo do tempo; certificação de que os materiais digitais mantidos como documentos arquivísticos são estáveis e fixos tanto no conteúdo quanto na forma; certificação de que os materiais digitais estão identificados adequadamente; certificação de que os materiais digitais carregam informações que ajudarão a verificar sua integridade; agrupamento dos materiais digitais de forma lógica; utilização de técnicas de autenticação que favoreçam a manutenção e a preservação dos materiais digitais; proteção dos materiais digitais de ações não autorizadas; proteção dos materiais digitais de perdas acidentais e corrupção; prevenção contra a obsolescência de *softwares* e *hardwares*; e consideração dos aspectos relacionados à preservação em longo prazo (INTERPARES, 2013a, p. 4-16).

O segundo conjunto de diretrizes destinado ao preservador tem o objetivo de atender à demanda de preservação de instituições ou de programas cujos documentos arquivísticos têm que ser armazenados e acessados durante longos períodos, bem como à demanda das instituições arquivísticas responsáveis pela preservação a longo prazo de documentos arquivísticos recolhidos e pela manutenção de sua acessibilidade ao público (INTERPARES, 2013b, p. 2). Esse conjunto possui cinco diretrizes: gerenciamento da estrutura da cadeia de preservação; avaliação de documentos para preservação permanente; recebimento de documentos arquivísticos selecionados para preservação permanente; preservação dos documentos recebidos; e garantia de acesso aos documentos. Segundo o projeto, as estratégias de preservação são duas: uso de padrões (restrição de formatos a serem geridos, conversão, etc.) e dependência tecnológica (preservação da tecnologia, reengenharia de *software*, emulação, etc.) (INTERPARES, 2013b, p. 4-23).

Dessa forma, os documentos são cobertos durante toda a sua existência e, assim, têm acessibilidade e legibilidade garantidas ao longo do tempo, bem como a manutenção de forma, conteúdo e relações orgânicas, fundamentais para a credibilidade do documento enquanto documento de arquivo. Como já foi explorado, o tratamento de arquivos pessoais digitais deve ser empreendido a partir do conhecimento de toda trajetória do documento, desde sua gênese, passando por sua manutenção, sua avaliação, e preservação ao longo do tempo como documentos autênticos, capazes de evidenciar as atividades que o compõem. De acordo com o InterPARES (2013b, p. 2)

Todas as atividades para gerenciar os documentos, no curso de sua existência, estão ligadas, como em uma cadeia, e são interdependentes. Se um elo se rompe, a cadeia não pode executar sua função. Se certas atividades e ações não são realizadas com os documentos, sua integridade (ou seja, suas confiabilidade e autenticidade) e sua preservação estão em risco.

O tratamento do arquivo de Rodrigo de Souza Leão expõe procedimentos que podem ser adotados em uma aquisição tradicional, pós-custódia, de documentos produzidos e mantidos sem um esquema de classificação ou uma rotina de identificação de valor e práticas sistematizadas de preservação. Entretanto, os desafios apresentados apontam para algumas abordagens que, se contempladas, poderiam contribuir para uma melhor contextualização e preservação do arquivo, além de contribuírem para a presunção de autenticidade dos documentos. Nesse sentido, visando orientar uma aproximação das instituições arquivísticas com o produtor durante a pré-custódia, buscou-se, fundamentado na teoria e a partir da experiência com o arquivo de RSL, esquematizar algumas diretrizes possíveis para a produção, manutenção e tratamento de arquivos pessoais digitais no apêndice A deste trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indivíduos têm incorporado cada vez mais em suas vidas dispositivos tecnológicos para comunicação, produção e manutenção de documentos. Nesse sentido, as instituições de custódia têm começado a recolher arquivos híbridos ou integralmente digitais. Nesse contexto, o arquivo de Rodrigo de Souza Leão se constituiu como um campo privilegiado para a reflexão acerca dos desafios colocados à teoria arquivística pelos arquivos pessoais digitais.

Tradicionalmente, os arquivos pessoais ocuparam um lugar marginal no debate arquivístico. As razões remontam ao processo de constituição da teoria arquivística, formulada no âmbito dos arquivos públicos. Esse lugar incide muitas vezes no não reconhecimento do caráter evidencial e orgânico dos documentos produzidos e acumulados por pessoas físicas. Entretanto, com a complexificação das estruturas sociais em virtude do desenvolvimento tecnológico, as novas formas de comunicar, registrar e armazenar informações sugerem outro lugar para os arquivos pessoais na teoria arquivística. O novo cenário abala a ordem burocrática e, com isso, borra os limites entre ambiente institucional e pessoal. Diante desse cenário, faz-se necessário compreender o que caracteriza os arquivos institucionais e pessoais para que os limites sejam apreendidos.

Os arquivos produzidos em ambiente digital trazem novos elementos que ultrapassam a especificidade do suporte e recaem sobre a dependência de *hardware* e *software* para que os documentos sejam visíveis aos olhos humanos e, portanto, possam impulsionar algumas abordagens para a manutenção de documentos pessoais digitais. Se por um lado a tecnologia facilitou a produção, acesso e diminuição dos espaços de armazenamento, por outro complexificou questões como a presunção de autenticidade e preservação.

Para os suportes analógicos, a presunção de autenticidade esteve atrelada à custódia. O produtor e seus legítimos sucessores eram considerados dotados da capacidade de atestar a confiabilidade dos documentos. Entretanto, com os documentos digitais, além da presunção de autenticidade estar ainda relacionada com a dinâmica de criação, manutenção e custódia (que com o advento dos documentos digitais passa a incluir os dispositivos, sistemas e programas em que os arquivos foram produzidos e armazenados), a autenticidade, mais do que nunca, deve ser presumida a partir do estudo da proveniência e dos elementos constituintes dos documentos.

Outro aspecto que requer destaque no que diz respeito aos desafios colocados pelos arquivos pessoais digitais consiste na identificação de proveniência e autoria com vistas a presumir a autenticidade dos documentos. Quando criados em ambientes compartilhados, sem regras, padrões e uma rotina de práticas de avaliação e preservação, a identificação de proveniência e autoria torna-se complexa. A solução se deu, no caso do arquivo de Rodrigo de Souza Leão, pela identificação do contexto de produção, que no caso dos documentos digitais pode ser acessado por trás do texto, nos metadados, qual seja, sua documentação complementar. O ambiente digital não possibilita a existência de documentos idênticos a partir de contextos diferentes, conforme sugere Duranti (1994, p. 60).

A preservação, também, tem desafiado as abordagens tradicionais. Se um documento em suporte analógico poderia repousar em uma caixa à espera de tratamento arquivístico por um longo período, isso não pode se dar no âmbito dos arquivos digitais sob pena de perdas irreversíveis dos documentos ou dos elementos capazes de permitir a presunção de autenticidade, entendida em suas três dimensões: legal, diplomática e histórica. Nesse aspecto, reside a importância da autenticidade para além de um preciosismo arquivístico, especialmente no âmbito dos arquivos pessoais, produzidos em ambientes não regulados.

Ao passo que evidenciam as atividades de atores sociais, interesses, relações familiares, culturais e de sociabilidade dos mais diversos segmentos da sociedade, os arquivos pessoais se constituem em fontes de importância social ao possibilitarem outras perspectivas históricas para além das produzidas pelo/para o Estado. Nesse sentido, mesmo que não se possa exigir padrões rigorosos na produção de arquivos pessoais “não podemos prescindir de padrões. A busca da justiça, da verdade histórica e da idoneidade se constitui numa tentativa importante, necessária, do ponto de vista social, e requer um compromisso com a verdade dos fatos” (RONDINELLI, 2005, p. 27). Em consonância com MacNeil (apud RONDINELLI, 2005, p. 27), “a percepção de que os métodos para avaliar a verdade do documento arquivístico e as generalizações sobre as quais eles são construtos humanos, mais do que verdades transcendentais, leva à conclusão de que esses métodos precisam ser continuamente reavaliados”.

Nesse contexto, os estudos de gênese documental assumem importância ao permitir compreender a relação entre a entidade produtora e o documento e entre todos os documentos do conjunto, oferecendo subsídios para apreender os atributos de integridade do documento de arquivo, ou seja, os elementos de estrutura e substância, que o caracterizam como único e fundamentam a presunção de autenticidade. Especialmente no que diz respeito à novidade dos

documentos produzidos em meio digital, uma vez que compreender o que caracteriza o documento de arquivo auxilia na utilização, como sugere Duranti (1994, p. 50), da arquivologia como o físico opera a câmara de neblina: através do choque entre componentes desconhecidos pode-se alcançar a essência do que é ou parece ser inédito.

Em resposta aos desafios colocados pelos arquivos pessoais, em especial os relacionados à preservação e presunção de autenticidade, desponta a abordagem favorável à intervenção na pré-custódia. Entretanto, essa abordagem pode ser de difícil aplicabilidade no contexto arquivístico brasileiro, uma vez que o delineamento de programas de assistência aos produtores não prescinde da existência de recursos. Além disso, algumas objeções são apresentadas à intervenção na pré-custódia de arquivos pessoais pela possibilidade de interferência na produção documental que comprometeria as características de naturalidade e imparcialidade, já questionadas no que toca a esse tipo de arquivo. Nesse sentido, a terminologia empregada para a abordagem talvez mereça uma revisão, já que o termo “intervenção” sugere uma ação conformadora do conjunto documental. Pode-se pensar a abordagem como uma aproximação pré-custodial para expressar o estabelecimento de uma relação entre o produtor ou custodiador e a instituição de custódia antes da aquisição. Em alguma medida essa abordagem precisa começar a ser vislumbrada pelas instituições que pretendem recolher arquivos pessoais digitais, visando a minimizar perdas ocasionadas por obsolescência tecnológica ou problemas na transferência dos acervos para as instituições.

Diante desse cenário, os estudos de PIM podem auxiliar no desenvolvimento metodológico para tratamento de arquivos pessoais. Ainda que sejam realizados sem um viés arquivístico, sob uma perspectiva mercadológica, na medida em que investigam o comportamento dos usuários de tecnologia para criação e manutenção de arquivos digitais, oferecem subsídios para que o tratamento desses arquivos seja considerado, especialmente no que diz respeito à identificação das práticas de preservação e dos critérios adotados pelos indivíduos na avaliação de documentos. Nesse sentido, a área de PIM pode ser investigada como mais um campo parceiro da teoria arquivística.

O arquivo de Rodrigo de Souza Leão possibilita vislumbrar alternativas metodológicas para um conjunto documental digital produzido, mantido e tratado sem os recursos e condições ideais prescritos pelos teóricos. Ao mesmo tempo, o arquivo corrobora a importância de algumas perspectivas, como a intervenção na pré-custódia, que se consideradas em algum nível facilitariam a compreensão do contexto de produção e, conseqüentemente, seu tratamento. A aquisição do arquivo de Rodrigo se mostrou como uma

etapa delicada no contexto de uma documentação produzida e mantida sem acompanhamento ou orientação. Constatou-se a necessidade de documentar junto aos produtores ou legatários o máximo de informações sobre quando e como esses documentos foram produzidos, bem como a necessidade de recolher a documentação via dispositivo que preserve a maior quantidade de metadados contextuais possíveis. As mídias de transporte se mostraram frágeis e incapazes de preservar todos os metadados originais dos documentos.

As questões dispostas pelo ambiente digital se constituíram como um convite ao reconhecimento da natureza dos arquivos que extrapola sua realidade física. A entrada das tecnologias de informação no âmbito doméstico impõe à teoria arquivística o lançamento de alguma luminosidade sobre os arquivos pessoais, uma vez que sem seus recursos a identificação e preservação dos documentos pessoais digitais se torna pouco viável. Nesse aspecto, faz-se cada vez mais importante (re)conhecer e discutir seus princípios e conceitos e o que caracteriza um documento de arquivo, as convergências e tensões desse *corpus teórico* no âmbito dos arquivos pessoais.

O arquivo de RSL apresenta uma nova realidade que em algum momento chegará às instituições que custodiam arquivos pessoais. Se por um lado os arquivos digitais apresentam muitos desafios, por outro há a facilidade de uso. O arquivo tem sido consultado por pesquisadores da área de letras, psiquiatria e história que, familiarizados com o universo digital, manifestam a conveniência de ter diante de si todo o arquivo navegável na tela de um computador, além da simplicidade de reprodução, quando autorizada. Em 2014, a cineasta Letícia Simões desenvolveu o documentário *Tudo vai ficar da cor que você quiser* a partir do material disponível no arquivo RSL. O documentário apresenta a trajetória do escritor fazendo uso de seus documentos, vídeos, músicas e objetos custodiados pela FCRB e, desse modo, permite vislumbrar as potencialidades de uso de um arquivo digital.

Por fim, com o desenvolvimento e adesão acelerada dos recursos tecnológicos pela sociedade contemporânea, em pouco tempo as instituições terão que se preocupar com questões que não constaram no arquivo RSL, como mídias sociais e aplicativos de mensagens instantâneas. Assim, está-se, pois, diante de um campo que requer contínuas discussões no âmbito da teoria arquivística.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *AN digital: política de preservação digital*. Versão 1. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/and_politica_preservao_digital_v1.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2017.

BARREAU, Deborah; NARDI, Bonnie A. Finding and reminding: file organization from the desktop. *ACM Digital Library*, New York, v. 27, n. 3, p. 39-43, jul. 1995. Disponível em: <<http://dl.acm.org/citation.cfm?id=221307>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BASS, Jordan. A PIM perspective: leveraging personal information management research in the archiving of personal digital records. *Archivaria*, Ottawa: ACA, n. 75, p. 49-76, 2013.

_____. *Getting personal: confronting the challenges of archiving personal records in the digital age*. Winnipeg, 2012. Tese (Mestrado em artes) – Departamento de história (estudos arquivísticos), Universidade de Manitoba/Universidade de Winnipeg.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998. cap. I-II e X.

BEAGRIE, Neil. Plenty of room at the bottom? Personal digital libraries and collections. *D-Lib Magazine*, v. 11, n. 6, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/june05/beagrie/06beagrie.html>>. Acesso em: 9 mar. 2017.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. In: FREITAS, Lidia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia (Org.). *Documento: gênese e contextos de uso*. Niterói: Ed. UFF, 2010. 1 v. p. 161-174.

BOARDMAN, Richard; SASSE, Martina Angela. Stuff goes into the computer and doesn't come out: a cross-tool study of personal information management. [S.l.: s.n], 2004. Disponível em: <<http://www.richardboardman.com/docs/boardman-chi04.pdf>>. Acesso em 11 jun. 2017.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLV, n. 2, p. 26-39, jul./dez. 2009.

_____. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. *Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 169-174, 1998.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (Coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CARRICONDE, Cristina. Depoimento. In: SÁ, Juliana Maria Silva de. *Ficção e arte à beira-morte: estudo lítero-visual da obra de Rodrigo de Souza Leão*. Manaus, 2014. Dissertação. (Mestrado Profissional em Letras e Artes) – Escola Superior de Artes e Turismo, Universidade do Estado do Amazonas.

CARROL, Laura et al. A comprehensive approach to born-digital archives. *Archivaria*, Ottawa: ACA, n. 72, p. 62-92, 2011.

CARUCCI, Paola. Génesis del documento: redacción, clasificación y valor Jurídico. In: _____ et al. *Documento y archivo de gestión: diplomática de ahora mismo*. Carmona: S&C Ed., 1994. p. 61-78.

CASANOVA, Eugenio. *Archivistica*. 2. ed. Siena: Lazzeri, 1928.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHABIN, Marie-Anne. Naissance et baptême des archives. In: _____. *Je pense donc j'archive: l'archive dans la société de l'information*. Paris: L'Harmattan, 1999. p. 67-69.

CONARQ, Conselho Nacional de Arquivos. *Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis – RDC – Arq*. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/diretrizes_rdc_arq.pdf>. Acesso em: 29 mar 2016.

_____. *Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/conarq_presuncao_autenticidade_completa.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. *e-ARQ Brasil: modelos e requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

_____. *Glossário*. Versão 7. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2016_glosctde.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. *Perguntas mais freqüentes*. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.conarq.gov.br/perguntas-mais-frequentes.html>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Authenticity of electronic records: a report prepared for Unesco*. Paris: ICA, 2002. (Study; 13-1)

_____. *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística*. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 129-149. 1998.

COUCHET, Pierre. *L'archivage pérenne des données numériques personnelles*, 2012. [Texto de *blog*]. Disponível em <<https://archivengines.wordpress.com/2012/03/21/archivage-perenne-donnees-numeriques-personnelles/>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

COX, Richard J. The Record in the Manuscript Collection. *Archives and Manuscripts*, v. 24, n. 1, p. 46-61, 1996.

CUNNINGHAM, Adrian. The archival management of personal records in electronic form: some suggestions. *Archives and Manuscripts*, v. 22, n. 1, p. 94-105, 1994.

_____. Waiting for the ghost train: strategies for managing electronic personal records before it is too late. *Archival Issues*, v. 24, n. 1, p. 55-64, 1999.

DELGADO-GÓMEZ, Alejandro. Los archivos personales o el archivero domado. *Tabula*, Salamanca, n. 17, p. 75-84, 2014.

DOUGLAS, Jennifer. What we talk about when we talk about original order in writers' archives. *Archivara*, Ottawa: ACA, n. 76, p. 7-25, 2013.

DOUGLAS, Jennifer; MACNEIL, Heather. Arranging the Self: Literary and Archival Perspectives on Writers' Archives. *Archivaria*, Ottawa: ACA, n. 67, p. 26–39, 2009.

DURANTI, Luciana. Diplomatics: new uses for an old science. *Archivaria*, Ottawa: ACA, n. 28, p. 7-27, 1989.

_____. *Diplomatics: new uses for an old science*. Society of American Archivists: Maryland, 1998.

_____. Origin and Development of the Concept of Archival Description. *Archivaria*. Ottawa: ACA, n. 35, p. 47-54, 1993.

_____. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 7, n. 13, p.49-64, 1994.

_____. Structural and formal analysis: the contribution of diplomatics to archival appraisal in the digital environment. In: *The Future of Archives and Recordkeeping: A Reader*. London: Facet, 2010.

DURANTI, Luciana; MACNEIL, Heather. The protection of the integrity of electronic records: an overview of the UBC-MAS research project. *Archivaria*: ACA, n. 42, p. 46-67, 1996.

DURANTI, Luciana; PRESTON, Randy. *International research on permanent authentic records in electronic systems (InterPARES) 2: experiential, interactive and dynamic records*. Padova: Associazione Nazionale Archivistica Italiana, 2008.

DUQUE ESTRADA, Maria Ignez. Nise da Silveira. *Ciência hoje*, Rio de Janeiro: SPBC, ago. 1987.

EASTWOOD, Terry. O que é teoria arquivística e porque ela é importante? *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro: AAB, v. 12, n. 2, p. 15-27, jul./dez, 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FORSTROM, Michael. Managing Electronic Records in Manuscript Collections: A Case Study from the Beinecke Rare Book and Manuscript Library. *American Archivist*, v. 72, p. 460–477, 2009.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: *O que é um autor?* Lisboa: Ed. Vega. 1992. p. 129-160.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOBIRA, Pablo. O arquivo do escritor na era da reprodutibilidade técnica digital. *Manuscrita*, São Paulo: USP, n. 18, 2010.

GUIMARÃES, Silvana. Apresentação. In: LEÃO, Rodrigo de Souza. *O esquizoide: coração na boca*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____. Depoimento. In: SÁ, Juliana Maria Silva de. *Ficção e arte à beira-morte: estudo lítero-visual da obra de Rodrigo de Souza Leão*. Manaus, 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras e Artes) – Escola Superior de Artes e Turismo, Universidade do Estado do Amazonas.

_____. Entrevista concedida a Jorge Phelipe Lira de Abreu. [e-mail], 19 set. 2016. [Apêndice C].

HARRIS, Verne. *On the back of a Tiger: deconstructive possibilities in 'evidence of me,'* 2001. Disponível em: <<http://www.mybestdocs.com/harris-v-tiger-edited0105.htm>>. Acesso em: 9 mar. 2017.

HEYMANN, Luciana Quillet. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra capa, 2012.

HIDALGO, Luciana. *Literatura da urgência: Lima Barreto no domínio da loucura*. São Paulo: Annablume, 2008.

HOBBS, Catherine. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. *Archivaria*, Ottawa: ACA, n. 52, p. 126-135, 2001.

_____. Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016, p. 303-341.

HYRY, Tom; ONUF, Rachel. The Personality of electronic records: the impact of new information technology on personal records. *Archival issues*, v. 22, n. 1, p. 37-44, 1997.

INTERPARES 2 PROJECT. *Diretrizes do preservador: a preservação de documentos arquivísticos digitais: diretrizes para organizações*. Tradução: Arquivo Nacional e Câmara dos Deputados, 2013b.

_____. *Diretrizes do produtor: a elaboração e a manutenção de materiais digitais: diretrizes para indivíduos*. Tradução: Arquivo Nacional e Câmara dos Deputados, 2013a.

INTERPARES 3 PROJECT. Team Brazil glossary, 2012. Disponível em: <http://www.interpares.org/ip3/ip3_terminology_db.cfm>. Acesso em: 9 mar. 2017.

JARDIM, José Maria. Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. *Acervo*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 28, n. 2, p. 19-50, jul/dez. 2015.

_____. O conceito e a prática de gestão de documentos. *Acervo*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 2, n. 2, p. 35-42, jul/dez. 1987.

JENKINSON, Hilary. *A manual of archive administration*. 2. ed. London: Percy Lund, Humphries & Co. Ltd., 1966.

JOHN, Jeremy Leighton et al. *Digital lives: personal digital archives for the 21st Century*, Version 2, [S.l: s.n], 2010.

KAYE, Joseph et al. To have and to hold: exploring the personal archive. In: Proceedings of the sigchi conference on human factors in computing systems, 2008. p. 1–10.

LANSDALE, M. W. The Psychology of Personal Information Management. *Applied Ergonomics*, v. 19, n. 1, p. 55-66, mar. 1988.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertand. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1967.

LEÃO, Antônio Alberto. Entrevista concedida a Jorge Phelipe Lira de Abreu. Rio de Janeiro, 4 jan. 2017. [Apêndice D].

LEÃO, Rodrigo de Souza Leão. [Carta ao primo Sergio]. Rio de Janeiro, 6 mar. 1996. Digitado. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira.

_____. *A maior novidade do momento*. Rio de Janeiro, 2002a, 1 p. Digitado. [Artigo não publicado – Arquivo RSL].

_____. *Backup*. Rio de Janeiro, 2003a, 1 p. Digitado. [Crônica não publicada – Arquivo RSL].

_____. *Blog*. Rio de Janeiro, 2002b, 1 p. Digitado. [Artigo não publicado – Arquivo RSL].

_____. *Fragmentos humanos*. *Portal literal*, 2008a. Entrevista concedida a Ramon Mello.

_____. *O esquizoide: coração na boca*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____. *Os inumeráveis estados poéticos*. *Jornal Vaia*, 2009. Entrevista concedida a Fernando Ramos.

_____. *Papel ou e-book*. Rio de Janeiro, 2003b, 2 p. Digitado. [Artigo não publicado – Arquivo RSL].

_____. *Retalhos*. Rio de Janeiro: Poesia Diária, 1997.

_____. Rodrigo fala de Souza Leão fala sobre seu novo livro. *JB online*, 2008b. Entrevista concedida a Juliana Krapp.

_____. *Três poetas & um poeta*, 2007. Entrevista concedida a Cássio Amaral, Rafael Nolli e Ricardo Wagner.

LIBRARY OF CONGRESS. *Personal archiving*. Disponível em: <<http://digitalpreservation.gov/personalarchiving/>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

_____. *Why Digital Preservation is Important for You [English Transcript]*. In: *The library of congress: digital preservation video Series*, 2010. Disponível em: <<http://digitalpreservation.gov/multimedia/videos/personalarchiving.html>>. Acesso em: 16 maio 2017.

MACKAY, Wendy E. Mackay. More than just a communication system: diversity in the use of electronic mail. In: *PROCEEDINGS OF THE 1988 ACM CONFERENCE ON COMPUTER-SUPPORTED COOPERATIVE WORK*, 1988, p. 344–53.

MACNEIL, Heather. The preservation of the integrity of electronic records: an overview of the UBC-MAS Research Project. *Archivaria*, Ottawa: ACA, n. 42, p. 46-67, 1997.

MARSHALL, Catherine C. Rethinking personal digital archiving part 1: four challenges from the Field. *D-Lib Magazine*, 2008a.

_____. Rethinking personal digital archiving part 2: implications for services, applications, and institutions. *D-Lib Magazine*, 2008b.

MARSHALL, Catherine C; BLY, Sara; BRUN-COTTAN, Françoise. The long term fate of our digital belongings: toward a service model for personal archives. *Proceedings of IS&T Archiving*. Springfield: Society for Imaging Science and Technology, 2006. p. 25-30.

MCKEMMISH, Sue. 'Evidence of me...'. *Archives and Manuscripts*, v. 24, n. 1, p. 28-45, 1996.

_____. Provas de mim... novas considerações. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana (Org.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013, p. 17-43.

MELLO, Ramon Nunes. Depoimento. In: SÁ, Juliana Maria Silva de. *Ficção e arte à beira-morte: estudo lítero-visual da obra de Rodrigo de Souza Leão*. Manaus, 2014. Dissertação. (Mestrado Profissional em Letras e Artes) – Escola Superior de Artes e Turismo, Universidade do Estado do Amazonas.

_____. Entrevista concedida a Jorge Felipe Lira de Abreu. Rio de Janeiro, 14 set. 2016. [Apêndice B].

MOSER, Benjamin. In the Sontag archives. *The New Yorker*, Nova Iorque, 30 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.newyorker.com/books/page-turner/in-the-sontag-archives>>. Acesso em: 27 set. 2016.

MULLER, S.; FEITH, J.A.; FRUIN, R. *Manual de arranjo e descrição*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

O' TOOLE, James; COX, Richard. *Understanding archives & manuscripts*. Chicago: Society of American Archivists, 2006. cap. 4-5.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Arquivos pessoais e documentos digitais: uma reflexão em torno de contradições. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro: AAB, v. 7, n. 1, p. 35-48, jan./jun. 2008.

_____. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PAQUET, Lucie. Appraisal, acquisition and control of personal electronic records: from myth to reality. *Archives and Manuscripts*, v. 28, n. 2, p. 71-91, 2000.

PARADIGM PROJECT. *Guidance for creators of digital materials*. [2007]. Disponível em: <<http://www.paradigm.ac.uk/guidanceforcreators/guidance-for-creators-of-personal-digital-archives.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

_____. *Glossary*. Disponível em: <<http://www.paradigm.ac.uk/workbook/glossary/index.html>>. Acesso em: 28 abr. 2017

PEARCE-MOSES, Richard. *A Glossary of Archival and Records Terminology*. Chicago: Society of American Archivists, 2005. Disponível em: <<http://www.archivists.org/glossary/>>. Acesso em: 27 set. 2016.

PROM, Christopher J. Facilitando a geração de arquivos na era do *facebook*. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro: AAB, v. 12, n. 1, p. 13-27 jan./jun. 2013.

RODRIGUES, Ana Célia. Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, X, 2009. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3161/2287>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

_____. Natureza do documento de arquivo: vínculo e estrutura. In: FREITAS, Lidia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; _____. (Org.). *Documento: gênese e contextos de uso*. Niterói: Ed. UFF, 2010, v. 1, p. 175-192.

ROGERS, Corinne. A literature review of authenticity of records in digital systems from 'machine-readable' to records in the cloud. *Acervo*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 29, n. 2, p. 16-44, jul/dez. 2016.

RONDINELLI, Rosely Curi. *Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. *O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

RONDINELLI, Rosely Curi; ABREU, J. P. L. de. A organização do arquivo digital de Rodrigo de Souza Leão: implicações arquivísticas, diplomáticas e tecnológicas. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso; VASCONCELLOS, Eliane (Org.). *Arquivos pessoais e cultura: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015a, p. 239-255.

RONDINELLI, Rosely Curi; ABREU, J. P. L. de. *Orientações práticas para a gestão do seu arquivo pessoal digital*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015b. Disponível em:
<http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/amlb/como_Gerenciar_Seu_Arquivo_Pessoal_Digital.pdf>. Acesso em 10 jun. 2017.

RONDINELLI, Rosely Curi; ABREU, J. P. L. de. *Orientações práticas para arquivistas auxiliarem os doadores na preparação de seu arquivo pessoal digital para doação*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015c. Disponível em:
<http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/amlb/Orientacoes_Praticas_para_Arquivistas.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

ROSA I ESTEVA, Josep Lluís de La; CAÑIZARES, José Antonio Olvera. La preservación digital como asunto social: motivación al archivo personal. *Tabula*, Salamanca, n. 17, p. 135-154, 2014.

SAMUELS, Helen Willa. Who controls the past. In: JIMERSON, Randall C. (Ed.). *American archival studies: readings in theory and practice*. Chicago: The Society of American Archivists, 2004, p. 193-210.

SAMUELSSON, Goran. ¿Te estás ahogando en una avalancha de información? Necesitas editar la historia de tu vida. *Tabula*, Salamanca, n. 17, p. 87-104, 2014.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

_____. The future of the archival profession. *The American Archivist*, v. 22, n. 1, p. 49-58, jan. 1959.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. *Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações*. São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em Ciência da informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

SCHMIDT, Jeremy; ARDAM, Jacquelyn. On Excess: Susan Sontag's born-digital archives. *Los Angeles Review of Books*, 2014. [on-line] Disponível em: <<https://lareviewofbooks.org/article/excess-susan-sontags-born-digital-archive/>>. Acesso em: 27 set. 2016.

SILVA, Antonio Felipe Galvão da; MIRANDA, Antonio; BAPTISTA, Sofia Galvão Baptista. *A poesia visual e os conceitos de hipertextualidade, interatividade e hipermediação da informação: relato de pesquisa*. [on-line] Disponível em: <http://www.antoniomiranda.com.br/ensaios/conceitos_de_hipertextualidade.html>. Acesso em: 17 maio 2017.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello; REGO, Vera Lúcia da Ascensão. Preservação de correspondência: o *e-mail* em laboratórios científicos e tecnológicos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro: AAB, v. 6, n. 1, p. 43-56jan./jun. 2007.

THOMAS, Susan. *Guidelines for library staff assisting donors to prepare their personal digital archives for transfer to NSLA libraries*. Australia: National Library of Australia, 2011.

THOMASSEN, Theo. A first introduction to archival science. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro: AAB, v. 5, n. 1, p. 5-16, jan./jun. 2006.

_____. Arquivistas e o desejo privado de ser ou não documentado. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro: AAB, v. 11, n. 2, p. 15-32, jul./dez. 2012.

VOUTSSAS MÁRQUEZ, Juan. *Cómo preservar mi patrimonio digital personal*. México: UNAM / IIBI, 2013.

WHITTAKER, Steve; HIRSCHBERG, Julia. The character, value and management of personal archives. In: ACM TRANSACTIONS ON COMPUTER HUMAN INTERACTION 8, 2001. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/03b7/f40cc6aca421216451c9f23826c020f1132a.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

WHITTAKER, Steve; SIDNER, Candace. Email overload: exploring personal information management of email. In: PROCEEDINGS OF THE CONFERENCE ON HUMAN FACTORS IN COMPUTING SYSTEMS (CHI 96), Vancouver, 13-18 abr.1996. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/5251/b6170ac80da4b6f6dbb3dcb542985d217e8f.pdf>>. Acesso em 11 jun. 2017.

YEO, Geoffrey. Concepts of Record (2): Prototypes and Boundary Objects. *The American Archivist*, v. 71, p. 118-143, 2008.

APÊNDICE A – Diretrizes para produção, manutenção e tratamento de arquivos pessoais digitais

A produção, manutenção e preservação de documentos digitais são exploradas desde que esses documentos ingressaram nas organizações públicas e privadas após a Segunda Guerra. A comunidade arquivística já dispõe de modelos de requisitos para plataformas de gestão, preservação e acesso de documentos digitais. Entretanto, para que esses documentos se mantenham íntegros e acessíveis, são necessários recursos de diversas naturezas que os indivíduos no espaço doméstico ou instituições arquivísticas de pequeno porte costumam não possuir.

Como exigir que um indivíduo mantenha padrões rigorosos de metadados ou mantenha uma dinâmica de conversão de formatos? Bass (2012, p. 45) afirma que à medida que os arquivistas buscam determinar e conservar a proveniência e a autenticidade dos documentos pessoais digitais faz-se necessário refletir se esses documentos necessitam ser mantidos com os mesmos padrões rigorosos de requisitos que os documentos produzidos em ambientes corporativos. O detalhamento de metadados, “altamente conceituais”, exigidos pelas entidades arquivísticas supera a capacidade dos indivíduos e dos programas utilizados para a produção de documentos. Desse modo, surge a necessidade de transpor esses requisitos para padrões que possam ser atendidos no ambiente pessoal.

Nesse sentido, com base em alguns teóricos e instrumentos¹³⁵, apresenta-se a seguir algumas diretrizes para a produção, manutenção e tratamento de arquivos pessoais digitais. Considerou-se a necessidade de aproximação na pré-custódia, as informações contextuais necessárias no momento da aquisição e algumas medidas possíveis para a preservação de documentos digitais pessoais. As diretrizes se destinam às instituições arquivísticas no que diz

¹³⁵ INTERPARES 2 PROJECT. *Diretrizes do produtor: a elaboração e a manutenção de materiais digitais: diretrizes para indivíduos*. Tradução: Arquivo Nacional e Câmara dos Deputados, 2013 / INTERPARES 2 PROJECT. *Diretrizes do preservador: a preservação de documentos arquivísticos digitais: diretrizes para organizações*. Tradução: Arquivo Nacional e Câmara dos Deputados, 2013 / DIMITRI, Judith. *Les bonnes pratiques de gestion des archives personnelles à l'ère numérique*. [Trabalho de pesquisa], Université de Montréal, dez. 2014. Disponível em: <<https://papyrus.bib.umontreal.ca/xmlui/bitstream/handle/1866/11361/Dimitri-J-archives-perso.pdf?sequence=1>>. Acesso em 11 jun. 2017. / PARADIGM PROJECT. *Guidance for creators of digital materials*. [2007]. Disponível em: <<http://www.paradigm.ac.uk/guidanceforcreators/guidance-for-creators-of-personal-digital-archives.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2017. / THOMAS, Susan. *Guidelines for library staff assisting donors to prepare their personal digital archives for transfer to NSLA libraries*. Australia: National Library of Australia, 2011 / BASS, Jordan Leslie. *Getting personal: confronting the challenges of archiving personal records in the digital age*. Winnipeg, 2012. Tese (Mestrado em artes) – Departamento de história (estudos arquivísticos), Universidade de Manitoba/Universidade de Winnipeg.

respeito à orientação dos produtores. Entretanto, em alguma medida, podem ser aplicadas na orientação dos custodiadores na manutenção dos documentos antes da doação.

Produção de documentos pessoais digitais

As instituições arquivísticas que possuem uma política de aquisição definida conseguem, de antemão, identificar os possíveis atores sociais cujo arquivo teriam interesse em receber. Desse modo, conseguem direcionar a produção de material que apoie a produção e manutenção de documentos pessoais digitais, bem como oferecer assistência ao produtor ou custodiador antes que esses arquivos sejam recolhidos. Uma instituição, por exemplo, que contempla no escopo de sua política de acervos a aquisição de arquivos de cientistas pode e deve debruçar-se sobre os recursos e programas utilizados por esses profissionais na produção e manutenção de seus documentos digitais, bem como sobre os tipos documentais recorrentes, a fim de elaborar material capaz de amparar a integridade e acessibilidade na manutenção.

Produção de material de apoio

O material deve oferecer ao indivíduo orientações e recomendações para a produção e manutenção de documentos digitais deve ser amplamente difundido, por meio dos canais de comunicação disponíveis, entre os profissionais da categoria alvo da política de aquisição da instituição arquivística. O material deve nortear a mudança de rotina a fim de resultar em benefícios ao assegurar o acesso fácil e de longo prazo aos documentos digitais. É importante que o material oriente nas seguintes medidas:

- Escolha de *hardware*, *software* e formatos que sejam duráveis e compatíveis com os escolhidos anteriormente pelo usuário.
- Documentação das escolhas e especificações dos recursos utilizados.
- Escolha de formatos capazes de serem mantidos estáveis e fixos tanto no conteúdo quanto na forma.
- Identificação dos documentos por meio do preenchimento dos metadados relacionados à identidade do documento (autor, redator, data, etc.) e pela padronização de nomenclatura.
- Avaliação dos documentos que possuam não só valor emocional ou sentimental, mas que evidenciem e apoiem as funções e atividades do indivíduo.

- Organização lógica dos documentos por meio de uma estrutura de diretórios que reflita a classificação adotada pelo indivíduo.
- Proteção das informações sensíveis com uso de senhas.
- Proteção contra perdas por meio de uma rotina de *backups*.
- Atualização de *hardware* e *software*.
- Gerenciamento de *e-mails*, *blogs* e mídias sociais.

Assistência ao produtor ou custodiador

Uma vez identificados os indivíduos cujos arquivos interessam à instituição e elaborado material que norteie a produção e manutenção de documentos digitais, a instituição deve estabelecer canais de comunicação com os indivíduos pelos quais as dúvidas possam ser dirimidas. O modelo self-service, pelo qual os doadores assumem a responsabilidade principal pela preparação do seu arquivo para doação, deve ser estimulado. Esse canal também serve para que as instituições conheçam mais estreitamente os recursos e as práticas envolvidos na produção e manutenção de documentos pessoais digitais.

Aquisição de documentos pessoais digitais

As instituições arquivísticas custodiadoras de arquivos pessoais costumam possuir política e processos de aquisição bem definidos. Entretanto, com a chegada de arquivos híbridos, que combinam arquivos analógicos e digitais, ou completamente digitais, novos aspectos devem ser observados e algumas iniciativas tornam-se imprescindíveis para as posteriores etapas de arranjo, descrição e preservação dos documentos.

- Exame e documentação de *hardware* e *software* no local em que os arquivos se encontram. O levantamento do volume físico, dos formatos de arquivo, das marcas e modelos dos dispositivos de armazenamento produz informações contextuais fundamentais para o posterior processamento do arquivo.
- Avaliação dos recursos necessários na instituição para o tratamento e preservação do arquivo.
- Entrevista com o produtor ou custodiador para obter acesso aos provedores de serviços *on-line*, como contas *e-mails*, *blogs*, mídias sociais e serviços de *backup* em nuvem.

Também devem ser explorados os critérios de classificação e avaliação adotados pelo produtor.

- Documentação junto ao produtor ou herdeiro do material.
- Preferência pela transferência em discos rígidos ou em mídias de transporte orientadas pelo arquivista, para que as informações contextuais de gênese e manutenção dos documentos não sejam perdidas.

Tratamento e preservação de documentos pessoais digitais

Uma vez recolhido o arquivo, o arquivista deverá proceder a uma avaliação técnica e de conteúdo dos documentos para garantir que não houve corrupção durante o processo de aquisição e decidir a melhor estratégia de tratamento e preservação. Nesse momento, algumas medidas devem ser consideradas.

- Definição dos locais de armazenamento.
- Criação de imagens dos discos ou de mídias de transporte (caso a doação tenha sido realizada nesse tipo de suporte) a fim de garantir a manutenção dos formatos originais.
- Armazenamento em ambiente de preservação monitorado (preferencialmente repositório digital baseado no modelo conceitual OAIS).
- Criação de pacotes de armazenamento em formato de preservação.
- Verificação e documentação de autenticidade.
- Verificação e documentação de proveniência e autoria.
- Arranjo e descrição.
- Criação de pacotes de disseminação (acesso).

As instituições e seus processos são únicos, entretanto, algumas medidas não podem ser negligenciadas para que possam se preparar para receber, tratar, preservar e garantir acesso a longo prazo aos documentos pessoais digitais. A evolução acelerada das tecnologias digitais tende a intervir cada vez mais nos processos técnicos de criação dos documentos no âmbito doméstico. Desse modo, tomar parte no desenvolvimento das tecnologias de PIM, bem como estabelecer um diálogo permanente com os profissionais de tecnologia da informação nas instituições torna-se inevitável.

APÊNDICE B – Entrevista com Ramon Nunes Mello

Jorge Abreu – Em entrevista à Juliana Krapp, Rodrigo de Souza Leão menciona o caso de Franz Kafka, que pediu que seu arquivo fosse queimado quando morresse, e acha bom que o desejo do escritor não tenha sido cumprido. Considerando que Rodrigo disse algumas vezes que esperava viver pouco, ele deixou alguma orientação sobre o que deveria ser feito com seu arquivo?

Ramon Nunes Mello – Orientação eu acho que não. Eu não fui amigo pessoal dele, então não saberia te responder isso diretamente. Talvez a Silvana tenha alguma conversa sobre isso. Ele tinha uma sensação de posteridade muito profunda. O Rodrigo tinha absoluta certeza da grandeza da sua obra. Você vê isso nas entrevistas que ele deu, na forma como ele se colocava. Ele sabia que a obra dele era uma obra grandiosa. Na carta de despedida ele deixou uma instrução, um desejo, de que existisse vida nos seus filmes, livros e pinturas. Não sei se é exatamente isso. Eu acho que é um pedido pra que cuidassem desse material, que é a obra dele. Uma vez que se tem vida, ela deverá ser cuidada. Ele tinha esse desejo de que as coisas fossem cuidadas. Ele era uma pessoa organizada. O Rodrigo era formado em jornalismo e tinha *blogs* desde o início da Internet. Então ele sabia da necessidade de guardar as coisas, nem que fosse em *blogs*, o que se percebe pelo material que foi doado, e da necessidade de fazer *backups*. Ele tinha uma consciência da preservação e isso faz toda a diferença. Para mim, o Rodrigo tinha essa organização devida a toda loucura que ele vivia. Literalmente falando, dentro da loucura que era a vida dele. Não devia ser nem um pouco fácil ser um esquizofrênico, vivenciar uma doença em que você tem delírios olfativos, auditivos, visuais, convivendo em uma família grande, com todas as questões que as famílias têm, independente das questões psiquiátricas, sendo escritor, curioso do jeito que ele era. Eu acredito que tudo isso influenciou ele. Mas a Silvana poderia responder melhor essa pergunta.

JA – Em depoimento à Juliana Sá, você afirmou que “a doação desses arquivos nos faz pensar em formas de legitimar e preservar esse tipo de material”. O que motivou a doação do arquivo de Rodrigo ao Arquivo-Museu de Literatura Brasileira?

RNM - Foi motivado por uma admiração muito grande que eu tinha com o AMLB. Quando eu publiquei o meu primeiro livro, tive contato com o Eduardo Coelho, que foi o editor,

praticamente, de todos os meus livros. Ele editou o *Vinis mofados*, depois ele saiu da Língua Geral, abriu uma editora, a Móbile, quando ele editou o meu segundo livro. E, mesmo ele não editando, o meu último livro passou por ele. Ele fez uma edição, me passou e eu pedi para ele escrever o posfácio. É uma relação de amizade, de troca literária com o Eduardo, que foi um dos diretores do AMLB durante um tempo. Na época, eu fiz uma matéria para o Saraiva Conteúdo, que está no YouTube, sobre o AMLB. Você já viu?

JA - Não.

RNM - É um vídeo, contando o que é o Arquivo Museu. Nele aparece o Eduardo e a Ana Pessoa.

RNM - Eu não sabia da existência do Arquivo-museu. Eu fiquei tão impressionado com aquilo. Para além da relação com a obra do Rodrigo, eu sempre fui uma pessoa de guardar coisas, principalmente relacionadas a temas que eu gosto. Por exemplo, eu guardava muitas matérias de jornal sobre literatura. Então uma vez que eu mudei de apartamento, repassei para o Eduardo, que doasse para a UFRJ, jornais de 1996 até 2010 de cadernos literários do Jornal do Brasil, do Estadão, o Prosa & Verso. Eu lia e ia guardando, porque eu achava que tinham uma importância histórica. Eu sempre fui assim, mas hoje um pouco menos, porque eu quero guardar menos coisas, porque isso ocupa espaço. Também a internet facilitou a questão de arquivamento, que antes não existia. Voltando na Casa de Rui Barbosa, o desejo de doar o acervo do Rodrigo surgiu, principalmente, de uma admiração por esse espaço que eu não conhecia até conhecer o Eduardo Coelho e ele me apresentar e falar da história, do Plínio Doyle e do Carlos Drummond de Andrade. Eu achava aquilo tudo muito bonito, a consciência de preservação da memória relacionada à literatura, que é o lugar que eu atuo. Aquilo me impressionou muito. O amor daquelas pessoas em guardar os acervos, organizar aquele material todo, estudar tudo aquilo, eu fiquei muito impressionado com isso. Daí, quando eu conheci o Rodrigo e ele faleceu, a família me chamou pra me tornar curador e organizar o material dele. Eu aceitei fazendo uma proposta para a família, eles deveriam me autorizar a doar todo o acervo dele para a Fundação Casa de Rui Barbosa, o acervo de autor, enquanto o acervo de pintura para o Museu de Imagem do Inconsciente. Isso era uma condição para eu trabalhar com eles, porque eu não sei até quando eu vou ficar como curador da obra do Rodrigo. Pode chegar um momento em que eu posso cansar e querer fazer outra coisa da

minha vida. Fica assim em aberto pra quem quiser trabalhar com o material dele. Fazendo isso era uma possibilidade de resguardar o material do Rodrigo, porque não sendo mais como curador, o arquivo dele estará guardado numa instituição responsável. Apesar de toda a precariedade do Estado brasileiro em relação ao Museu da Imagem do Inconsciente. Um lugar muito mais carente do que a Fundação Casa de Rui Barbosa em relação a investimento de verbas públicas para tratar seu acervo. Considerei que as telas mereciam mais estar nesse museu do que serem vendidas pela família. Quando o Rodrigo começou a aparecer na mídia, surgiram propostas e quiseram comprar as telas. Eu recomendei que família escolhesse algumas telas e, se quisessem, poderiam vendê-las. Mas a maioria eu queria doar para o Museu, depois que fizesse a exposição. Eu não vejo valor comercial na obra de pintura do Rodrigo. Posso estar enganado, mas eu não vejo. Acho que é uma expressão daquele universo inconsciente e que ajuda na leitura do material literário. A família concordou com a doação, o que eu achei muito legal. Porque fizemos a exposição no MAM e, em seguida, doamos o acervo. Fiquei muito feliz com isso, porque espero que seja bem cuidado e preservado. Em relação à Fundação Casa de Rui Barbosa, eu demorei um pouco a doar porque a ideia era organizar o máximo que eu conseguisse, até para me situar, principalmente, em relação aos livros que tinha acordado em publicar pela Editora Record, que eram *Me roubaram uns dias contados*, *Carbono pautado* e *O esquizóide*. Eu fiquei um tempo com esse material e fui organizando aos poucos, fazendo um arquivamento muito próprio. Eram fotos de família, livros, romances, livros de poesia, alguns prints de *blogs* que ele fez e de *sites*, que eu cacei na internet. Eu vi a grandeza e quantidade do material quando eles entregaram os disquetes, e pen drives. Percebi não ter condições de ficar comparando dados a fim de verificar qual era a primeira versão, qual era a segunda. Era melhor doar, passar o trabalho para os arquivistas da Casa de Rui Barbosa.

JA – Poderia dizer em que condições você encontrou o arquivo do Rodrigo? Você recebeu somente as mídias de transporte, doadas posteriormente ao Arquivo-museu de Literatura Brasileira, ou teve acesso ao computador que Rodrigo utilizava? Poderia falar um pouco sobre a transferência da custódia da família Souza Leão para você?

RNM – Não. Quando eu passei a ter contato com o material dele não tive acesso ao computador. Cheguei a ver o computador, mas parece que ele estava com defeito. Inicialmente, os pais me entregaram poucas coisas, me entregaram uma cópia do último livro

que ele publicou, alguns CDs e disquetes. Era pouca coisa. Eles estavam me conhecendo, meio desconfiados, foi um processo de conquista. Depois eles me deram as telas, depois eles me passaram mais coisas, por exemplo, os documentos que também foram para a Casa de Rui Barbosa. A família ia vender a biblioteca dele para um sebo e eu falei para doarmos. Eu não tive acesso imediato a todos aqueles disquetes que foram doados. Eles me vieram três anos depois. Toda vez que eu ia lá, o pai falava que tinha mais alguma coisa. Nunca me deram tudo de uma vez. Recentemente, eles me doaram duas sacolas grandes cheias de manuscritos, datiloscritos e mais documentos. Eles dizem que encontraram isso dentro de um armário. Conforme eles viam que as coisas estavam andando e que eu não estava querendo me aproveitar dele, que eu estava organizando, eles foram confiando mais.

JA – E você pensa então em doar esses manuscritos também?

RNM – Eu quero terminar o meu mestrado para decidir se eu pesquisarei o Rodrigo no doutorado. Quero muito organizar o livro dos poemas dele. Eu acho o Rodrigo um grande poeta. Para mim, o melhor livro dele é o *Todos os cachorros são azuis*, os outros são desdobramento e não os acho tão bons quanto *Todos os cachorros*. Por exemplo, o *Me roubaram uns dias contados* é algo bipolar. Ele falou para o pai que ia escrever um livro de quinhentas páginas, por isso ele queria escrever um livro que ficasse em pé – para que o pai dele tivesse orgulho dele. Acho que tem muita repetição nesses livros. Já o *Carbono pautado* e *O esquizóide*, são versões dos *Cachorros azuis*, de forma completamente diferente e menos delirante, se eu posso usar essa palavra para falar desses delírios que aparecem na escrita do *Todos os cachorros são azuis*. As conversas com o Baudelaire, eu acho genial, mas acho que a poesia dele é uma mostra que a literatura do Rodrigo está para além da autobiografia. Ele trabalha a linguagem mesmo, então ele vai tratar dos remédios, dos delírios, da sexualidade, da família. Ele tem uma relação com a linguagem de construção dos poemas. A poesia é uma prova grande desse escritor para além do relato de um esquizofrênico. Acho que o *Todos os cachorros são azuis* seja o melhor livro dele porque é onde a linguagem é mais trabalhada do que nos outros romances, onde ele alcança um lugar de escrita muito próximo da poesia. Por isso acho importante os poemas serem organizados.

JA - Ele preferia poesia.

RNM – Ele se considerava um poeta acima de tudo. Ele entrevistou muita gente, não tenho mais ciência de quantas entrevistas. Acho que essas entrevistas deveriam ser publicadas também porque ele entrevistou desde o Afonso Romano de Santana a um jovem poeta. Ele já estava fazendo uma cartografia da geração dele. É uma coisa com que eu me identifico. Ele também era jornalista e poeta, e eu quando comecei a trabalhar como jornalista, trabalhei, principalmente, com entrevistas, com escritores. Eu o conheci por causa de entrevistas com escritores. Cheguei a entrevistar uns cento e cinquenta escritores, oitenta deles publicando o primeiro livro e que hoje publicam vários outros. Eu tinha acabado de sair do jornalismo, então essa relação de diálogo com o outro, com outro autor, me interessa profundamente. É um lugar que eu atuei durante muito tempo. Acho um lugar importante para um mapeamento de uma geração, no sentido de uma cartografia de seus pares e de atuação. Comecei a fazer isso em 2006 e ele já fazia muito antes, desde 1999, nos primórdios da Internet. Ele colaborou para revistas *on-line*, tinham os *sites*, então isso eu acho muito curioso.

JA - Foram doados 121 disquetes, 18 *CDs*, 04 *DVDs* e 01 *pen drive*, dos quais é possível inferir que todos foram gravados pelo próprio Rodrigo, exceto o *pen drive*. Em análise dos metadados dos documentos, alguns apresentam datas subsequentes ao falecimento de Rodrigo, sugerindo uma incorporação posterior de documentos dele e sobre ele que talvez estivessem dispersos na internet. Houve esse interesse?

RNM – Sim, quando eu comecei a organizar, ele já havia falecido, começou a sair muita matéria sobre a morte. Deve ter alguma pasta lá sobre clipping, já que comecei a guardar muito material. Até doe jornais que eu guardei. Nessa coleção, estão ali, por exemplo, os *e-books*, que eu não sabia onde estavam, que eu não tinha achado até então nesses disquetes que eu não tinha recebido, coisas que eu fui baixando na Internet e entrevistas com ele. Comecei a copiar os poemas que estavam no *blog* dele, o *Lowcura*.

JA – No *pen drive* doado, consta o que parece ser o início de uma organização do arquivo. Essa organização foi iniciada por você? Você poderia falar um pouco sobre os critérios adotados e sobre a interrupção da organização?

RNM – Era muito subjetiva, ia muito de acordo com o que eu aprendi a fazer com as minhas coisas, com o próprio computador. Tentava ser o mais objetivo possível, por exemplo, arquivo

de poemas, entrevistas etc. Mas era muito subjetivo, não tinha um critério de organização arquivístico. Não tinha muita paciência pra aquele lugar. Hoje eu acho que tenho um pouco mais. Havia uma urgência nessa organização para conseguir publicar o material. Então, eu queria entender mais rapidamente. Na verdade, tinha uma consciência da organização, mas também havia urgência de se organizar muito rápido, porque estava sozinho fazendo aquilo tudo. Quando o Rodrigo faleceu ocorreu um *boom* muito forte sobre ele. Inicialmente era interesse de editora, matérias de jornal, se faziam perguntas que, às vezes, eu não sabia responder. Quando saiu o *Carbono pautado*, uma jornalista da Folha me ligou. Ela tinha batido dados e disse que a orelha do livro que eu escrevi não correspondia com o que ela tinha lido. Respondi que havia escrito de acordo com o acervo que eu tinha comigo. Ela se referia a alguma informação que não conferia com a data da produção do livro entendeu, porque eu dava o *Carbono pautado* como o primeiro romance do Rodrigo. Mas não era primeiro livro porque ele tinha outros livros de poemas, inclusive. Dentro daquela coleção que me chegou na mão ele era o primeiro. O critério era muito intuitivo e havia a necessidade maior de entendimento do material do que de organização, no sentido mais metódico. Eu tinha que me achar no meio daquela loucura toda. Ficava sábados, domingos inteiros, sozinho em casa, no computador, era uma coisa infinita, que não termina nunca. Então, com o Rodrigo, eu me via num trabalho infinito de organização. Inicialmente, o Eduardo Coelho que tentou uma bolsa do Oi Futuro, para patrocinar o arquivo do Rodrigo, como o primeiro arquivo digital da AMLB.

JA - Rodrigo demonstrava algum tipo de preocupação com a preservação de sua produção na internet?

RNM – Quando eu conheci, muitos desses *blogs* já não estavam mais no ar. Eu o conheci por causa de uma entrevista. Eu trabalhava no Portal Literal, como jornalista, e publiquei uma entrevista dele. Foi a partir disso que tudo começou, porque eu não conhecia o material dele. Mas eu acho que sim, ele tinha um critério de organização. A Silvana vai poder dizer mais. Ela quem conviveu com esse Rodrigo que era fissurado em publicar e entrevistar. Por exemplo, assim que ele faleceu, ela se encarregou de fazer um *site* sobre ele. Então, sou muito grato a ela em relação a isso. Ela era meu parâmetro, o Leonardo Gandolfi também. Foram pessoas que eu, inclusive, chamei pra escrever orelhas dos livros. Eram pessoas que eram próximas dele e me davam uma segurança para organizar. Inicialmente, eu acho que muitas

peças devem ter falado mal de mim por não ter sido amigo pessoal do Rodrigo e estar cuidando do acervo dele. Existia uma desconfiança. Recentemente, saiu uma entrevista sobre o Rodrigo, e o Márcio André, que era amigo dele, me parabenizou pelo meu trabalho com o Rodrigo e por ter persistido, apesar de todas as críticas. Achei engraçado aquilo porque eu não tinha consciência das críticas. Eu fui tendo uma abertura muito grande, principalmente no meio literário e jornalístico, para falar do Rodrigo. Saiu muita coisa sobre ele. Para alguns pode ter parecido que eu queria aparecer em cima daquele trabalho. E era muito além disso. Era o lugar de um acordo que eu tinha com ele. Do pouco que nos conhecemos e nos falávamos, eu iria ajudá-lo a fazer uma exposição, iria fazer a peça e ajudaria a divulgar o trabalho. Portanto, quando a família me convidou, eu resolvi aceitar. O arquivo que a gente tem dele, embora bagunçado para os critérios arquivísticos, prova que o Rodrigo era uma pessoa preocupada com a sua memória. Acredito que o escritor tem um pouco de preocupação muito grande com a posteridade. Às vezes, ela nem pode acontecer. Mas existe uma ilusão dessa consciência de posteridade, principalmente com as mais jovens, como se tivesse sendo uma entrevista da vida. Isso é um erro porque isso pode te levar a superestimar uma situação para além do que ela realmente é, que as coisas são menores do que a gente idealiza. O Rodrigo tinha consciência de posteridade assim. Acho que tem a ver com a questão da literatura e com mania de grandeza que a esquizofrenia traz. Com a literatura, essa consciência da posteridade viria pela consciência do poder da palavra, de como a palavra é forte e ela fica, seja na Internet, virtualmente, seja nos livros. Vamos estudar o que está sendo dito e ler as palavras de determinado autor. Então, ter uma consciência disso traz uma consciência para o seu próprio trabalho, se você for escritor. Você sabe que o que você diz é algo que vai ficar. Essa consciência é muito maior em quem lida com a palavra do que quem lida com outra profissão. E em relação à esquizofrenia há a mania de grandeza né, de se achar que ganhará o Prêmio Nobel. E é um dos títulos de tela dele, “Só vou morrer quando eu ganhar o Prêmio Nobel”, feita quando ele estava sendo indicado ao Portugal Telecom, e, logo em seguida, ele morreu. Essa mania de grandeza é um desejo de posteridade, um desejo de que a sua obra fique, que exista vida nos seus livros, nas suas telas, nos seus filmes, nas suas pinturas. Isso é um desejo de posteridade, um desejo de que as coisas fiquem para além da sua vida, postumamente. Essa consciência se dá com a sua escrita, com o arquivamento que ele próprio fazia de seu material, com as cópias para que nada se perdesse, as trocas de *e-mails*, com os *blogs*. Uma necessidade de registrar a sua existência tão dolorida e cruel. O Rodrigo sofria de uma doença que não era fácil, que lida com seu ser. Fragmentação do seu ser dentro

da fragmentação que a gente vive da vida, a falta de unidade, imagina isso potencializado por uma doença!? A literatura, a palavra, a poesia, a escrita, era uma forma de organização da sua própria vida. Então, ele não deixa de ser um escritor arquivista da sua própria vida. Só que o critério de organização não é arquivístico, é literário. O que costura como critério é a literatura, é a criação, é criar em cima de todo esse material. Na verdade, tudo o que se tem do acervo dele no arquivo, está na literatura dele. Talvez não tudo, mas está lá a família, a doença, remédios e os seus poetas prediletos. No *Todos os cachorros são azuis*, Todog, de trás pra frente é Godot! Então, ele tá a espera de quê? “Acugelê Banzai”, é um verso do Manoel Bandeira. Ele faz do seu livro arquivo de falas de outros poetas e de suas leituras. Eu acho que todo escritor, de certa forma, é um pouco arquivista do seu tempo.

JA – As cartas são os documentos mais pesquisados no arquivo de um escritor. Com a chegada do correio eletrônico pouco dessa correspondência resiste, é o caso do Rodrigo, posto que possível inferir que ele se comunicava bastante por *e-mail* e poucos figuram em seu arquivo. O que você pensa a respeito? Você gerencia a sua correspondência eletrônica?

RNM – Eu escrevi cartas até quinze anos. Eu tenho uma caixa de cartas de adolescente, com os seus conflitos. Eu me correspondi com uma prima minha que morava em São Paulo. E me correspondia até com quem não conhecia. É uma loucura porque estão ali todos os meus conflitos. Infelizmente, hoje a quantidade de informação é muito grande. Eu tenho pastas no meu computador com trocas as de *e-mails* divididas por assuntos, separadas por escritor, ou trabalho. Já deletei alguma coisa, mas temos que dar espaço. Eu me pergunto qual é a prioridade. Algumas coisas de troca eu guardo. Mas o *e-mail* é tão imediato que não temos o mesmo cuidado que temos com a carta. Recentemente, um amigo poeta e que mora em Arraial da Ajuda me mandou uma carta gigantesca, toda desenhada. Ainda está em cima da minha escrivaninha e ainda não tive tempo de responder, porque quero responder com atenção. Se fosse um *e-mail*, mandaria na hora. Raramente escrevo carta, mas eu quero manter alguma correspondência com esse amigo porque eu acho que é um bom registro. Qual foi mesmo a sua pergunta?

JA – Se você gerencia a sua correspondência eletrônica.

RNM – Eu tenho três *e-mails*, porque eu tenho um institucional do SESC, onde eu trabalho, mas que não é meu. Então, quando recebo algo pessoal, sempre encaminho para o meu *e-mail* pessoal. É uma coisa muito padronizada, com “atenciosamente” e “prezado”, uma escrita muito institucional. Eu tenho dois *e-mails* pessoais. Tenho o meu Gmail, que foi o primeiro que eu abri e tenho o UOL, com o qual eu me correspondo mais com as pessoas. Mas, hoje em dia temos *Whatsapp*, temos mensagem de *Facebook*, tem tanta coisa. Então, evito tratar de assuntos sérios e de trabalho no *Facebook*. Peço pra me escreverem por *e-mail*. Porque a mensagem fica arquivada, fica no meu *e-mail*. Já no *Facebook*, as coisas vão se perdendo e eu não lembro depois. Tento separar as coisas mais sérias, que tem um valor de assunto, que não é simplesmente uma troca informal. Prefiro que seja por *e-mail* para ter tempo de responder, sem esse imediatismo que as redes sociais exigem. É louco pensar o arquivamento de tudo isso diante da quantidade de informação que trocamos hoje em dia. Por exemplo, tenho meu *site* e sempre fui muito organizado com as coisas que saíram sobre o meu trabalho. Lá está dividido por entrevistas que eu fiz, entrevistas feitas comigo, vídeos, todos os livros que participei, todos meus livros de poesia, todos os livros que eu organizei, todas as antologias que participei. Esse critério de organização foi eu que estabeleci. Até então, isso estava dentro do meu computador. Resolvi disponibilizar porque achei importante estar circulando esse material, porque eu trabalho com isso, então achei bom estar no *site*. A facilidade hoje em dia de se fazer um *site* possibilita ter uma organização maior do seu próprio arquivo. Antigamente, você deixava somente no seu computador. Hoje em dia as pessoas trabalham com seu *site* e vão atualizando. Não dá para disponibilizar tudo, porque é infinito o trabalho. Quando se lança um livro, sai matéria, resenha, crítica, que são selecionadas. Mas eu não salvo tudo. Salvo os trabalhos que eu considero mais relevantes, que eu organizei ou que eu participei, os que são relevantes ou que eu escrevi. Já participação em evento, por exemplo, deixo na Internet. Acho que a Internet acaba sendo um lugar de arquivamento. No Google achei as teses e dissertações sobre o Rodrigo, porque existe essa nuvem que preserva em algum lugar. Não sei aonde vai parar tudo isso. Eu tenho muito medo de usar Google Drive ou salvar as fotos numa nuvem. Está tudo no meu computador. Eu acho que é mais seguro do que colocar numa nuvem e alguém descobrir a sua senha. Não consigo ter esse desprendimento. Por exemplo, eu fui ao Xingu, fiz várias fotos com o meu celular. Quando voltei não consegui passar a tempo para o meu computador. O celular deu defeito e eu não consigo tirar nenhuma das fotos. Estamos lidando com tecnologia e esses são os limites. Vocês estão guardando esse material, mas até que ponto isso vai ficar preservado? Alguém pode deletar o trabalho de

anos. Acho que esses são os dilemas desse lugar de arquivo. Sou uma pessoa muito do fetiche do papel. Acho que a literatura tem um tempo diferente. O papel preserva esse tempo, que o digital torna mais descartável. A vantagem é que você tem um armazenamento incrível dentro de um computadorzinho. Teríamos que ter uma biblioteca gigantesca para ter isso tudo. Também se preserva o meio ambiente e uma série de outras coisas incríveis. Mas a ferramenta digital pode ser incrível ao mapear todos os sebos do Brasil. Esse arquivamento tem prós e contras. Não consigo demonizar uma determinada coisa. Tudo é a forma como as coisas são usadas.

JA - Pretendia perguntar se você era adepto da tecnologia digital, mas é óbvio, não é? Você tem *Twitter*, você tem Instagram, você tem *Facebook*, você tem *site*, você tem *blog*...

RNM – Tenho tudo isso e, às vezes, me cansa. Eu não tenho televisão em casa há sete anos, mas eu me atualizo pela Internet, principalmente pelo *Facebook*. Eu trabalho no SESC com projetos e muitos contatos são feitos pelo *Facebook*. Estava saturado do excesso de opinião que as pessoas têm. Então, postei que iria ficar fora um tempo. Quem quisesse falar comigo seria por *e-mail* ou por telefone. Depois desisti. O fato não é estar ou não estar logado, mas controlar a forma como eu utilizo. Na verdade, isso também é um aprendizado, porque isso tudo vicia. Cada vez mais eu quero espaço para o silêncio e para meditar. Essas ferramentas todas levam para um lugar de disponibilidade, como se você tivesse o tempo todo *on-line* e alguém acha que você está disponível para ela. Isso é um conflito. A mesma angústia que eu tinha quando entrava na biblioteca e tinha a angústia de que nunca leria aquilo tudo. Eu tenho essa angústia em relação à informação. É muito tudo, muita gente interessante, muito evento. Por exemplo, eu participo de um *site*, como curador de poesia, chama-se Garimpo. As pessoas assinam esse clube e recebem os livros curados. Nesse excesso de informação, o papel da curadoria é muito importante. Acho que o arquivista vai para esse lugar do que é importante ser preservado, ser dito, ser divulgado. No momento, se você não tiver um guia, torna-se demais e começa a não fazer muito sentido, porque é excesso.

JA – Rodrigo afirmou a Fernando Ramos, do Jornal Vaia, que ao se aproximar da poesia, se achegou também à fragmentação e à descontinuidade do trabalho contemporâneo com a linguagem. Às vezes me parece que essas duas características que definem o sujeito

contemporâneo se refletem no arquivo de Rodrigo. Você concorda? E na sua produção, elas estão presentes?

RNM – Sobre o Rodrigo, concordo, porque ele é cria do tempo dele. No sentido de que é um cara que migrou do analógico para o digital e que fazia muitas coisas ao mesmo tempo. A nossa vida se reflete na nossa produção. Isso estará presente na obra de muitos escritores, não somente do Rodrigo. De repente, essa fragmentação de tudo estará na geração dele. Eu acho que isso ganhou uma avaliação dele. A outra coisa é a fragmentação do ser dele como esquizofrênico, que potencializava isso na própria escrita. Havia consciência dele sobre uma fragmentação. Quando você analisa o livro dele, se vê que tem recorte do Manuel Bandeira, do Godot e outros. O Rodrigo estava consciente do mosaico que ele estava criando. Ele era fragmentário, mas sabia o que ele queria mostrar dentro dessa fragmentação. É essa a grandiosidade dos autores – a fragmentação por fragmentação. Se não todo mundo seria escritor. De certa forma, fragmentado todo mundo é, nesse mundo de hoje em que as coisas são muito atravessadas. Mas acho que importa a consciência de como essas peças estarão expostas. No meu trabalho, principalmente no primeiro livro. Isso era muito presente, mas também era uma percepção daqueles autores que eu estava lendo. A literatura estava nesse lugar e isso era muito discutido naquele momento, em 2009. A Internet, a fragmentação do autor, isso era muito dito, depois ficou clichê. Toda análise crítica que vinha dizia que era devido ao sujeito fragmentado. Ficou muito nesse lugar e hoje ainda, porque somos frutos do nosso meio. Me interessa muito mais a busca de uma unidade do que a fragmentação do sujeito. Me interessa muito mais a meditação, coisas que me conectem a algum ritual, que me conectem a uma unidade maior, a um senso de conexão, do que esse sujeito fragmentado. Acho que esse sujeito é muito confuso. Para ficar mais centrado necessito ter esse lugar de conexão com que tem uma unidade. Busco isso pela meditação e pela yoga. São coisas que me dão esse senso de unidade. Acho que isso se traduz no que eu escrevo hoje em dia. Não era tão consciente antes, talvez aparecesse, mas não era tão presente assim.

APÊNDICE C – Entrevista com Silvana Guimarães

Jorge Abreu - Em depoimento à Juliana Sá você diz que foi a “guardadora de arquivos” de Rodrigo de Souza Leão. Como se dava essa relação?

Silvana Guimarães - Não fui. Ainda sou. Guardo tudo o que o Rodrigo me entregou desde 1999, quando começou nossa amizade. Sim, a relação era de muita amizade, exercitada diariamente via telefone e *e-mails*. Nos meus arquivos, há alguns textos e poemas inéditos dele.

JA - Por quanto tempo você exerceu essa função?

SG - Ainda exerço, pelo fato de ser a editora de seu *site* [www.rodrigodesouzaleao.com.br] e administradora de sua página no *Facebook* [www.facebook.com/RodrigoAntonioLeao]. Mas não publico nada sem autorização do Ramon Nunes Mello, curador de sua obra, e muita coisa está guardada, porque existe a possibilidade de publicação em livro.

JA - Poderia falar um pouco sobre a importância desses documentos para Rodrigo?

SG - Serei absurdamente sincera: quase nenhuma, à exceção de alguns livros que ele julgava importantes, e já foram publicados. Ele nunca me disse pra guardar isso com cuidado. Não fez nenhuma recomendação especial. Apenas confiou em mim, porque sabia que sou uma boa memória das pessoas (não guardo apenas os arquivos dele, há outros, de escritores e poetas) e tenho excelente memória (de cabeça). É comum eu receber *e-mail* de autores dizendo algo assim: “Lembra de um poema em que eu falava isso e aquilo? Não consigo achá-lo no computador. Não lembro o título dele. Por acaso, você tem aí?”. Quase sempre, tenho. Curioso: tem gente que esquece poema que escreveu. Um dia, mando o poema de presente (rindo).

JA - Ele deixou alguma orientação quanto ao que deveria ser feito com esse material?

SG - Ele só pediu pra eu publicar seu livro *O Esquizoide*, depois que morresse. Quanto ao resto, nenhuma orientação, como já disse. Apenas pediu pra guardar.

JA - O que foi feito? Você ainda os mantém?

SG - Continuo guardando tudo. No meu computador há uma pasta chamada “Digão”. É ela. Que está guardada, também, em um HD externo. Na minha biblioteca há um cantinho e uma gaveta que são das coisas dele, também. Meu arquivo não é apenas digital.

JA - As cartas são os documentos mais pesquisados no arquivo de um escritor. Com a chegada do correio eletrônico pouco dessa correspondência resiste. Você gerencia e preserva a sua correspondência eletrônica?

SG - Sim, com fervor. Salvo e guardo tudo o que acho importante. Pra mim ou pro remetente. Já mantive correspondência via *e-mail* com autores, que me possibilita escrever a sua biografia, por exemplo. Há informações de caráter bastante pessoal, íntimo, que eu jamais usaria. Mas há, claro, dados que podem ser levados ao conhecimento público. Pra seu governo, tenho arquivos que nunca li, porque me foram confiados apenas pra guardá-los e são confidenciais.

JA - Você, como escritora, é adepta da tecnologia digital? Você se preocupa com a organização e preservação do seu arquivo digital?

SG - Tive que me acostumar e adaptei-me. Meu arquivo digital está bem guardado, também. Como o arquivo de papel. Guardo até o que não devia, talvez.

JA - Rodrigo afirmou a Fernando Ramos, do Jornal Vaia, que ao se aproximar da poesia, se achegou também à fragmentação e à descontinuidade do trabalho contemporâneo com a linguagem. Às vezes me parece que essas duas características que definem o sujeito contemporâneo se refletem no arquivo de Rodrigo. Você concorda? Na produção da Silvana elas estão presentes?

SG - Sim, concordo. O arquivo do Rodrigo é um exemplo clássico de fragmentação de uma obra. É dividido em pedaços que ele juntava, separava, voltava a juntar, cortava. Um conto (“Masturbatória”), por exemplo, virou capítulo de um livro (*Me roubaram uns dias contados*). E o trabalho com a linguagem transgressora, digamos assim, era uma característica relevante

da sua poesia. Como eu disse no depoimento à Juliana Sá: [Ele] *Vivia em constante perseguição à linguagem, seu alvo era subvertê-la, fazer dela gato e sapato*. Na produção da Silvana, há um trabalho com a linguagem poética e o desprezo por enredos fáceis (na prosa de ficção). Não sei se isso se reflete em meus arquivos. Sou muito organizada quando se trata deles. Consigo, de certa maneira, botar ordem no meu caos.

APÊNDICE D – Entrevista com Antônio Leão

Jorge Abreu - Como era a rotina de produção do Rodrigo?

Antônio Leão - A rotina de produção de Rodrigo era intensa, tanto inicialmente na literatura quanto posteriormente na pintura. Na literatura, ele dividia-se entre os romances e os poemas. Sua produção em poesia foi grande, tanto que Ramon falou da possibilidade em publicar um livro com seus poemas inéditos.

JA - Rodrigo demonstrava algum tipo de preocupação com a preservação de seus documentos?

AL - A preocupação do Rodrigo era na publicação de seus romances. Depois veio o interesse pela pintura, que culminou com a exposição no MAM, que obteve sucesso de crítica e de público.

JA - Antes de começar a usar computador, Rodrigo produzia em papel. O que Rodrigo fez com esse material?

AL - Antes do computador, Rodrigo usava a máquina de escrever, uma que pertencera a meu pai, seu avô. Também escrevia em cadernos. Muito desse material foi entregue ao Ramon.

JA - Como foi a adaptação de Rodrigo à tecnologia?

AL - Rodrigo passou a dominar com facilidade a nova tecnologia do computador.

JA - Ele utilizou sempre o mesmo computador?

AL - Ele possuiu alguns computadores. O número certo eu não sei.

JA - O computador era utilizado por todos os membros da família?

AL - Não, eu e minha mulher tínhamos os nossos PCs.

JA - Cada um possuía um usuário de acesso ou o usuário era compartilhado?

AL - Não

JA - Houve algum tipo de seleção para doar os documentos? Os documentos de outros membros da família foram separados dos produzidos pelo Rodrigo?

AL - O critério esteve sempre a cargo do Ramon, que é o curador da obra de Rodrigo. Seus quadros foram doados ao museu do inconsciente. Estando sua obra digitalizada na Casa de Rui Barbosa.

JA - Rodrigo deixou alguma orientação quanto ao que deveria ser feito com seu arquivo?

AL - Não, tudo ficou a cargo do Ramon.

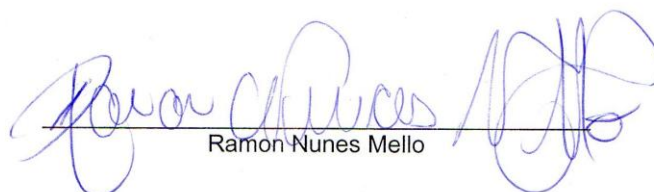
ANEXO A – Termo de cessão gratuita de direitos de depoimento de Ramon Nunes Mello

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS - PPGARQ
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DOCUMENTOS E ARQUIVOS

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO

Pelo presente documento, eu, RAMON NUNES MELLO, RG 20.019.455-3, expedido pelo DETRAN/RJ, residente à Rua Tonelero, 254 – 704 - Copacabana – Rio de Janeiro/RJ - CEP 22030-002, **declaro ceder** à JORGE PHELIPE LIRA DE ABREU, RG 20.868.359-9, expedido pelo DETRAN/RJ, residente à Rua Ubaldino do Amaral, 41 – 206 – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20231-016, **sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais de depoimento de caráter documental que prestei ao pesquisador/entrevistador referido neste instrumento**, na cidade do Rio de Janeiro, **como subsídio à construção de sua dissertação do curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)**. O pesquisador fica autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2016.


Ramon Nunes Mello

**ANEXO B – Termo de cessão gratuita de direitos de depoimento de Silvana Regino
Guimarães**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
DOCUMENTOS E ARQUIVOS - PPGARQ
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DOCUMENTOS E ARQUIVOS

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO

Pelo presente documento, eu, SILVANA REGINO GUIMARÃES, cujo nome literário é SILVANA GUIMARÃES, RG M-396417, expedido pela SESP/MG, residente à Rua João Camilo de Oliveira Torres, 246 - Mangabeiras - Belo Horizonte/MG - CEP 30210-260, **declaro ceder** à JORGE PHELIPE LIRA DE ABREU, RG 20.868.359-9, expedido pelo DETRAN/RJ, residente à Rua Ubaldino do Amaral, 41 – 206 – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20231-016, **sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais de depoimento de caráter documental que prestei ao pesquisador/entrevistador referido neste instrumento, por correio eletrônico, como subsidio à construção de sua dissertação do curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).** O pesquisador fica autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2016.


SILVANA GUIMARÃES

ANEXO C – Termo de cessão gratuita de direitos de depoimento de Antônio Alberto de
Souza Leão

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS - PPGARQ
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DOCUMENTOS E ARQUIVOS

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO

Pelo presente documento, eu, ANTÔNIO ALBERTO DE SOUZA LEÃO, RG 52.09827-5, expedido pelo CREMERJ residente à Av. Henrique Dodsworth, 83 apto 605, declaro ceder à JORGE PHELIPE LIRA DE ABREU, RG 20.868.359-9, expedido pelo DETRAN/RJ, residente à Rua Ubaldino do Amaral, 41 – 206 – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20231-016, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais de depoimento de caráter documental que prestei ao pesquisador/entrevistador referido neste instrumento, por correio eletrônico, como subsídio à construção de sua dissertação do curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). O pesquisador fica autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.

Rio de Janeiro, 03 de janeiro de 2017.


Antonio Alberto de Souza Leão